



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

VANESSA GONZAGA SANTOS

**ILUMINANDO IDEIAS: AS ARTICULAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E
CULTURA POPULAR NO BOLETIM “O CANDEEIRO”**

**Cachoeira
2022**

S237r Santos, Vanessa Gonzaga.

Iluminando ideias: as articulações entre comunicação e cultura popular no boletim "O Candeeiro". / Vanessa Gonzaga Santos. Cachoeira, BA, 2022.

175f., il.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Moreira Fernandes

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídias e Formatos Narrativos, Bahia, 2022.

1. Análise de conteúdo. 2. Memória. 3. Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 302.2014

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB. Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396) (os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

VANESSA GONZAGA SANTOS

**Iluminando Ideias: as Articulações Entre Comunicação e Cultura Popular no
Boletim “O Candeeiro”**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) para o título de Mestre em Comunicação.

Orientação: Prof. Dr. Guilherme Moreira Fernandes

Aprovado (com louvor e distinção) em 09/12/2022.



Prof. Dr. Guilherme Moreira Fernandes (Orientador - UFRB)



Prof^ª. Dr^ª. Lilian Rechert Coelho (Membro titular interno - UFRB)



Prof^ª. Dr^ª. Betania Maciel (Membro titular externo - UFRPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por terem acreditado e me apoiado, cada uma da forma como pôde e soube nessa jornada. Vera, João, Priscilla, Felipe, essa conquista, mais uma vez, é nossa! À Victor, que presenciou muitas noites e manhãs de estudo, participou, por tabela, de muitos dos eventos acadêmicos durante o isolamento social e esteve comigo nesse momento tão difícil. Amo todos vocês.

Aos professores de graduação Dalila Carla e Iury Parente e também Monyse Ravenna, que desde o começo animaram e apoiaram a minha decisão de iniciar o mestrado e foram essenciais em todo o processo de elaboração do projeto que culmina nesta pesquisa com conselhos sábios e a ajuda necessária para que eu passasse por mais essa etapa da minha formação. Com trajetórias acadêmicas brilhantes, o trabalho de cada um de vocês me inspirou para que esta pesquisa tivesse todo o rigor e cuidado necessário na sua tessitura. Um agradecimento todo especial à Naína Tumelero, que possibilitou, com suas dicas, métodos e ensinamentos que a pós-graduação não precisa ser um fardo ou uma corrida por títulos, mas que pode ser prazerosa e, mais importante, exequível!

Agradeço imensamente ao meu orientador Guilherme Moreira Fernandes, que faz jus à função para o qual foi escolhido e soube ensinar, guiar e orientar este trabalho com a sabedoria, rigor metodológico e paciência necessária. Sou grata à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), meus colegas de turma, professores, aos estudantes do meu estágio docente e a toda a equipe que faz com que a universidade tenha vida e seja uma ferramenta na transformação da realidade de todos que passam por ela. Agradeço também a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), meu berço acadêmico e que me deu a base necessária para alçar outros voos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por possibilitar que essa pesquisa fosse feita com a estrutura necessária, ainda que num cenário sombrio de sucateamento e desvalorização da ciência. Viva a universidade pública e viva a educação!

Agradeço também à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e ao Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) por contribuírem de forma ativa na construção dessa pesquisa. Aos agricultores e agricultoras que abriram as portas de suas moradas para contar suas histórias a *O Candeeiro* e todos que fazem com que o paradigma da Convivência com o Semiárido se transporte das páginas de projetos, documentos e relatórios para virar realidade na vida de milhões de pessoas que lutam por direito à água,

terra, saúde, educação, comunicação, cultura e, fundamentalmente pelo direito de serem reconhecidos como cidadãos e cidadãos que fazem uma contribuição extremamente necessária para o nosso país e não admitem mais os rótulos e estereótipos que pairam sobre o nosso território e nossa gente. Como disse Dom José Rodrigues, no “Semiárido não falta água, falta justiça”, e é pelas mãos dessa gente de luta e resistência que nosso chão vai aos poucos se transformando em um lugar de possibilidades.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado consiste em investigar como comunicadores e comunicadoras da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) constroem outras abordagens em torno da cultura, de questões sociais e produtivas nos territórios a partir da produção do boletim *O Candeeiro*. Compreendemos como a execução de políticas e tecnologias sociais de acesso à água feitas junto com as famílias agricultoras é relatada no boletim *O Candeeiro*, e como ele contribui no registro da memória recente dessas famílias. A abordagem teórica analisa como o Estado brasileiro e os meios de comunicação hegemônico contribuíram para a construção dos estereótipos em torno do Semiárido com Albuquerque Jr (1999) Velloso (2000), Magalhães (2018) e Afonso e Almeida (2015), além de compreender a concepção de comunicação produzida pela ASA a partir da análise documental de documentos redigidos pela própria entidade relacionados com os estudos da Comunicação para o Desenvolvimento, Comunicação para o Desenvolvimento Local e Folkcomunicação, em especial com Schramm (1970), Freire (1983), Beltrão (1980) e Benjamin (2017). No aporte metodológico foram utilizadas a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), complementada com a técnica de nuvem de palavras e também a combinação de técnicas de coleta de dados, como a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Constatamos que *O Candeeiro* se apresenta como importante instrumento de comunicação, registrando a história do Semiárido a partir da perspectiva da agricultura familiar e contribuindo para a construção do desenvolvimento local. Por fim, verificamos que *O Candeeiro* é uma importante ferramenta de registro das memórias individuais e coletivas dos agricultores e agricultoras familiares da zona rural de Juazeiro (BA), especialmente no que tange ao relato das transformações ocorridas a partir da implementação de políticas sociais de convivência com o Semiárido e seus impactos na produção de alimentos, criação de animais, na organização comunitária, na cultura e nas oportunidades de comunicação e espaços e ferramentas de comunicação interpessoal das comunidades.

Palavras-chave: Articulação Semiárido Brasileiro, Análise de Conteúdo, Comunicação para o Desenvolvimento, Convivência com o Semiárido, Folkcomunicação.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate how communicators of Articulation of the Brazilian Semiarid (ASA) build other approaches around culture, social and productive issues in the territories where the newsletter O Candeeiro are produced. What we want to understand is how the implementation of social policies and technologies for access to water made with farming families is reported in the bulletin O Candeeiro, and how it contributes to the record of recent memory of these families. The theoretical approach analyzes how the Brazilian State and the hegemonic media contributed to the construction of stereotypes around the Semiarid with Albuquerque Jr (1999) Velloso (2000), Magalhães (2018) and Afonso and Almeida (2015), and understanding the conception of communication produced by ASA using the documental analysis of documents written by the entity related to the studies of Communication for Development, Communication for Local Development and Folkcommunication, especially with Schramm (1970), Freire (1983), Beltrão (1980) and Benjamin (2017). In the methodological contribution, Content Analysis was used, with Bardin (2011), complemented with the wordcloud technique and also a combination of data collection techniques, analysis of documents and semi-structured interviews. We found that O Candeeiro is an important instrument of communication, recording the history of the Semiarid region from the perspective of family farming and contributing to the construction of local development. Finally, we verified that O Candeeiro is an important tool for recording the individual and collective memories of family farmers in the rural area of Juazeiro (BA), especially reporting the transformations that occurred from the implementation of social policies with the semiarid region and its impacts on food production, animal husbandry, community organization, culture and communication opportunities, and spaces and tools for interpersonal communication in communities.

Keywords: Brazilian Semiarid Articulation, Content Analysis, Communication for Development, Living with the Semiarid, Folkcommunication

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas
 AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas Para o Semiárido
 ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
 ASACOM – Assessoria de Comunicação da ASA
 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
 BNB - Banco do Nordeste do Brasil
 CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
 CD - Comunicação para o Desenvolvimento
 CEB's - Comissões de Educação de Base
 COP - Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
 CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
 CIESPAL – Centro Internacional de Estudios Superiores do Periodismo
 EFA - Escolas Família Agrícola
 EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
 ENCONASA – Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro
 FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
 FNE - Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste)
 GAPA - Gestão de Água para a Produção de Alimentos
 GRH - Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos
 GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
 IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
 IFOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MOC - Movimento de Organização Comunitária
 NP - Nuvem de Palavras
 ONGs – Organizações Não Governamentais
 ONU – Organização das Nações Unidas
 P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
 P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
 PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
 PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular
 PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
 PRN – Partido da Reconstrução Nacional
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
 PT – Partido dos Trabalhadores

SISMA - Manejo Simplificado da Água da Chuva

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID - United States Agency for International Development

WMO - World Meteorological Organization

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CONSTITUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS HEGEMÔNICAS SOBRE O TERRITÓRIO | 22 |
| 1.1 SEMIÁRIDO, CONCEITO E DEFINIÇÃO COMO TERRITÓRIO | 23 |
| 1.2 SECA, FOME E CHÃO RACHADO: O PAPEL DO ESTADO E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA VISÃO HEGEMÔNICA SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO | 27 |
| 1.3 “É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA”: FORMAÇÃO DA ASA, CRIAÇÃO DO P1MC E A FUNDAÇÃO DO IRPAA NO NORTE DA BAHIA | 45 |
| 2. A COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DO <i>O CANDEEIRO</i> E SUA RELAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A FOLKCOMUNICAÇÃO | 56 |
| 2.1 A COMUNICAÇÃO DA ASA E AS FORMAS DE CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE O SEMIÁRIDO | 56 |
| 2.1.1 COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL | 68 |
| 2.2 APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E FOLKCOMUNICAÇÃO | 78 |
| 2.3 O PROCESSO PRODUTIVO D’O <i>CANDEEIRO</i> , SUA CIRCULAÇÃO E CONSUMO NOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DO IRPAA | 82 |
| 3. MEMÓRIA, IMPACTO DAS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA E OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE D’O <i>CANDEEIRO</i> | 94 |
| 3.1 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL CONFORME BARDIN | 95 |
| 3.2 CATEGORIAS TEMÁTICAS DA ANÁLISE DO CONTEÚDO D’O <i>CANDEEIRO</i> | 98 |
| 3.2.1 MEMÓRIA COLETIVA EM TORNO DO SEMIÁRIDO E REGISTROS DO PASSADO | 99 |
| 3.2.2 IMPACTO DA CHEGADA DAS POLÍTICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL | 99 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.3 ESPAÇOS, MEIOS DE EXPRESSÃO E OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO | 100 |
| 3.3 VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS COLETIVAS EM TORNO DO SEMIÁRIDO | 101 |
| 3.4 CULTURA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO RELATADAS <i>N'O CANDEEIRO</i> | 116 |
| 3.5 OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NAS COMUNIDADES RURAIS DA CIDADE DE JUAZEIRO (BA) | 133 |
| 3.6 ANÁLISE DE NUVEM DE PALAVRAS | 140 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| REFERÊNCIAS | 151 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 151 |
| FONTES JORNALÍSTICAS | 152 |
| RELATÓRIOS E DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS | 153 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 153 |
| ANEXOS | 160 |

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objeto de pesquisa as edições do boletim impresso *O Candeeiro*, produzidos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) na zona rural da cidade de Juazeiro da Bahia para sistematizar experiências exitosas na execução de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. O interesse nesse objeto de pesquisa surge em 2018, quando participei da cobertura jornalística do Intercâmbio entre Agricultores e Agricultoras de Regiões Áridas e Semiáridas do Mundo, evento organizado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que promoveu em comunidades rurais do Agreste pernambucano e do Cariri paraibano trocas de experiências, técnicas e saberes entre agricultores e agricultoras de do Semiárido brasileiro com países da América Latina, África e Europa, que possuem regiões com clima, quantidade de chuvas e ecossistemas similares.

Durante as visitas às casas e territórios produtivos das famílias agricultoras, o que chamou a atenção foram justamente os boletins *O Candeeiro*. Cada família mostrava dentro das suas pequenas propriedades como funcionavam e qual o impacto das políticas sociais de acesso a água e cada visita encerrava com a entrega dos boletins, que foram traduzidos para o espanhol na ocasião, já que o grupo de visitantes dessa edição do evento eram da Nicarágua, El Salvador, Honduras e Chile. Foi a partir daí que surgiu a inquietação em saber mais sobre a produção do boletim, qual o seu principal objetivo e como ele se tornou uma das ferramentas da ASA e das famílias para falar sobre Convivência com o Semiárido.

Produzido por comunicadores e comunicadoras de organizações que compõem a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), *O Candeeiro* é um material impresso de caráter informativo que sistematiza experiências da agricultura familiar do Semiárido ligadas ao Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Proposto ao Governo Federal pela ASA em 2007, o P1+2 é uma das estratégias para garantir a segurança hídrica e alimentar das famílias do campo com sete técnicas de construção de reservatórios, sendo as mais conhecidas as cisternas.

Ali foi possível visualizar como se materializa a compreensão da importância da comunicação como direito humano numa região que historicamente teve e ainda tem direitos negados pelo Estado. Se ainda hoje o direito à água, à terra, à saúde e à educação,

tão básicos, são negados, como entender a sistemática negação e omissão do Estado em promover políticas públicas de comunicação que tirem do imaginário da sociedade brasileira a caricatura de “sertão quente e chão rachado”? Como se constitui a ASA nesse processo de ousadia em fazer esse debate administrando os recursos que possui e estando num constante processo de formação e diálogo com agricultores e agricultoras?

Daí vem o entusiasmo em construir uma análise desta experiência de comunicação na ASA para além da técnica e dos recursos operacionais, mas também observando os elementos humanos e simbólicos relacionados, entendendo *O Candeeiro* não apenas como um material informativo, mas como um potencial formador e multiplicador de experiências, já que este é também uma das ferramentas de comunicação que sistematiza diversas práticas de organização comunitária, jovens, mulheres, produção agroecológica, acesso a água, terra, e outros temas dentro do Semiárido e que tem um potencial de expansão para além dele, com a distribuição física e online desses boletins.

Para implementar o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) existe um protocolo, firmado na autonomia dos indivíduos, no fortalecimento dos processos de organização social e processos formativos baseados na educação popular e várias outras premissas, sendo uma delas a necessidade de sistematização, sendo um processo pedagógico de construção coletiva dos conhecimentos e de divulgação de iniciativas que deram certo e registro de práticas locais de convivência no Semiárido. Assim, os boletins contam como a construção das cisternas e o acesso a outras políticas sociais mudaram a paisagem da região que é comumente retratada pelos meios de comunicação de massa sob o estereótipo do chão rachado, do gado morto e dos flagelados da seca, agora com imagens de um Semiárido vivo, verde, produtivo e um lugar de possibilidades para a população do campo que vive ali.

Nesse novo cenário, o boletim conta histórias até então invisibilizadas e tem o potencial de publicizar a partir de outros olhares e ajudar a conformar novas memórias para essas famílias, para as comunidades rurais onde elas vivem, para os técnicos que contribuem na assessoria, para os comunicadores da ASA que vão até as pequenas propriedades para a construção do boletim impresso e para quem tem acesso às edições de *O Candeeiro* através da sua versão física ou virtual.

A conquista de diversas políticas sociais, a mobilização das comunidades e as imagens que mostram um outro Semiárido tem o potencial de construir uma visão diversa em torno deste território, considerando que a mídia tem um papel fundamental nisso, através de um processo social e coletivo na vida em sociedade. Trata-se de um modelo não hegemônico, mas que tem o potencial de se espalhar, e como seu próprio nome anuncia, alumiar as novas realidades que estão em construção no Semiárido brasileiro.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a identificar quais as abordagens e narrativas centradas na Convivência com o Semiárido presentes nas edições do boletim impresso *O Candeeiro* produzidas com base nas experiências na zona rural da cidade de Juazeiro (BA), que se ligam à prática de comunicação popular, considerando a cultura, as questões sociais e políticas deste território que se relacionam com a execução de políticas e tecnologias sociais de acesso à água.

O problema que direciona esta pesquisa é a dúvida se as edições do boletim impresso *O Candeeiro* produzidas com base nas experiências na zona rural da cidade de Juazeiro (BA) contribuem para fortalecer o discurso e a prática da convivência com o Semiárido, em contraposição ao discurso da Indústria da Seca, e também convergem em uma experiência de educação contextualizada?

O objetivo é entender como são construídas estas abordagens em torno da cultura, de questões sociais e produtivas nos territórios Semiáridos e como elas se relacionam à execução de políticas e tecnologias sociais de acesso à água vivenciadas pelas famílias agricultoras e relatadas no processo de produção do boletim a partir da comunicação popular e contextualizada, analisada com base nos estudos folkcomunicacionais.

Nossa hipótese é de que ao mesmo tempo em que *O Candeeiro* contribui na construção do que hoje se conhece como Semiárido e na construção de memórias em torno deste, ele se configura como um meio de comunicação folk, ou seja, que ressalta e valoriza aspectos comunicacionais presentes na cultura popular das comunidades rurais. Neste mesmo processo ele constrói outras formas de ver e narrar o Semiárido, que não se iniciam a partir da construção dos boletins, mas que ele ajuda a potencializar.

Para tentar responder a esses questionamentos, a pesquisa tem um caráter qualitativo e analítico, combinando métodos para a coleta de dados como a pesquisa dos boletins para analisar o objeto em questão e a análise documental dos documentos redigidos para a

própria ASA, para entender como acolhem e incorporam os processos de comunicação popular e educação contextualizada na proposta de convivência do Semiárido. Já a seleção dos boletins será feita a partir do próprio site da ASA, onde estão as versões digitais dos boletins. Na página, é possível filtrar os boletins selecionando-os a partir de palavras-chave, estado de publicação, assunto, ou período de publicação. É a partir dessa ferramenta que será escolhida a amostragem dessa pesquisa, selecionando todos os boletins produzidos na zona rural de Juazeiro (BA), produzidos entre 2013 e 2017, sem delimitação do assunto, totalizando na busca um total de oito boletins.

Para entender o que já foi pesquisado sobre os boletins *O Candeeiro*, se faz necessária uma revisão bibliográfica em torno dos quatro trabalhos de dissertação encontrados sobre a produção deste boletim em plataformas da base de dados. A intenção foi a observar como este objeto empírico foi estudado e elencar a quais conclusões as pesquisas chegam e os desafios e lacunas que apontam.

Defendida em 2013, a dissertação “Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido: a experiência da ASA”, de autoria de Viviane dos Santos Brochardt no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, pesquisou de maneira ampla a comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro, desde sua concepção até os materiais produzidos; estudou as relações entre os comunicadores da ASacom, os comunicadores populares dos territórios, agricultores e agricultoras para compreender qual o papel da comunicação na mobilização social das comunidades rurais do Canto, Tejuco e João Congo, localizadas no norte de Minas Gerais. Como é a pesquisa pioneira sobre este objeto, ela aparece referenciada nos outros três trabalhos selecionados para essa análise.

O objetivo da pesquisa foi o de conhecer quais as potencialidades e os limites desta comunicação, identificando o papel que ela cumpre na mobilização social e participação popular dos diversos atores que integram a ASA, com foco nos agricultores, na elaboração e execução do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Para o estudo, foram selecionadas quatro técnicas: a análise documental; análise de produtos de comunicação; a entrevista em profundidade e, por fim, a pesquisa-participante.

É a partir da aplicação dessas técnicas que a pesquisa é desenvolvida e que surgem algumas conclusões e apontamentos importantes. Um dos primeiros aspectos observados

pela pesquisadora é que a forma presencial adotada pela comunicação da ASA é essencial no contexto de articulação direta nos territórios, tanto pelos vínculos estabelecidos, como por não depender essencialmente dos meios midiáticos de comunicação para fazer chegar informações a esse público.

A comunicação presencial cria um elemento caro para a entidade, que é a noção de pertencimento, mas a produção destes tem a mediação dos comunicadores populares em sua elaboração, então, mesmo que a história seja relatada pelos agricultores e seja veiculada de forma fiel, ainda assim, ela passa por um filtro, que é o comunicador popular. Mas, mesmo com esse filtro, nos relatos presentes nas entrevistas é visível o quanto o boletim é valorizado pela comunidade, que se vê e se sente representada ali, além de apontarem o boletim como uma ferramenta importante no registro e troca de experiências.

A partir da pesquisa participante, Brochardt conclui que na comunicação com os agricultores e agricultoras “o boletim *O Candeeiro* é o produto de comunicação que melhor cumpre sua função” (BROCHARDT, 2013, p. 201). Isso porque nas três comunidades os agricultores pontuam que o boletim foi importante para trazer autoestima, não apenas por compartilhar a efetividade das técnicas e políticas sociais de acesso à água, mas porque eles vêem suas próprias histórias sendo contadas ali, com fotos da sua produção. O fato de transpor esses relatos que vêm e vão em conversas para este material impresso é decisivo para essa sensação de participação e pertencimento.

Se nesse processo as comunidades e os comunicadores populares destes territórios aprendem com a ASA, a Articulação também passa a discutir temas pautados por estes, a exemplo da democratização e do direito à comunicação, que aos poucos são incorporados como bandeiras que devem ser defendidas pela Articulação, além da “necessidade do fortalecimento da comunicação popular como uma estratégia de visibilizar as populações do campo e de horizontalizar a comunicação desenvolvida pela rede” (BROCHARDT, 2013, p. 200).

Ela também elenca algumas lacunas na pesquisa, como por exemplo o estudo da compreensão do papel dos comunicadores para a proposta de comunicação da ASA, que não foi aprofundado, mas que constitui um rico elemento para estudos posteriores.

Já a dissertação de Rosa da Conceição Nascimento, intitulada “O Candeeiro como sistematização de experiências: uma etnografia da circulação, dos usos e apropriações em

Lagoa do Juá”, apresentada em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Ceará (UFC) vai investigar a proposta de comunicação d’*O Candeeiro* como a experiência comunicativa voltada não apenas como uma ferramenta de informação, mas que carrega uma dimensão de comunicação educativa em uma comunidade rural do município de Itapipoca, no Ceará. Para a realização da pesquisa de campo, a opção metodológica da pesquisadora foi a etnografia, considerando que os seus processos e ferramentas metodológicos, a exemplo do diário de campo, a vivência e a observação e as entrevistas em profundidade.

A pesquisa confirma, de acordo com Nascimento, a ideia de que *O Candeeiro* é um fazer comunicacional que sistematiza as experiências de agricultores e agricultoras e coletivos, entretanto, o boletim ainda circula timidamente entre as comunidades, mas que ainda assim incide nas ações das pessoas que o conhecem e estão ativamente ligadas às dinâmicas da ASA.

Desta forma, ela aponta que o processo de circulação das experiências sistematizadas necessita de outras estratégias para dar conta da circulação das experiências. Esse processo de circulação exige espaços mais amplos de interação que neste caso são as reuniões em comunidade, os intercâmbios e a cultura oral para ser mais apropriado pelas pessoas.

Uma observação feita por Nascimento no decorrer da pesquisa é de que há um protagonismo das mulheres na circulação d’*O Candeeiro*, que criam sua própria rede de circulação para o material, que acaba tendo um impacto direto no cotidiano de trabalho.

Dessa forma, ela conclui que “quando o boletim se junta a outras formas de comunicação em reuniões e quando é mediado por instâncias mobilizadoras, atinge um alcance importante entre os moradores e moradoras de Lagoa do Juá” (NASCIMENTO, 2018, p.168).

Defendida em 2018 com o título “Comunicação popular e Convivência com o Semiárido: A experiência do SASOP com o boletim *O Candeeiro* no Território do Sertão do São Francisco da Bahia”, a dissertação de Luciana Mendonça Rios, apresentada em 2018 no Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem o objetivo de entender de que maneira o boletim *O Candeeiro*, enquanto ação de comunicação popular desenvolvida pelo SASOP, contribui para o fortalecimento da cultura de Convivência com o Semiárido nos quatro municípios de

atuação do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) em Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, todas localizadas no norte da Bahia.

A metodologia escolhida tem como base a pesquisa qualitativa, utilizando como técnicas o estudo de caso, a análise crítica de conteúdo a partir da coleta dos dados empíricos e análise das informações coletadas e as entrevistas em profundidade. Um elemento interessante presente nesta pesquisa e nas anteriores é a observação de como as famílias utilizam os boletins: ou eles são guardados como documentos importantes da família, ou ficam expostos nas suas salas de estar para que sejam vistas por visitantes.

O plano de comunicação do SASOP mostra uma comunicação de natureza institucional, mas que também aponta os agricultores e agricultoras como públicos participantes dessa comunicação, o que difere, por exemplo, do plano da ASA analisado por Brochardt (2013), que não inclui este público. Rios também destaca que a oralidade é a forma de comunicação mais comum entre as famílias agricultoras do Semiárido e, por isso, as informações passadas de forma presencial são mais facilmente assimiladas. Essa análise se junta à avaliação feita por Nascimento (2018) sobre a circulação dos boletins.

Sua análise se assemelha às pesquisas anteriores quando pontua que *O Candeeiro* é também um instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento pela forma com que ele conta as histórias de êxito na convivência com o Semiárido. Ele potencializa também a divulgação das iniciativas bem-sucedidas no campo da agricultura familiar e o registro de saberes e práticas locais.

A pesquisadora ressalta que os boletins não possuem um texto jornalístico. Para ela, eles são mais uma forma de contar as histórias das famílias e como elas convivem de forma positiva com o Semiárido, tendo o aporte das políticas sociais para lidar com as adversidades do clima e meio ambiente. Mas, ainda assim, é importante entender que há um recorte e o olhar de quem produz estes impressos sobre as histórias de vida e os fatos narrados. Esse elemento está presente nas considerações das quatro pesquisas e pode ser um elemento melhor explorado.

Uma outra questão é que uma grande parte dos boletins está ligada a temática chamada por Rios de “Empoderamento Feminino”. Contudo, questões como a autonomia das mulheres não está relacionada a questões pautadas pelos direitos das mulheres e pelo próprio feminismo. Em um contexto onde o machismo e a violência contra mulher

infelizmente ainda são muito presentes, a problematização destas questões não perpassa o conteúdo dos boletins, assim como debates como a divisão social do trabalho e dupla jornada de trabalho das mulheres camponesas, que se dividem entre as tarefas domésticas e as diversas atividades que envolvem a vida no campo.

Se Rios aponta uma fragilidade nos boletins em torno das questões ligadas à representação das mulheres nos boletins, é exatamente sobre essa questão que a pesquisadora Catarina de Angola Oliveira Silva se debruça na dissertação “Comunicação para o desenvolvimento na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA): Análise das representações sociais sobre mulheres no boletim *O Candeeiro*”, defendida em 2018 no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Neste sentido, seu objetivo é investigar as representações sociais sobre mulheres rurais no boletim *O Candeeiro*, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). O que se busca no estudo é compreender como as mulheres do Semiárido são representadas nos boletins, se este as estimula à participação política, e se o seu conteúdo contribui à construção do desenvolvimento local. A pesquisa é conduzida a partir do conceito de um estudo de caso, utilizando técnicas combinadas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, análise documental, observação direta em atividades da ASA e entrevistas semiestruturadas.

Os 36 boletins sobre mulheres produzidos em Pernambuco que constituem o corpus empírico da pesquisa foram analisados a partir das seguintes categorias, definidas pela pesquisadora: Representações sociais sobre mulheres, Mulheres e participação e Desenvolvimento local na comunidade, que são subdivididos. Uma outra técnica utilizada é a análise de discurso, a partir de Orlandi, já que sua abordagem teórica valoriza o contexto, a linguística e a interdisciplinaridade, importante para entender a produção dos boletins de forma mais aprofundada.

A pesquisadora observa um elemento citado nas outras três pesquisas, que é a relação entre as famílias e os comunicadores, já que ela observa que muitas vezes os próprios comunicadores se colocam na escrita. Isso traz um olhar externo sobre aquela experiência que se choca com a proposta do boletim, que é contar a história a partir das próprias famílias. Aqui, se propõe um debate dentro da própria rede ASA sobre o papel da sistematização e dos comunicadores e das comunicadoras.

Ao fim da análise, Silva reforça a importância d'*O Candeeiro* como um espaço de registro e de multiplicação das experiências de mulheres, que contribui para a valorização de seus conhecimentos, para o fortalecimento de estratégias de convivência com o Semiárido, e para a construção de uma história da região semiárida.

Um outro elemento interessante fruto desta observação é que não se busca uma homogeneidade nas formas de produção do boletim, ainda que se observem alguns padrões. Esta não é uma característica negativa, mas sim demonstra uma diversidade de formas de fazer, levando em consideração as características de cada organização, mas também do Semiárido, que também é um lugar diverso por natureza, já que reúne dez estados das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

A conclusão de Silva é que esse processo comunicacional ajuda a encontrar e propor soluções para problemas de autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais; ajuda a mobilizar e garantir a participação de mulheres em atividades econômicas, produtivas e sociais das comunidades e fomenta a articulação de redes sociais que abrem fluxos permanentes de informação e comunicação.

Três grandes lacunas elencadas na forma de proposição é um maior envolvimento das próprias mulheres no processo de sistematização das experiências, a valorização das suas falas e a necessidade de considerar o contexto em que elas vivem e suas experiências pessoais estão inseridas. Essas preocupações aparecem em todos os trabalhos, no sentido de propor que a relação famílias-comunicadores seja mais orgânica na produção dos boletins.

Nas quatro pesquisas é possível observar aspectos comuns, como a assertiva de que o boletim contribui na valorização e na autoestima das famílias ali representadas, que é um ponto importante na comunicação das comunidades, mas que por sua circulação ainda ser tímida, necessita de outras formas de comunicação para chegar a mais pessoas e que um desafio é refletir sobre as contradições e problemas presentes no Semiárido, como as questões ligadas ao gênero, questão fundiária e conflitos no campo, realidade de grande parte dessas comunidades.

Outro elemento que chama atenção são os diferentes níveis de envolvimento entre os comunicadores da ASACOM, os comunicadores populares dos territórios e as famílias agricultoras. Em todos os estudos se ressalta pontos positivos e negativos destas relações,

mas um elemento presente em todos eles são o papel dos comunicadores como “mediadores” entre as famílias e os relatos nos boletins e o desafio de maior participação das famílias no processo de produção e distribuição dos boletins.

Por fim, uma questão que é pouco trabalhada e que pode revelar mais elementos é a concepção de comunicação da ASA e como isso se relaciona com a atuação dos comunicadores populares dos territórios e das ONG’s que fazem parte da articulação e das próprias comunidades e famílias. Em alguns estudos surgem alguns apontamentos entre essa relação, mas ela não é estudada a fundo. A partir das válidas contribuições e apontamentos propostos pelas pesquisas anteriores, pretendemos avançar na compreensão deste objeto.

É analisando o conteúdo dos boletins *O Candeeiro* que este projeto se propõe a investigar como as memórias são registradas e renovadas a partir da produção e veiculação do impresso e entender quais foram as mudanças na cultura e nos aspectos produtivos e reprodutivos da vida das famílias e como eles se alteraram com todas as mudanças oportunizadas no processo de implementação do P1+2. A escolha dessa metodologia se justifica porque a partir da análise exploratória deste material, visualizamos que o método de análise que se adequa ao objetivo deste estudo seria a Análise de Conteúdo (AC) sistematizada por Bardin (2011). A escolha deste método se dá tanto pela sua capacidade de adaptação para diferentes *corpus* empíricos, quanto por sua versatilidade. A análise de conteúdo pode ser entendida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 38). Dentro das diversas técnicas da AC, optamos pela análise de conteúdo categorial, ou seja, o conjunto de documentos selecionados para este processo analítico será classificado em categorias, observando os elementos que constituem cada uma destas.

Dividimos a pesquisa em três capítulos. No primeiro, vamos contextualizar o território em que *O Candeeiro* está inserido a partir de um breve histórico sobre as questões que atravessam diretamente o nosso objeto desta pesquisa, como a questão hídrica no Semiárido e a sua relação com políticas de Estado destinadas ao Nordeste, utilizando como ponto de partida a criação Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1945 que viria a ser o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Também iremos nos debruçar sobre a construção deste Nordeste e como seu conceito e as

imagens que se atribuem a essa região foram produzidas pelos meios de comunicação de massa hegemônicos, lançando mão de pesquisas que já se debruçaram sobre o tema da seca, a exemplo de Velloso (2000), Lima e Patrício (2010), Lima e Magalhães (2018), Albuquerque Jr (1999), Albuquerque (2012), Afonso e Almeida (2015). Este breve histórico vai do início do século XX, passa pela criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) na década de 1980 e sua luta para a implementação do Programa Cisternas, que engloba o P1+2, até o momento atual, onde essas políticas de Convivência com o Semiárido enfrentam um desmonte operado pelo Estado Brasileiro.

No segundo capítulo, vamos fazer uma reconstituição da cadeia de produção d'*O Candeeiro* e como ele se articula com o conceito de comunicação popular absorvida pela ASA e também vamos estudar como o boletim ajuda a construir esse novo olhar que leva em consideração a cultura, as especificidades de cada família, suas memórias e seu território, trabalhando a Folkcomunicação como o referencial teórico para este trabalho, já que entendemos que os povos do campo constituem uma população historicamente marginalizada pelo Estado e pelos meios de comunicação de massa, mas que mesmo diante disso, constrói seus próprios meios para se informar, se comunicar e entender uns aos outros, compartilhando suas experiências e histórias através do boletim impresso. Além utilizar a produção teórica de Beltrão (1980), que sistematiza como as populações rurais marginalizadas criam e impulsionam suas formas de se comunicar, utilizaremos também Benjamin (2017), que se debruça a proposição de construção dialógica dos processos comunicativos e, também vamos observar aspectos da Comunicação para o Desenvolvimento (CD), fazendo uma revisão bibliográfica da produção de Schramm (1970) em torno desta e também elencando as transformações e críticas pelas quais a CD passou, especialmente na América Latina e no Brasil com as proposições de Beltrán (1981) e Freire (1983), este segundo amplamente utilizado pela ASA na sua produção teórica.

Por fim, no terceiro capítulo, vamos analisar a amostragem selecionada dos boletins identificando quais as mudanças na vida e na cultura das famílias contempladas pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) que se expressam nas edições e se *O Candeeiro* registra memórias em relação à conquista e o acesso à políticas sociais de acesso à água e convivência com o Semiárido a partir da Análise de Conteúdo Categorical contemplando as seguintes categorias de análise: 1) Memória coletiva em torno do

Semiárido e registros do passado; 2) Impacto da chegada das políticas e tecnologias sociais de convivência; e 3) Espaços e ferramentas de comunicação interpessoal. Como suporte de apoio à Análise do Conteúdo Categorical, para identificar o que Bardin chama de núcleos de sentido, que são termos ou unidades de sentido cuja presença e frequência de aparição podem significar algo para o objeto analisado, utilizaremos a análise da nuvem de palavras para identificar termos que atravessam a construção do conjunto de boletins e podem identificar quais conceitos, ações e sujeitos são visibilizados através destes, verificando como a incidência destas palavras no texto se relaciona com o objetivo dos boletins.

1. SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CONSTITUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS HEGEMÔNICAS SOBRE O TERRITÓRIO

Neste capítulo, faremos uma incursão histórica e contextual sobre questões que atravessam diretamente o nosso objeto desta pesquisa, a exemplo da questão hídrica no Semiárido e a sua relação com políticas de Estado destinadas ao Nordeste brasileiro, especialmente a partir do século XX, com a ação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1945 se tornaria o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); e também da construção deste Nordeste operada pelos meios de comunicação de massa hegemônicos, especialmente nas matérias, coberturas e reportagens feitas durante os períodos de estiagem na região. Para isso, utilizaremos pesquisas que já se debruçaram sobre o tema da seca, suas causas e impactos de forma aprofundada, a exemplo de Velloso (2000), que analisa a gestão de recursos hídricos no Nordeste a partir da atuação do DNOCS; Lima e Patrício (2010), que fizeram um estudo da formação desde a fundação do IOCS até a criação do DNOCS; Amorim e Leite (2020) se debruçam sobre as secas no Nordeste entre as décadas de 1960 e 1990, problematizando a atuação do DNOCS e também da SUDENE¹ e Lima e Magalhães (2018), que fazem uma espécie de linha do tempo das secas no Nordeste do século XVI até o XX. Para compreender como os meios de comunicação hegemônicos atuaram na construção das imagens e discursos que se tornariam dominantes sobre o Nordeste partimos dos estudos de Albuquerque Jr (1999), que faz um resgate histórico mais extenso e complexo sobre o processo que ele classifica como a “invenção” do Nordeste; Albuquerque (2012), que analisa a cobertura da imprensa escrita sobre as ações da SUDENE entre 1964 e 1968; Afonso e Almeida (2015), que estudaram as imagens e representações do Nordeste brasileiro entre o fim do século XIX e início do XX; e Mendes (2021), que discorre sobre a representação dos retirantes nordestinos na imprensa paulista na década de 1950. Tais questões estão presentes na tentativa de contextualizar o território em que nosso objeto de estudo está inserido. Esse não se propõe a ser um trabalho definitivo sobre a história e impactos da seca neste território e como esta questão acaba por definir o que comumente é priorizado na abordagem jornalística dos meios de comunicação, mas ser mais uma contribuição para este tema, trazendo-o de forma resumida e adequada aos objetivos desta pesquisa.

¹ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional criada com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração de diferentes áreas produtivas no Nordeste na economia nacional e internacional.

1.1 SEMIÁRIDO: CONCEITO E DEFINIÇÃO COMO TERRITÓRIO

O Brasil é dividido por regiões desde 1913, mas a divisão que vigora hoje é a feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que organiza os 26 estados e o Distrito Federal nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Apesar do termo Nordeste ser utilizado na literatura, no jornalismo e até mesmo em falas oficiais a partir da década de 1920, a primeira regionalização em que o termo Nordeste aparece como uma região foi feita pelo instituto em 1938 e incluía apenas os estados de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. A divisão como conhecemos atualmente só foi feita em 1969 e aplicada a partir de 1988, quando finalmente o Nordeste passa a reunir os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe².

O termo começa a ser usado com mais frequência quando passa a definir a área de atuação do IFOCS em 1919, mas até meados da década de 1920, Norte e Nordeste eram usados como sinônimos, como afirma Albuquerque Jr (1999), mas gradativamente, nos discursos, vão se separando a área amazônica e a “ocidental” do Norte, especialmente no momento em que a migração de “nordestinos” para as áreas de extração da borracha nos seringais passa a impactar na mão de obra das lavouras.

Se o termo Nordeste passa a designar a porção leste do norte do país a partir de uma definição política por volta da década de 1920, o termo Semiárido passa a ser utilizado ainda mais recentemente para definir dentro do Nordeste o território com características climáticas específicas, que por conseguinte, necessita de um aporte financeiro para executar políticas públicas. Como vimos anteriormente, parte desta região também passou a ser chamada de Polígono das Secas pelo IFOCS na década de 1930, cuja definição servia para delimitar as ações da inspetoria.

O termo Semiárido como o conhecemos hoje passa a ser utilizado dessa forma a partir da década de 1980 e é instituído como região através da Lei 7.827, de 27 de dezembro de 1989, e também como um termo técnico que delimita os municípios beneficiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A delimitação do Semiárido brasileiro é hoje de responsabilidade da SUDENE. De acordo dados da

² Essas e outras informações a respeito do processo de regionalização do Brasil estão presentes no documento de Linha do tempo – síntese da História do IBGE, disponível na íntegra em <https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/linha-do-tempo/LinhaDoTempoSemiImagem.pdf>

superintendência de 2017, o Semiárido é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais que possuem precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite³ igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano⁴. Com a média de pluviosidade anual na casa dos 750mm, é o Semiárido mais chuvoso do mundo, tendo períodos de chuva que se estendem por até quatro meses e um alto índice de evapotranspiração, o que reafirma a necessidade de estocar esse volume de chuvas concentrado.

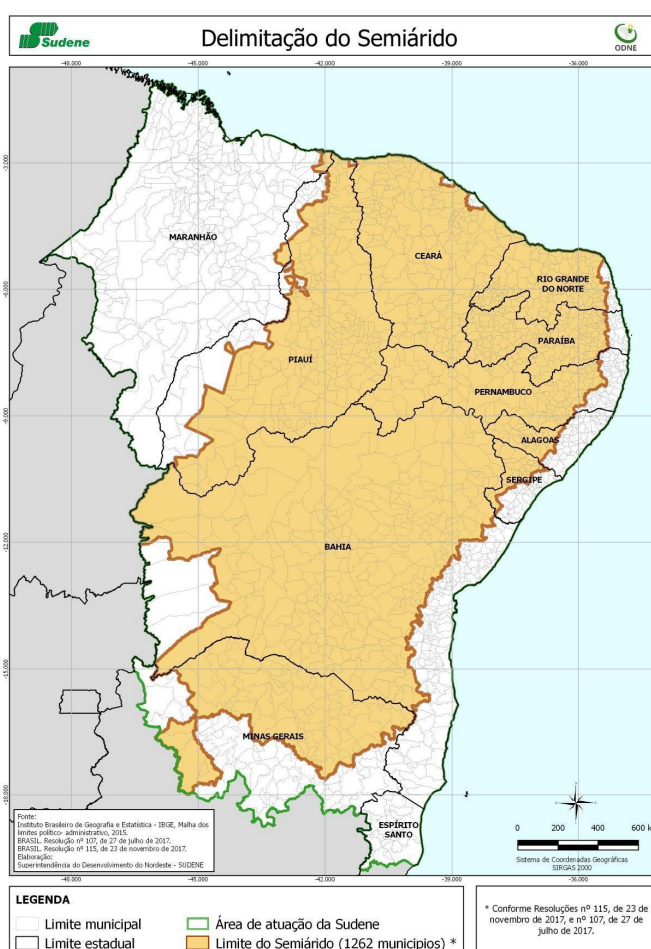


FIGURA 01: Mapa do Semiárido brasileiro de acordo com a resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017.

Fonte: Sudene, 2017.

³ O índice de Thornthwaite calcula a diferença entre a quantidade de chuva e a perda de água do sistema, ou seja, a evapotranspiração de uma área.

⁴ Informações coletadas no site da SUDENE (<http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>) em 15/06/2022

É visível que a delimitação do Semiárido atende a características climáticas e naturais bastante delimitadas, contudo, consideramos necessário pontuar também as características sociais e econômicas como definidoras deste território, já que como vimos anteriormente, as características naturais podem ser instrumentalizadas para benefício próprio, e, compreendemos que este território não se define apenas por essas características, mas também pela diversidade de povos, culturas e modos de vida que aqui existem. Se a história da ocupação deste território diz muito sobre sua atual configuração social, acreditamos que levar em consideração esses aspectos pode ajudar a compreender a complexidade das políticas de convivência que foram pensadas para esse local, e também, para contribuir na visibilidade da diversidade historicamente apagada em torno da generalização que conduziu ao estereótipo de que há apenas uma forma de ser nordestino. No Semiárido existem diversas formas de vida, como exemplifica Angola (2018):

Diante dessas características, com um grande território e predominância de um bioma extremamente diverso e resistente, concordamos com Roberto Malvezzi (2007) quando ressalta a riqueza e diversidade da região, não a caracterizando apenas a partir de suas características climáticas ou geográficas, mas seu conjunto, considerando elementos que constituem o seu povo: “o Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p. 9). Destacamos essa perspectiva pois, em nossa pesquisa, percebemos que a caracterização do Semiárido por vezes se baseia apenas em aspectos físicos e especialmente climáticos. No entanto, avaliamos que o povo e seu modo de vida dizem muito de um determinado espaço. O Semiárido é região que abriga agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, comunidades de fundo de pasto, quebradeiras de coco) (ASA, 2012), entre muitos outros. É rico pela sua diversidade (ANGOLA, 2018, p. 50).

É olhando para a história deste local, suas características climáticas, sociais e todas as questões políticas que o atravessam que compreendemos que Semiárido é mais que uma definição geográfica supostamente neutra, é um espaço que é humano, biológico, natural e está inserido numa complexa rede de relações econômicas e políticas em processo e outras ainda em gestação; é mais que uma região, já que como afirma Milton Santos, “a *Região* aparece como um espaço de conveniência, um quadro a utilizar para a reprodução das relações sociais” (SANTOS, 2012, p. 27, *grifo do autor*). É justamente a partir do conceito de território e da forma com que o autor explica a formação da configuração territorial que

Santos contribui para compreendermos melhor a definição de Semiárido, levando em consideração que “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 2006, p.38). Isso se verifica quando observamos para a área denominada como Semiárido após a observação das suas características naturais e das sucessivas intervenções humanas (haja vista as ações do DNOCS e da SUDENE) nesta área para que ela se tornasse, cada vez mais, habitável, desenvolvida e produtiva. Assim, este território é produto e produtor de uma série de modificações humanas na natureza que alteram esse espaço e suas relações sociais:

A configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2006, p.39).

A partir do que Santos define como configuração territorial podemos compreender o território como a produção de um espaço habitado, onde meios de produção, pessoas, técnicas e tecnologias estão em uma constante relação de disputas e colisões, de onde surgem e se reinventam as formas de existir. Para Santos, o território não é apenas a soma destas características naturais comuns a um espaço, mas ele se constitui quando é usado, quando há relação de identidade, de sentimento de pertença com aquele local, de forma que “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Essa proposição é fundamental para entendermos o Semiárido como território para além de suas características de relevo, pluviométricas e climáticas. É evidente que estas características são importantes na sua definição e na escolha de técnicas, programas e tecnologias sociais de convivência e de acesso à água, mas não é só dessas definições que o Semiárido se constitui, é também pelo seu povo, pela diversidade das suas manifestações populares, da sua cultura, da religião e das formas encontradas para se adaptar à vida e a produção de alimentos nesta região.

Além disso, para entender o que aqui se conceitua como território é importante considerar o elemento das disputas e colisões, já que este território está em constante

alteração. É nesse sentido que o conceito de Semiárido é também fruto de uma produção, em constante reinvenção e disputas que o antecedem historicamente. Dessa forma, o conceito de Semiárido, entendido como território, se configura como uma construção que faz parte das relações de poder e das disputas que são visibilizadas pelos meios de comunicação hegemônicos, como já vimos, mas também pelos meios populares, já que ambos contribuem para que as pessoas construam e interpretem seus entendimentos sobre aquele espaço em que habitam. Quando olhamos para as imagens, temas e histórias presentes nas peças de comunicação produzidas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), visualizamos que ali há disputa em torno do que se chama de Semiárido. Se em um passado recente a noção hegemônica que se tinha sobre este território era o da miséria e da improdutividade, as narrativas empreendidas no *O Candeeiro* vão trazer outras perspectivas em torno do que é viver e produzir neste território, o tornando não apenas um produto das relações sociais no Semiárido, como ele também o ajuda a construí-lo a partir das imagens, histórias e relatos que visibiliza. Assim, apesar de até o presente momento utilizarmos as denominações Nordeste, Sertão e Semiárido simultaneamente para contextualizar e historicizar os processos pelos quais este território passou, optamos no decorrer desta pesquisa em utilizar apenas o termo Semiárido, considerando que ele demarca de forma mais completa e complexa o território ao qual nos referimos.

1.2 SECA, FOME E CHÃO RACHADO: O PAPEL DO ESTADO E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA VISÃO HEGEMÔNICA SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO

Levando em consideração a formação social do Nordeste e suas características climáticas, sociais e políticas, neste estudo compreendemos que Semiárido, que é parte do Nordeste, é mais que uma definição geográfica neutra e é mais que uma região. Utilizamos a produção de Milton Santos para fundamentar que compreendemos o Semiárido brasileiro como um território, já que este é formado pelos sistemas naturais de uma determinada área e também pelas modificações que a ação humana impõe a esses sistemas naturais (SANTOS, 2006). Conforme observaremos, o Semiárido reúne uma série de características naturais e todas as intervenções humanas nesta área eram justificadas por essas características, mas com o objetivo de que este território fosse habitável, desenvolvido e produtivo, o que faz do Semiárido um produto e produtor de uma série de modificações humanas na natureza que alteram esse espaço e suas relações sociais.

É neste território chamado de Semiárido brasileiro que vamos observar, compreender e problematizar como o Estado e os meios de comunicação hegemônicos fazem parte destas modificações humanas que criam novas relações políticas, sociais e naturais neste território, em especial no que toca à formação de estereótipos sobre os elementos naturais e humanos que compõem o Semiárido. Para entender a formação destes estereótipos, adentraremos em na obra de Albuquerque Jr. (1999) “A Invenção do Nordeste”, recorrendo à sua definição de estereótipo para analisar como, ora o Estado, ora os meios de comunicação hegemônicos, se valem de uma caracterização grosseira deste território e do seu povo em que as multiplicidades e a diversidade são apagados para privilegiar as semelhanças superficiais e generalizantes, que pela intensidade e frequência com que são vistas, acabam por invisibilizar outras particularidades sociais, econômicas e culturais.

Para além de contextualizar o semiárido nordestino, o objetivo deste capítulo é problematizar essa construção conjunta entre Estado e meios de comunicação, que acabam se tornando uma matéria-prima para as reivindicações que culminam na fundação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e milhares de outras entidades de atuação local e regional, a exemplo do Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), que pautam o paradigma da Convivência com o Semiárido como uma alternativa política, econômica e socialmente viável após décadas de implementação de políticas que visavam apenas o desenvolvimento econômico e a alta produtividade sem considerar as questões sociais presentes neste território.

Para compreender o “fenômeno” da seca e as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro no semiárido, estabelecemos como marco temporal a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909. No entanto, o fenômeno climático das secas foi identificado ainda no período colonial, tendo seus primeiros registros históricos em 1553, pelo Padre João de Azpilcueta, da Companhia de Jesus (LIMA; MAGALHÃES, 2018), e a grande seca de 1583 relatada pelo bispo D. Fernão Cardim que apresenta a perda da produção e a fome que vitimou milhares de indígenas e portugueses no sertão de Pernambuco e da Bahia (ALVES, 1982), contudo é no início do século XX, com a organização de República, que o Estado passa a planejar e executar políticas para essa região de forma menos dispersa em comparação aos períodos anteriores.

A criação da IOCS foi motivada pela reação da opinião pública a partir da cobertura jornalística da “Seca Grande” que aconteceu entre 1877 e 1879 no Nordeste, mas

que afetou especialmente o estado do Ceará. A IOCS teria sedes físicas em Fortaleza, Natal e Salvador. Neste período, inúmeras imagens chocaram e atestaram a ineficiência da Coroa e da recém República para lidar com o fenômeno. Se até aquele momento os noticiários de abrangência nacional privilegiavam as imagens de belezas naturais e paisagens, combinadas com o discurso do progresso e da civilidade que era propagandeado pela República, a partir de 1877 se consolida uma ruptura a partir das imagens dos retirantes e flagelados, que se tornaria frequente nos noticiários diante dos profundos impactos daquela estiagem que levava a calamidade para o campo e a desordem para os centros urbanos, completamente despreparados para receber as milhares de pessoas que migraram fugindo da fome. Nesse sentido, Afonso e Almeida (2015), buscaram compreender como as secas periódicas e seu principal produto social, que é o retirante, se tornou a representação mais difundida do Nordeste brasileiro na imprensa ilustrada do final do século XIX e os manuais escolares. Nesse processo, concluem que

Imagens de indivíduos famélicos, palhoças paupérrimas, gado morrendo e a vegetação cactácea, não eram vistas nas páginas das revistas e muito menos nas páginas dos manuais escolares antes da cobertura fotográfica da seca de 1877, mas passaram a frequentar as páginas dos manuais a partir de então. Embora a seca fosse um fenômeno conhecido desde os tempos da colônia, podemos inferir que a cobertura jornalística ilustrada teria trazido definitivamente, para o universo das representações sobre o Nordeste, as cenas e os personagens envolvidos no flagelo das secas (AFONSO; ALMEIDA, 2015, p.35).

Boa parte dessas imagens foram produzidas por José do Patrocínio, Rodolfo Teófilo e J. A. Correia, que percorreram o Nordeste em expedição para fotografar e noticiar os acontecimentos que eram divulgados em jornais do Sudeste, a exemplo da *Gazeta de Notícias* e *O Bezouro*, além de fotografias que foram transformadas em cartões postais e em ilustrações para livros didáticos e manuais. A “Seca Grande” acaba se tornando um marco do nascimento do fotojornalismo no Brasil e do surgimento de uma imprensa que desejava denunciar a calamidade da seca (AFONSO; ALMEIDA, 2015). A partir disso, conforme veremos, a cobertura jornalística das secas e toda a produção feita sobre o Nordeste, mesmo fora dos períodos de estiagem, ajudaria a compor um padrão estereotipado - que nasce, como enfatiza Albuquerque Jr. (1999), a partir de uma caracterização grosseira em que as multiplicidades e diferenças individuais são apagadas em nome de semelhanças superficiais daquele determinado grupo - que pela intensidade e frequência com que era veiculado, acabava por apagar todas as outras particularidades

sociais, econômicas e culturais do Nordeste, que são múltiplas e eram possíveis de ser noticiadas para cristalizar na mídia hegemônica essa imagem que se resumia aos períodos de estiagem. Ainda sobre os impactos da “Seca Grande”, Albuquerque Jr. afirma que esse “quadro de horrores” causado pela seca vai unificar interesses regionais e impulsionar as práticas políticas e econômicas nos estados, a partir de um discurso que faz da seca “a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem da uma área miserável, sofrida e pedinte” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 59).

Se por um lado a cobertura fotográfica contribuiu para a percepção da importância de políticas públicas para o convívio com este bioma e suas características climáticas, por outro cristalizou uma imagem específica como representação totalizante de toda uma área, denominada de “Nordeste” pela estruturação político-administrativa em regiões geográficas, mas que guarda singularidades e diferenças que se constituem territórios de identidade. A própria crítica apresentada por Albuquerque Jr. em “A Invenção do Nordeste” situa a forma com que a imprensa aborda o tema da seca e atua para criar um consenso na sociedade em torno do que deveria ser feito no Nordeste.

A relação que estabelecemos sobre o Estado e os Meios de Comunicação estão ancoradas na perspectiva da Economia Política da Comunicação⁵, corrente latino-americana inicialmente percebida como “pragmatismo utópico”, mas desenvolvido a partir do pensamento crítico à ideologia neoliberal. A corrente se estabelece a partir de reflexão e análise crítica da realidade midiática. Pensar nessa realidade é estabelecer diferenças entre os sistemas de comunicação. A noção de hegemonia nos foi cara para estabelecer termos que demarcam as diferenças dos objetivos econômicos e políticos em diversos sistemas midiáticos.

Esse conceito é desenvolvido por Antônio Gramsci⁶ ao analisar as formas com que a burguesia na Europa do século XX consegue conquistar e manter seu poder através da coerção feita com os aparelhos repressivos do Estado, que detém o monopólio da

⁵ Especificidades da Economia Política da Comunicação como Campo da Comunicação no Brasil pode ser consultada em Bolaño e Britos (2008).

⁶ Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia e como ele se expressa na sociedade civil de forma dispersa em uma série de escritos feitos enquanto ele estava preso em uma ilha remota pela ditadura fascista entre 1926 e 1934, não tendo publicado nenhuma obra em vida. No Brasil, seus “Cadernos do Cárcere” são organizados e traduzidos por Carlos Nelson Coutinho, que é utilizado aqui como referência bibliográfica diante da sua sistematização didática e organizada, o que contribui para uma melhor compreensão sobre o conceito de hegemonia cunhado pelo italiano e como ela se expressa na sociedade, ainda que a partir da realidade latino-americana.

violência, mas também no cotidiano, já que a análise é de que a coerção e a violência não bastam. Daí a necessidade de consenso através de práticas culturais e organismos sociais sem o apelo da força física, mas que serão responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, como o sistema escolar, os partidos políticos, Igreja, movimentos populares, associações e a imprensa, que não são órgãos de Estado como as forças de repressão, mas que atuam junto a este, numa concepção ampliada de Estado, onde a “hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional é exercida através de organizações privadas” que servem prioritariamente para “conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 1992, p. 76-77). Bravo e Oliveira (2014) discutem, a partir das concepções de Gramsci, como a imprensa atua enquanto suporte ideológico a serviço da classe dominante, contribuindo na formação e cristalização de ideias e posicionamentos no seio da sociedade. Desta forma, os autores afirmam que

No “exercício normal da hegemonia”, a imprensa torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político.[...] Se a ideologia é fundamental na determinação das ações práticas dos homens, a luta pela construção de uma hegemonia, pela conquista de um consenso, dá-se, não só no plano político, econômico ou social, mas também no terreno das práticas e instituições culturais (BRAVO; OLIVEIRA, 2014, p.10).

Desta forma, Gramsci define hegemonia como o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas. Partindo disto, é possível visualizar como a imprensa brasileira hegemônica, de natureza privada, vai atuar de forma a legitimar e reforçar positivamente as ações do Estado brasileiro no Nordeste, já que esses veículos eram dirigidos pela mesma elite que estava à frente do Estado e a conformação dessas ideias na sociedade (falta um verbo aqui) importante para que as ações de combate à seca continuassem sendo executadas com o aporte financeiro e o apoio da sociedade, que se informava majoritariamente por esses meios. Aqui, justificamos o uso do termo “hegemônico” ao invés de “meios de comunicação de massa”, “grande mídia”, “mídia tradicional” ou “mídia convencional” porque qualificá-la como hegemônica demarca qual é o seu papel neste momento histórico, que é o de conquistar o consenso e a liderança cultural não apenas entre a elite que já dominava as terras, a política e a economia no Nordeste, como entre o restante da sociedade brasileira, para que a visão propagandeada por esses meios (cujos proprietários já eram famílias da elite e grupos oligárquicos) se tornasse a hegemônica e, de certa forma, ao longo do tempo, se cristalice como a visão

dominante e definitiva sobre essa região, cujos estereótipos criados naquela época ainda existem e são acionados com frequência.

Em uma relação quase simbiótica, Estado e meios de comunicação passam a atuar juntos na produção desta visão hegemônica sobre o Nordeste brasileiro, que ainda no início do século XX começaria a testemunhar uma série de mudanças na forma de atuação do Estado em relação à seca, especialmente porque até então as ações relacionadas a essa questão ainda eram muito tímidas.

Diante da constatação de que faltavam ações perenes e de maior porte que em 1909 é criada uma agência federal para trabalhar a questão, a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Inicialmente, sua ação era voltada apenas para produzir levantamentos e reconhecimentos da região para compreender quais eram as suas potencialidades, limitações e recursos naturais. Já no seu período de fundação, o órgão já era influenciado por entidades ligadas aos Estados Unidos da América, a exemplo do *Bureau of Reclamation*, órgão que gerencia, desenvolve e protege os recursos hídricos dos EUA e é responsável pela construção de mais 400 barragens em solo norte-americano e que, quando fundado um pouco antes da IOCS, em 1902, já afirmava que a saída para a seca era acumular água (LIMA; PATRÍCIO, 2010).

Segundo Velloso (2000), a IOCS se dividia em três seções: a primeira abrangia os estados do Ceará e Piauí; a segunda, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; e a terceira Bahia, Sergipe e Alagoas. O objetivo da divisão era facilitar e capilarizar a atuação da agência, que se deparou com outros desafios, como a inexistência de profissionais especializados na área para elaborar ações, além dos sucessivos cortes de verbas que causaram uma paralisia no órgão. Sem ter como executar as ações que se propunha a fazer, o que prevalece como tarefa da inspeção era apenas a representação política do Nordeste no Governo Federal, o que atesta a utilização da seca pelas elites regionais para reivindicar financiamento e poder:

Dessa forma, a seca no Nordeste brasileiro tem sido fonte de manutenção do modelo institucional de poder e legitimidade para a elite política regional. A elite regional apropriou-se da imagem de carência da região nordestina como forma de reivindicar recursos financeiros especiais para combater os malefícios provocados pelos efeitos da seca, sem, entretanto, afetar as relações sociais de produção da região (VELLOSO, 2000, p.5).

Ainda na busca por financiamento, dez anos após a fundação da Inspetoria foi criado o Caixa Especial das Obras de Irrigação das terras cultiváveis do Nordeste brasileiro, com 2% da receita federal anual destinada a estudos e obras de acumulação hídrica. Neste mesmo processo, uma reforma administrativa federalizou o IOCS, que passaria a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919. Essa reforma não alteraria estruturalmente a forma de funcionamento do órgão, mas incrementou suas ações e manteve sua sobrevivência, continuando com a atuação da inspetoria dentro dos limites técnicos da questão da seca. Agora, além de planejar e implementar ações voltadas para a questão hídrica, o órgão seria responsável pelas medidas emergenciais para de auxílio às populações em estado de calamidades causadas pelas secas. Essas ações “caracterizavam-se por *salvar o flagelado da fome*, com doações de alimentos e frentes de serviço⁷. As medidas estruturais, por sua vez, concentravam-se na construção de barragens, estradas e perfuração de poços (VELLOSO, 2000, p. 6, *grifo do autor*).

Outro elemento que está ligado à fundação do IFOCS é a própria delimitação da região Nordeste e uso deste termo. Até meados de 1920 a separação entre Norte e Nordeste ainda estava em processo e as duas palavras eram sinônimos. É a partir da definição territorial do IFOCS que se sedimenta essa separação entre o norte amazônico e as áreas semiáridas. Essa diferenciação se dá também no contexto de migração de sertanejos para os estados do que hoje conhecemos como Norte para trabalhar na extração de látex no ciclo da borracha. Desta forma, o que conhecemos como Nordeste enquanto região se funda institucionalmente a partir da seca, já que anteriormente a esse bojo de ações, o Brasil era dividido apenas em Norte e Sul.

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como uma parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do Poder Público Federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno. [...] É a seca que chama atenção dos veículos de comunicação, especialmente dos jornais do Sul do país, para a existência do Norte e de seus “problemas” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 68).

⁷ Era chamado de frente de serviço o formato de trabalho nas grandes obras organizadas pelo DNOCS, onde as famílias nordestinas migravam dentro ou fora da região para conseguir trabalho nas obras de construção de açudes, barragens, estradas, muitas trocando seu trabalho por alimento, água e o que estivesse disponível para evitar que elas morressem de fome nas secas. Recomendamos a leitura de Castro (2011) para entender como as frentes se organizavam e as questões sociais que permeavam aquele cotidiano.

O que também se evidencia nesse processo é que uma região não é uma unidade e nem um produto pronto, mas fruto de um processo que inclui disputas, reflete relações de poder, e, em nome desta “unidade”, invisibiliza a diversidade. O Nordeste, com esse nome e delimitação territorial surge a partir da disputa das forças que almejam dominar este território economicamente e politicamente. É a partir desta disputa, que posteriormente, o Estado decide intervir e legitimar o Nordeste como região à parte do Norte.

Apesar das ações do IFOCS serem chamadas de “estruturais”, elas não tocavam na raiz do problema, especialmente porque não havia nenhuma perspectiva de desenvolvimento regional, apenas a acumulação de água para prestar socorro em momentos de emergência, sem a possibilidade de utilização desses recursos fora do período de estiagem para melhorar ações como a agricultura e a pecuária para que as famílias atravessassem as secas mantendo alguma produção (ANDRADE, 1994). Além disso, outro problema comum era a apropriação privada de recursos públicos. Isso porque o Decreto nº 24.643, conhecido como Código de Águas, classificava as águas de áreas assoladas pela seca como de uso comum e domínio público. Contudo, algumas construções de poços e açudes eram feitas em um sistema de “cooperação” com proprietários de terras, onde estes recebiam entre 50% e 70% do valor das obras, ainda que essas fossem executadas dentro de suas terras, ou seja, em domínios privados, o que perpetuou a concentração de água nas mãos dos latifundiários que já acumulavam terras e poder na região desde o processo de doação de sesmarias da Coroa para os coronéis que prometiam utilizar as terras sertanejas para a pecuária e plantação de algodão, especialmente após a decadências do ciclo açucareiro no litoral (LIMA; PATRÍCIO, 2010).

Outra medida legal importante, que dadas as devidas ressalvas, pode ser considerada o esboço do que viria a ser a definição de Semiárido anos depois é a regulamentação do Artigo 177 da Constituição de 1934, que delimita o Polígono das Secas e o torna área de trabalhos da IFOCS. Na área delimitada pelo polígono, que abrangia todos os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais (assim como a delimitação do Semiárido) também era proibido o domínio privado dos recursos hídricos, contudo, a política de construção em cooperação que favorecia os proprietários de terra e a definição de construir reservatórios de água que só poderiam ser usados nos períodos de estiagem pouco alteraram a situação de desigualdade no acesso à água.

Os açudes em cooperação com domínio privado das águas [...] ao mesmo tempo que sustentavam a população no campo com possibilidade de trabalho temporário (frentes de serviços), asseguravam maior rendimento aos proprietários, porque não havia água nas localidades rurais (VELLOSO, 2000, p.26).

É visualizando esse tipo de medida, que com o apelo de combater a seca (como se fosse possível combater um fenômeno natural) a partir apenas do armazenamento de água e outras grandes obras feitas com recursos públicos para fins privados, que começa a se organizar o que ficou conhecido como Indústria da Seca, que por muito anos e através de diferentes ações foi aprofundando as desigualdades e tornando o acesso à água e à terra neste território como ferramentas de poder político.

Assim, a primeira metade do século XX assistiu à criação das instituições republicanas, a consolidação do republicanismo como sistema de governo, mas não viu surgir ações políticas eficazes na amenização do sofrimento do povo nordestino atingido pela seca. Ao contrário, a miséria do povo passou a ser usada como moeda de troca por favores políticos. As ações, fossem elas em forma de obras nas quais os sertanejos trabalhavam, ou distribuição de gêneros alimentícios às vítimas da seca, deveriam ser retribuídas com a fidelidade política dos beneficiados. [...] É assim que prospera a "indústria da seca" no Nordeste. Nos períodos de longas estiagens, um pequeno grupo de privilegiados enriquece por meio da apropriação indevida de recursos que deveriam ser aplicados no combate aos efeitos da estiagem. Além do país ainda não ter resolvido problemas tão antigos, como os males gerados pela seca, ainda há os que lucram com essa situação, fazendo dessa "indústria" uma atividade bastante lucrativa. Rende dinheiro para as contas bancárias de uma pequena elite, rende votos para alguns políticos nas eleições, enquanto provoca miséria e morte para o povo. (AMORIM; LEITE, 2020, p. 202-209)

Ainda entre as décadas 1920 e 1940, o desenvolvimento da imprensa no Sudeste possibilita que personalidades políticas, escritores, expedicionários e leitores publiquem relatos de visitas aos estados do Nordeste, demarcado especialmente nas diferenças entre o Sudeste, expoente do progresso e desenvolvimento, em contraste com os costumes “bizarros” do Nordeste. Ainda que de forma tímida, aqui se funda uma tradição, como afirma Albuquerque Jr., de tornar o espaço de onde se fala, aqui o Sudeste, como ponto de referência nacional. Assim, os costumes paulistas são a norma e os que são observados em outros locais do país são regionais, estranhos, e no caso do Nordeste, vinham como uma “marca do atraso”. Essas imagens e escritos eram produzidos e destinadas para o consumo do público do Sul/Sudeste, mas muitas vezes, o que se encontrava no Nordeste nem sempre era o mesmo retrato criado pelos meios de comunicação, a exemplo da questão da

questão da água, entendendo que as secas são periódicas, então havia períodos de alta pluviosidade, mas essa noção não era pauta nos veículos:

As narrativas parecem, às vezes, sem sentido, tal a contradição que se estabelece no discurso, entre o visto e o previsto. Viajando pelo Nordeste, já na década de 40, articulista de *O Estado de S. Paulo*, Chiquinha Rodrigues afirma, por exemplo: “Nas regiões do Nordeste, interessante verdade! (veja a admiração) Estão as terras onde há mais chuva no Brasil. O que ocasiona as secas, dizem os técnicos e maldizem os leigos, é a má distribuição das chuvas. Esse texto deixa claro que o que se diz da região não é o reflexo do que se vê *na e como* “região” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p.46, *grifos do autor*).

Além da questão hídrica, pauta dominante e recorrente nos meios de comunicação, poucas questões conseguiam ultrapassar o cerco e se tornarem notícias. Duas dessas exceções eram as narrativas sobre o cangaço, que além de renderem boas anedotas e histórias fantasiosas, contribuem nessa conotação do nordestino como violento e selvagem, além de colocar o cangaço e o banditismo como uma ameaça à ordem que poderia crescer caso o Estado não desse conta de resolver os impactos sociais e econômicos causados pela seca. O segundo tema que ganhava destaque eram os movimentos messiânicos, tanto por se constituírem como uma ameaça à República a partir da organização autônoma das comunidades, tanto porque a “excentricidade” e o fanatismo religioso atestam uma suposta inferioridade moral e intelectual dos nordestinos, colocando o meio e a raça - já que boa parte deste povo eram descendentes de negros e indígenas - como fatores que determinariam o atraso daquela sociedade, que na visão do Sudeste, dependia e idolatrava políticos, bandidos ou religiosos.

Um outro elemento utilizado para conformar o Nordeste dentro deste estereótipo e do lugar do “outro”, do diferente, é elevar costumes, expressões e hábitos de uma determinada localidade a expressões de toda a região, assim como acontece com o “sotaque nordestino”, que não é apenas um, com as músicas, ritmos e expressões da cultura popular, que são caracterizado de forma grosseira e tem suas particularidades apagadas para que se encaixem dentro deste formato criado pelo Sudeste para definir o que é o Nordeste.

Em 1945, com outra reforma, o IFOCS sofre alterações e adota o nome pelo qual será mais conhecido, o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, que tinha abrangência nacional, mas na prática atuava apenas no Polígono das Secas, tendo

como público-alvo real os grandes produtores de algodão e pecuaristas que ocupavam este território.

As prioridades do DNOCS não são as que se fundam no papel. Não é pensando na solução para o problema da miséria que é criado o DNOCS, mas procurando redefinir uma nova estratégia para a ação do Estado, que buscava, através do seu comendo, intervir politicamente na região. Convenhamos por 'Estado' os próprios coronéis do algodão, que se apoderaram da máquina administrativa do órgão. [...] O DNOCS não agia como órgão fomentador de uma política de maior distribuição de renda. Atuava de forma contrária, dentro do arcaísmo da visão dos seus controladores. O DNOCS exercia o seu controle também nas cooperativas de produtores rurais, que se colocavam na defesa dos interesses dos grandes produtores e não na captação das pequenas produções para uma melhor intervenção e venda dos produtos no mercado, portanto, havia um controle sufocante da pequena produção pelo Estado que desfavorecia o pequeno produtor (LIMA; PATRÍCIO, 2010, p.10).

A partir de 1945, o DNOCS amplia sua atuação, que vai da construção de reservatórios de água para o desenvolvimento de recursos hídricos com outras possibilidades de utilização, em especial a geração de energia elétrica. Aqui se inicia a criação de um conjunto de entidades voltadas principalmente para ações de financiamento e execução de grandes obras para o Nordeste, visto como uma região problemática, onde a seca e suas consequências sociais - especialmente a fome e a pobreza - sensibilizavam e mobilizavam recursos que na prática eram utilizados apenas pelas elites. É nesse contexto que são criadas a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Ainda com esse objetivo de complexificar e ampliar as ações ligadas ao desenvolvimento econômico, especialmente pelo contexto nacional que o Brasil passava em torno do desenvolvimentismo, são criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Após anos de fracasso nas políticas executadas pelo IFOCS, esse conjunto de organizações se debruçariam não mais apenas em torno da questão hídrica, mas sobre o planejamento de ações e políticas agrárias com foco no desenvolvimento de forma mais abrangente na região (AMORIM; LEITE, 2020), sem deixar de controlar questões políticas, em especial a proposta de políticas de irrigação, que na época era rechaçada pelos proprietários de terra justamente pelo fato de que para que os perímetros irrigados se tornassem factíveis, seria necessário redistribuir as terras, o que necessariamente gerou tensões que se tornariam responsabilidade da SUDENE. Na época, diante da constatação da ineficácia das ações do DNOCS, a SUDENE ficaria à frente de uma série de iniciativas

ligadas ao combate à seca e desenvolvimento tendo autonomia em relação ao Departamento, que passou a ser controlado pela própria SUDENE.

Nesse contexto, de esforços do Estado, especialmente no governo Kubitschek, para desenvolver o país através das atividades industriais, se passa a pensar a questão da seca no Nordeste não apenas a partir das consequências climáticas, mas também sobre como a sistemática falta de água por longos períodos impedia a atividade industrial e uma série de outras atividades econômicas. Se por um lado havia uma busca desenfreada pela modernização e pelo desenvolvimento; do outro, as secas periódicas (em especial a de 1958) atestam a ineficácia deste tipo de política que não levava em conta os aspectos sociais. A questão não era a suposta falta de água, mas de políticas que democratizassem o acesso à ela e às tecnologias de armazenamento, que na época, eram exclusividade dos grandes proprietários de terras apadrinhados pelo próprio Estado.

A má repercussão do trabalho do DNOCS começa a levantar questionamentos e um relatório foi enviado para o Ministério Público enumerando os abusos perpetrados pela Indústria da Seca, especialmente as fraudes e desvios de recursos públicos. A partir daí é criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que elabora um relatório cuja proposição aponta um novo caminho: reorganizar a produção para que ela resistisse melhor às estiagens, não apenas construindo novas estruturas, mas aproveitando os recursos já existentes. A partir disso, a SUDENE parte para a elaboração de planos de emergência e de analisar a viabilidade dos projetos de irrigação e o DNOCS se torna uma autarquia federal para organizar prioritariamente ações de doações de cestas básicas e frentes de trabalho em momentos de seca ou enchentes.

De 1959 a 1964, a SUDENE teve autonomia para realizar pesquisas, identificar demandas, firmar acordos com o Governo Federal e órgãos internacionais, elaborar e implementar ações políticas para o Nordeste. Ressaltam-se, entre outros, os convênios firmados com a França para implementação de projetos de irrigação no sertão do Ceará, objetivando o desenvolvimento da região. Acordos foram firmados com a Alemanha visando a garantir a assistência técnica para a agricultura no Nordeste, além de convênios com a FAO – órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, objetivando o desenvolvimento de pesquisas e experimentações no campo da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, tendo sido instalados dois projetos: o Bebedouro, em Petrolina (PE) e o Mandacaru [em Juazeiro] (BA), projetos esses que serviram de base técnica para o surgimento do Programa de Irrigação do Vale do São Francisco, hoje uma das áreas mais produtivas do Nordeste. (AMORIM; LEITE, 2020, p. 202)

Politicamente, a SUDENE sofre bruscas mudanças a partir de 1964, quando a ditadura militar afasta seu principal coordenador, Celso Furtado, e diversos trabalhadores da superintendência que foram identificados pelos militares como comunistas e subversivos, ainda que a avaliação do próprio órgão fosse de que esses eram os servidores mais capacitados e conhecedores da realidade regional (ALBUQUERQUE, 2012). No ano seguinte, o órgão passa a receber financiamento estrangeiro através da United States Agency for International Development (USAID) e a imprensa passa a usar o termo “nova Sudene”, que segundo Albuquerque (2012), denotaria não apenas as ações de combate à seca, mas a de uma imensa área de desenvolvimento econômico, já que até 1964 os problemas na atuação do órgão eram causados “segundo a *Folha* e quase toda a mídia escrita, por incompetência ou desvio ideológico; depois da faxina feita pelo governo “revolucionário”, a Sudene trabalhava apenas com visão de longo prazo” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 71).

Se antes a proposta da irrigação surge como uma ação modernizadora, com pouco tempo, ela é apropriada pela elite regional como solução para a “baixa” produtividade das terras, ainda que essa produtividade fosse a esperada para os padrões de solo e clima. Agora, abraçada pelos latifundiários, a irrigação serviria aos interesses das oligarquias, que não queriam alterações na estrutura agrária e distribuição de terras, mas agora com uma roupagem moderna. Para executar o projeto foi criado o Grupo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola - GEIDA. Apesar do apelo das políticas de irrigação, o DNOCS, que foi reformulado novamente em 1970 para executar a atividade, não abandonou sua principal e tão contestada política, que era a construção desenfreada de açudes, o que depois ficaria conhecido como açudagem.

Ainda no contexto da sanha desenvolvimentista que tomava conta do país através das obras de açudes, rodovias, campos de pouso, postos agrícolas, irrigação, perfuração de poços, ferrovias, igrejas, escolas, instalação de rede elétrica e de comunicação no Nordeste e também fora dele, a exemplo da construção de Brasília e dos parques industriais no ABC paulista, era notável a grande quantidade de nordestinos absorvidos para as frentes de trabalho. Muitos migravam por conta própria após a persistente propaganda nacional que colocava o Sudeste como a grande aposta do futuro e um celeiro de obras, e conseqüentemente, trabalho, mas a duras penas:

É interessante atentar para o ambiente das obras do DNOCS, assemelhado na fonte a um campo de concentração. Os trabalhadores que conquistavam uma vaga nas frentes de serviço logo começavam a dura lida num espaço problemático. Os retirantes chegavam esgotados pela fome de dias e começavam a trabalhar em serviços que exigiam muito esforço físico em atividades diferentes das quais estavam acostumados, num cotidiano que se tentava notabilizar pelo horário e pela disciplina. Em troca do trabalho recebiam baixos salários, e por conta do ambiente insalubre das obras muitos adoeciam (CASTRO, 2011, p.8).

Nesse ambiente, longe de parentes e vizinhos, muitos vivendo o luto da perda de familiares enquanto agradeciam pela sua própria sobrevivência, o rádio acaba se tornando uma forma de se conectar com as notícias da sua região, e com a música, especialmente no contexto de ascensão da carreira do pernambucano Luiz Gonzaga impulsionada pelas rádios de grande alcance através da amplitude modulada (AM), com destaque para a Rádio Nacional, no Rio de Janeiro. É aqui que o Nordeste vai sendo construído, com o apoio do rádio, como o espaço da saudade.

O rádio, por ser um veículo de comunicação de massas neste momento, será pensado como veículo capaz de produzir não só essa integração nacional, com o encurtamento das distâncias e diferenças entre suas regiões, mas também como capaz de produzir e divulgar esta cultura nacional. Embora financeiramente liberado da tutela do Estado desde a década de 30, tornando-se um veículo de fato comercial, sustentado pela propaganda, o rádio será tutelado, inclusive pela censura, para se engajar nesta política nacionalista e populista, partida do Estado (ALBUQUERQUE JR., 1999, p.152).

Neste processo, mais que pelas notícias, a dizibilidade sobre o que era o Nordeste foi construída através da música, num contexto em que havia uma busca para definir o que viria a ser a Música Popular Brasileira. O baião se tornaria essa “música do Nordeste” por carregar consigo os temas, palavras e até mesmo o sotaque que ajudam definir, de forma estereotipada, essa região que agora, além da imprensa, tinha o radinho de pilha como praticamente uma ferramenta de trabalho desses retirantes-operários nordestinos. O próprio combate à seca vira tema da música “Paulo Afonso”⁸, composta por Zé Dantas, mas coroada na voz do “Rei do Baião”, que fala de ordem e progresso e de como a hidrelétrica daria fim à seca e a pobreza e a Sudene seria um “caminho para a redenção regional” (ALBUQUERQUE JR., 1999, P. 163)

⁸ Olhando pra Paulo Afonso/ Eu louvo nosso engenheiro/ Louvo o nosso cassaco/ Caboclo bom verdadeiro/ Oi! Vejo o nordeste/ Erguendo a bandeira/ De ordem e progresso/ A nação brasileira/ Vejo a industria/ gerando riqueza/ Findando a seca/ Salvando a pobreza

Na imprensa, a imagem do retirante era a mesma atribuída aos flagelados, com a diferença do cenário que os cercava: os que permaneciam no Nordeste compunham uma visão aterradora do chão árido, de árvores e animais mortos, um cenário de terra arrasada; já os retirantes, sujos, famintos e doentes que cruzavam o país no pau-de-arara compunham a contrastante imagem da Paulicéia Desvairada, rodeados de prédios, construções e do cinza-concreto que define a paisagem paulistana. É o que demonstra Mendes (2021), que analisa a representação dos nordestinos em São Paulo na imprensa na década de 1950 a partir das edições do jornal *Correio Paulistano*, o primeiro jornal impresso diariamente no estado de São Paulo e o *Terceiro no Brasil*.

Os migrantes sofriam sutis analogias com animais nos textos do jornal, num processo de desumanização que, se por um lado podia servir ao tom de denúncia e urgência, por outro cristalizava uma imagem animalesca dos migrantes que se sustentava por meio de outras imagens frequentemente mobilizadas em torno dos nordestinos, como sujos, portadores de doenças, vítimas passivas da natureza e capazes de arroubos de violência. Num primeiro momento são “arrebanhados”, “descem” o São Francisco para São Paulo “como animal nas gaiolas” e ao final são “atirados como animais no cimento frio” (MENDES, 2021, p. 84).

Entretanto, a chegada das políticas de irrigação alteraria a configuração do Semiárido, especialmente a partir da implementação do Programa Plurianual de Irrigação em 1971, que tinha como objetivos “a utilização racional da terra, o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, o aumento da produtividade e da produção, o aumento da renda e a melhoria do padrão de vida da população, com a consequente redução do êxodo rural” (ESTEVAM NETTO, 1987 apud VELLOSO, 2000, p. 37). Agora, se abre uma nova era de execução de políticas: os açudes são substituídos pela organização dos perímetros irrigados com um discurso de transformar a agricultura tradicional do Nordeste, tornando-a moderna e competitiva especialmente a partir do uso de tecnologia. Esses projetos eram sustentados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, que teve três edições e tinha metas ousadas de implantação dos projetos de irrigação, área cultivada e valores destinados à produção. Nessa perspectiva de extrair o máximo da terra, evidentemente, não havia nenhum tipo de preocupação com a sustentabilidade socioambiental dessas atividades e nenhuma visão dos impactos que poderiam ocorrer. Esse padrão de desenvolvimento e modernização rápida do campo não só no Semiárido, mas em outras regiões empobrecidas de países da América Latina e África fazia parte de

um projeto maior de desenvolvimento, ligado a órgãos internacionais e que tinha objetivos políticos e econômicos bem demarcados.

Ainda que os possíveis prejuízos não tivessem sido calculados ou previstos, em pouco tempo as contradições que envolviam os projetos de implantação dos perímetros irrigados foram acontecendo. As ousadas metas do Plano Plurianual de Irrigação não seriam completas e revelariam não apenas o descompasso entre o que o projeto se propôs a fazer e o que ele realmente fez, como evidenciou que essas políticas, apesar de serem chamadas de regionais, eram implantadas desconsiderando os limites dos biomas, dos recursos naturais e as formações sociais, econômicas e culturais de cada região deste vasto território de atuação do DNOCS e da CODEVASF.

As contradições também começam a aparecer na imprensa. Já na década de 1970, os veículos passam a criticar a SUDENE diante da falta de resultados das suas ações e das inúmeras denúncias de desvio de verbas e corrupção especialmente no momento em que a região de atuação do órgão enfrentava mais um período de estiagem. A visão da imprensa muda novamente para elogiar a atuação da SUDENE quando esta inicia os planos de irrigação, mas a partir de 1975, passados quase cinco anos sem que a situação das famílias agricultoras mudasse, a superintendência volta a ser criticada e passa a ser tratada como um “elefante branco”. Albuquerque (2012) afirma que a posição de apoio ou crítica da imprensa ao órgão se altera porque ainda no início da ditadura, a própria mídia hegemônica foi um braço importante de apoio ao golpe de 1964; contudo, na década de 1970, as críticas surgem não apenas pelas questões relacionadas à própria SUDENE, mas porque o crescimento da censura sobre os meios de comunicação empurra os veículos de comunicação para o lado da oposição ao regime, oportunidade para que esses meios retomassem sua credibilidade após anos defendendo o ditadura.

A imprensa brasileira exerceu um papel fundamental na aprovação pela população da atuação da Sudene durante os primeiros anos do regime militar. Defesa que encontra todo o seu sentido no fato de a autarquia parecer encarnar, no imaginário da nação, a salvação do Nordeste.[...] Criticar a Sudene, nos primeiros anos da década de 1970, significava também criticar o governo militar, e os dois jornais locais ora analisados só começaram a fazer isso mais incisivamente após o AI-5.[...] Para a imprensa, o mar de lama em que se afogava a instituição provavelmente se constituía num perfeito telhado de vidro, capaz de ajudar a limpar sua imagem perante a opinião pública, de tal forma que muitos a reconheceram como defensora das liberdades democráticas. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 82)

Outra questão que ressurgiu com mais força nesse período é a fundiária, que, apesar das ações feitas desde a fundação do IOCS, não se alterou de forma estrutural, já que a questão do direito à terra não era problematizada e o tema foi blindado pelo próprio Estado no período da ditadura militar, já que havia um grande receio do fortalecimento das organizações camponesas na região, a exemplo do esforço feito pelos militares de acabarem com as Ligas Camponesas ainda no seu período de organização. Contudo, para a execução dos projetos de irrigação, era necessário delimitar e dividir os lotes entre os agricultores familiares (também chamados de colonos), técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e empresários, o que evidenciou as disparidades e a preferência do Estado em beneficiar as empresas em detrimento das famílias agricultoras, muitas que, inclusive, perderam terras nesse processo.

A distribuição de lotes nos perímetros públicos entre os colonos irrigantes estaria operando uma espécie de “reforma fundiária e de água” isenta de conflitos, interferindo na estrutura fundiária da região, com a divisão dos latifúndios improdutivos e a fusão dos “minifúndios inviáveis” [...]. A suposta mudança na estrutura agrária promovida pelo processo de colonização dos perímetros públicos irrigados do DNOCS, entretanto, é uma grande falácia [...]. A implantação dos perímetros públicos deu-se de forma pontual e extremamente localizada (VELLOSO, 2000, p. 43).

É com esse cenário de distribuição desigual de águas e terras, onde a colonização é propagandeada como reforma agrária sem ferir os interesses da política local, com o Estado incidindo diretamente no setor produtivo com esse grande objetivo de modernizar o campo com o DNOCS como a entidade responsável pelo desenvolvimento agrário do Nordeste. Promulgada em 1979, a Lei de Irrigação nº 89.496 determinava que 80% das áreas de perímetros irrigados estavam reservados para os agricultores familiares e os outros 20% deveriam ser divididos entre os demais irrigantes, o que parecia ser uma medida positiva para os historicamente desfavorecidos. Contudo, em 1984, o Decreto nº 90.309 permitia a redução de 50% da área dos perímetros destinadas aos colonos mediante autorização do Ministério responsável. Diante desta ofensiva das empresas, com redução de território e metas quase impossíveis de produtividade que só podiam ser conquistadas com o uso de técnicas, ferramentas e tecnologias que não estavam incorporadas no cotidiano da agricultura familiar, muitas famílias abandonavam ou vendiam, de forma ilegal, seus lotes para as empresas e, o que inicialmente era apenas uma garantia de

utilização da terra, na prática se tornou um processo de concentração de terras nas mãos dos latifundiários.

Diante de toda esta problemática, o DNOCS decide iniciar um projeto de emancipação dos perímetros, onde o Estado deixa de ser o executor das ações nos e se torna indutor, colocando esta responsabilidade sobre os colonos e suas ferramentas de organização, como associações e cooperativas. Essa mudança de postura do Estado desencadeia uma série de reações, já que órgão que centralizava todas as ações por quase um século decide terceirizar essa função de forma instantânea, desconsiderando a herança paternalista que o próprio órgão criou no seu modo de funcionamento.

Mais uma vez o órgão sofre uma nova reforma e, a partir da década de 1990, a principal atividade do DNOCS é executar a emancipação dos perímetros, ainda que num contexto de incerteza institucional e cortes orçamentários. Evidentemente, o projeto encontrou entraves, a exemplo da falta de capacidade de gerenciar essa transição de responsabilidades e a recusa dos agricultores, que por muito tempo foram impedidos de debater as políticas e imediatamente seriam responsabilizados pela sua execução e monitoramento. Com uma redução da ação do Governo Federal sobre a questão, mais uma vez o que ocorre é o fortalecimento do agronegócio, já consolidado nos perímetros, e a participação da iniciativa privada neste processo, já que ela possuía meio e ferramentas para garantir produtividade nas terras irrigadas, ainda que com uma preocupação ambiental voltada apenas ao “uso racional” da água e demais recursos naturais. Na prática, esse processo de emancipação abre espaço para um perfil de produtor que não é do agricultor familiar, mas dos latifundiários que historicamente já ocupavam essa região, e também de um perfil empreendedor, que buscava se inserir no mercado e que prometia cumprir as expectativas do órgão.

Olhando para a abordagem dos meios de comunicação hegemônicos neste período, é visível como há um esforço na construção de uma imagem e de um discurso dominante sobre essa região que se forma ao longo do século XX, onde a seca, a fome e o chão rachado, embora só apareçam os períodos de estiagem, acabam por se tornar símbolos genéricos e permanentes. Se por um lado, esse meios muitas vezes servem para denunciar a emergência social causada pela seca e a ineficiência estatal em tentar combater um fenômeno natural, e posteriormente, denunciar a corrupção e desvio de verbas públicas, por outro lado, é essa mesma mídia que amplifica um discurso que dá origem também ao

estereótipo do nordestino flagelado, pobre, maltrapilho, faminto e doente, que é fruto da omissão do Estado nos períodos de estiagem, e que acaba instituindo uma verdade tão forte construída ao longo das décadas que elimina a multiplicidade e a diversidade de sujeitos que vivem neste mesmo território. Ainda que as secas não provoquem hoje mortes e migração em massa, é essa imagem que ainda está cristalizada no imaginário da sociedade, em especial a do Sudeste, que é quem de fato construiu essa imagem e esse discurso de que o o nordestino é o “outro”, o “regional” para que ela se reafirme como sujeito nacional. Aqui, cabe uma crítica deste papel operado pelos meios de comunicação hegemônicos, como elenca Albuquerque Jr.:

Devemos criticar, por exemplo, a postura da mídia, não porque não vê nossa verdadeira face, ou mostra nossa verdadeira fala, mas por ter uma postura negadora da história, da mudança, por estar presa a uma visibilidade e dizibilidade do Nordeste que faz com que venham à região sempre em busca do folclórico, da miséria, da violência, da seca, até de cangaceiros, beatos e coronéis ainda no final do século XX [...]. As reportagens sobre o Nordeste não são feitas para descobrir algo novo a seu respeito, mas reafirmar a sua imagem já estabelecida (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 317).

Por fim, o que se verifica, olhando para atuação do Estado nessa região a partir do DNOCS e de uma série de outras iniciativas e entidades, é que o órgão foi fundamental para acumular conhecimento técnico e estudar as características climáticas deste território através das diversas iniciativas de estudo e monitoramento. Contudo, o apelo que mobilizava recursos para sanar as questões sociais e econômicas decorrentes dos períodos de estiagem resultava em ações que favoreciam as elites locais, que por muito tempo tempo utilizavam a seca como barganha; que os recursos públicos eram, majoritariamente investidos na construção de reservatórios de água para uso privado, legitimando as ações e abusos de coronéis contra famílias que se submetiam a essas ações em troca da sobrevivência, e, a partir do processo de implantação da irrigação, o Estado abre as portas para a iniciativa privada e responsabiliza as famílias que resistiram a todo esse processo sem capacitá-las para as tomadas de decisão e execução de projetos nos territórios que poderiam ser decisivos para sua permanência no local ao invés do abandono e venda ilegal de terras. O que se verifica é que a Indústria da Seca era, de fato, um projeto bem organizado para favorecer aqueles que já tinham poder e manter em vulnerabilidade as famílias que tinha como única opção se sujeitar às estruturas feitas pelas oligarquias patrocinadas pelo próprio Estado Brasileiro.

1.3 “É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA”: FORMAÇÃO DA ASA, CRIAÇÃO DO PIMC E A FUNDAÇÃO DO IRPAA NO NORTE DA BAHIA

É notável como o Estado brasileiro e seus órgãos instalados no Semiárido tentavam buscar uma “solução” definitiva para combater a seca, e, neste processo, se reforçava um discurso em torno da necessidade de modernizar esta região e o restante país e desenvolvê-lo para que este fosse mais produtivo. Essa guinada desenvolvimentista que marcaria a história do Brasil, em especial os anos 1950, quando Juscelino Kubitschek utiliza o lema “Cinquenta anos em cinco” fazendo uma síntese do seu objetivo de desenvolvimento, marca a história do Semiárido a partir de uma outra perspectiva. Neste território, as ações de desenvolvimento local chegam com mais força a partir da década de 1940, com o propósito de “modernizar o campo”, introduzindo maquinários, agrotóxicos e outros processos químicos nas etapas de plantio e colheitas, além do próprio processo de criação dos projetos de irrigação para acelerar, através de um relativo acesso à água e tecnologias de produção o processo de mudança tecnológica na zona rural do Semiárido que era parte do grande grande objetivo de levar progresso para os rincões do país.

É neste mesmo local, a partir especialmente da década de 1980, que surgem no Semiárido diversas iniciativas organizadas movimentos sociais, associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais e setores progressistas da Igreja Católica, pautando que as ações da SUDENE e de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER) passassem a aproveitar a capacidade e o conhecimento das próprias comunidades e pautar questões como a Agroecologia, a educação no campo, as questões de gênero, o direito à saúde e uma série de outras questões que são fundamentais para entender as múltiplas realidades em que as populações do Semiárido vivem, e assim, construir políticas ações que contribuíssem para que essas populações aprendessem e a produzir e conviver com as características climáticas do Semiárido. Assim, o que se inicia com a luta pelo acesso à água passa a englobar uma série de outras lutas a partir da compreensão de que a água é um bem precioso para viver e produzir nos territórios semiáridos, mas é preciso mais que isso. A conjuntura era favorável, especialmente pelo contexto de readequação no modelo econômico brasileiro com o fim da ditadura militar e da efervescência política e da criação de uma série de organizações.

Uma delas é o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), fundado em 17 de abril de 1990 a partir da articulação entre organizações religiosas, como

as Comissões de Educação de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); além de sindicatos e associações de trabalhadores rurais de famílias produtoras, movimentos populares e as Escola Família Agrícola (EFA). A entidade, que é uma Organização Não Governamental (ONG), tem sede em Juazeiro tem como principal objetivo prestar uma assessoria que combinem ações de caráter técnico e pedagógico para agricultores e agricultoras do norte da Bahia. Apesar dos seus 32 anos, o IRPAA não é a primeira organização que atua com este objetivo na região, onde já atuavam o Movimento de Organização Comunitária (MOC) há 55 anos e o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) há 52 anos, que também contribuíram no processo de formação da ONG.

Sediada em uma das regiões do Semiárido que recebeu diversas obras e intervenções do DNOCS, CHESF e da SUDENE, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que possui o maior lago artificial do mundo e dos projetos de irrigação Mandacaru e Nilo Coelho, nas respectivas cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), o IRPAA começa a atuar na região ainda antes da sua data de fundação com ações apropriadas para cada realidade a partir de cinco eixos: Terra, Água, Produção, Comunicação e Educação. Eles, segundo Carvalho e Souza (2015), são compostos por equipes multidisciplinares e autônomas, mas que atuam em permanente diálogo e são atravessados por eixos transversais como Políticas Públicas, Meio Ambiente, Gênero e Juventude, que são trabalhados de forma conjunta pelos cinco principais eixos. Até o ano de 2010, a Comunicação era um eixo transversal, mas a partir da necessidade de fortalecer as ações de comunicação estipuladas como metas de algumas políticas públicas executadas pela ONG ele passa a ser um eixo com uma equipe designada para essa função. Mais recentemente, a partir da constatação que a comunicação e a educação têm uma atuação conjunta, especialmente ao incorporar práticas da comunicação popular, educação contextualizada e educomunicação, o IRPAA decide unir os eixos Comunicação e Educação em um só, sendo que os comunicadores e comunicadoras do eixo continuam atuando a partir de três linhas: Comunicação Institucional, Comunicação Interna e Comunicação Externa.

Além dos processos de Assessoria Técnica em Extensão Rural (ATER), a construção e desenvolvimento de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e o acompanhamento de iniciativas das agricultura familiar e agroecológica, o IRPAA também realiza processos de formação continuada com diferentes públicos, a exemplo da Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido, feita com jovens agricultores e

agricultoras da região norte da Bahia e do curso de Comunicação para a Promoção das Viabilidades do Semiárido, cujo público-alvo são os estudantes do curso de Comunicação Social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ofertado no Campus III da Universidade, em Juazeiro (BA). A ideia é atuar em diversas frentes que vão contribuir no paradigma de convivência com o Semiárido a partir de uma noção multiperspectiva:

Com essa perspectiva de atuação, procura romper as “dizibilidades e visibilidades” instituídas, partindo do pressuposto de que o semiárido é um ecossistema rico, diversificado e, portanto, possível de possibilitar vida digna aos seus habitantes, desde que estes aprendam a conviver com as suas potencialidades e limitações. Ao construir experiências, imagens e dizeres positivos aos atributos físicos e simbólico culturais desses espaços, o Irpaa fortalece o sentimento de pertencimento dos sujeitos beneficiados por seus projetos (CARVALHO; SOUZA, 2015, p.4).

Para executar as ações que se ligam ao lema “Viver no Semiárido é aprender a conviver”, o IRPAA conta com o financiamento do poder público a partir de várias instâncias captados através de editais e chamadas públicas, parcerias com organizações internacionais e doações de pessoas que se interessam pela atuação da instituição. O Instituto também possui parceria com outras ONG’s, fóruns e redes, a exemplo da Articulação Semiárido Brasileiro, que ajudou a construir desde o início, como relembra o Coordenador Nacional da ASA pelo estado da Bahia, Cícero Félix. Apesar de ser uma citação longa, o relato ajuda a compreender como se dão relações entre o IRPAA e a ASA desde a fundação de ambas:

Sem falsa modéstia, a gente conseguiu enquanto IRPAA problematizar a questão do Semiárido para além da seca, da situação climática, mas olhando o clima da região, considerando o clima do ambiente, mas considerando também todo o caldo sociocultural da região, a gente começou a pautar junto às famílias agricultoras, a partir da experiência dos próprios agricultores e agricultoras, de que era possível viabilizar condições de vida dessas populações daqui sem necessariamente ter que negar essa região, ter que abandonar essa região. Então é aí que a gente começa a construir o rompimento com o paradigma da Indústria da Seca e apresentar o paradigma da Convivência com o Semiárido, claro que muito a partir da diversidade de realidades que existe aqui no rural do Semiárido. A gente começou a dialogar para além das comunidades, com outras organizações que estavam nessa mesma pegada, nessa mesma construção, olhando para esses mesmo horizonte e tentando construir caminhos para avançar nessa perspectiva e foi aí que começamos a dialogar com universidades, centros de pesquisa, a Embrapa, trocar experiências com outras regiões de outros países que tem regiões parecidas com as nossas. Nós fomos vendo que tinham muitas experiências interessantes espalhadas pelo Semiárido brasileiro, mas elas estavam desarticuladas e elas não apareciam para a sociedade. A grande sacada de criar a ASA foi: “Que bom, nós estamos fazendo muitas coisas, mas cada um

no seu canto. Como a gente continua fazendo isso de forma articulada e que tenha visibilidade disso que a gente está fazendo?” A ideia de criar a ASA foi exatamente isso: para articular o que estava sendo feito, as forças que estavam operando, fazendo acontecer em vários lugares, principalmente os agricultores e agricultoras e as organizações de apoio da sociedade civil e que essa rede que precisava ser construída, que é a ASA hoje, ela desse conta de sistematizar essas experiências, buscá-las, fazer intercâmbio delas; buscar, desenvolver e aprimorar conhecimentos e que isso se tornasse o projeto de sociedade que a gente quer pro Semiárido e que isso fosse apresentado para a sociedade brasileira. A ASA nasce da necessidade das comunidades de ganhar visibilidade e força política para apresentar o projeto de sociedade dos povos do Semiárido (SANTOS, 2022).

É nesse processo de articulação entre as diversas organizações que atuavam no Semiárido que surge a proposta de ocupar por uma semana o prédio da SUDENE no Recife (PE) em 1993, quando as organizações já vinham há um ano denunciando as consequências sociais e políticas da falta de ação dos governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Itamar Franco durante a estiagem que iniciou em 1992. A ocupação rendeu frutos positivos num arcabouço de ações que cancelavam as de cunho assistencialista como as cesta básicas e frentes de emergência e impulsionava as de fomento às atividades produtivas, como as Frentes Produtivas de Trabalho e iniciava um processo de negociação com o Governo Federal para elaborar propostas permanentes de convivência com o Semiárido (ANGOLA, 2018). Nesse processo surge o Fórum Nordeste, com a participação de cerca de 300 entidades para apresentar essas propostas e organizar a preparação do seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro”, onde foi entregue ao governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) um conjunto de propostas que não se efetivaram na prática.

Sem ganhos reais, parte dessas 300 entidades acabaram se desmobilizando do Fórum Nordeste, mas outras articulações foram surgindo, crescendo e adentrando o debate da convivência com o Semiárido que culmina na preparação de um Fórum Paralelo que aconteceu durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP-3) em Recife (PE), em 1999, outro ano marcado pela estiagem que se iniciou em 1997. Esse acaba sendo um marco muito importante, porque é durante esta atividade que é lançada a Declaração do Semiárido, um documento com propostas para a convivência com o Semiárido e combate à desertificação assinada por 61 entidades que a partir daquele momento se denominavam como Articulação do Semiárido Brasileiro, a ASA. O documento, além das propostas, é também um grito de denúncia acerca do descaso histórico do Estado com relação à questão das estiagens no Semiárido, como a própria declaração aponta:

É disso que nós, da Articulação no Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal (ASA, 1999, p.2)

Além disso, a declaração critica mais uma vez as ações emergenciais, que na época, eram basicamente cestas básicas e água através de carros-pipa. Recém-fundada, a articulação questiona: “Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, antieconômicas e que geram dependência?” (ASA, 1999, p.3). A análise é de que a água, apesar de ser um elemento fundamental para convivência com as características climáticas do Semiárido e para a promoção de um desenvolvimento sustentável e voltado às necessidades regionais, exige soluções complexas que práticas como a irrigação, açudagem e adutoras (ações propagandeadas pelo Estado como soluções definitivas) não são capazes de resolver. Já no seu documento de fundação, a ASA pauta que a captação de água das chuvas é suficiente para as necessidades humanas e produtivas do território, citando a conclusão da 9ª Conferência Internacional de Sistemas de Captação da Água da Chuva, que aconteceu em Petrolina (PE), onde especialistas de diferentes partes do mundo atestaram a viabilidade desta proposta.

As propostas do documento se organizam em dois principais eixos: o primeiro se volta ao uso sustentável, a conservação e a recomposição do meio ambiente e dos recursos naturais do Semiárido, especialmente porque ali já havia uma preocupação com a possível prolongação das estiagens por causa das mudanças climáticas; já o segundo toca em questões estruturais, como o fim do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. A perspectiva de conviver com os períodos de seca e continuar produzindo nestes momentos se liga, de acordo com o documento, a propostas práticas que devem ser aplicadas em conjunto, a exemplo do uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao Semiárido; o fortalecimento da agricultura familiar; o acesso a crédito e canais de comercialização; a articulação com a Academia; a garantia da segurança alimentar e a universalização do direito à água, porém, essas ações não devem vir apenas a partir da ação do Estado, mas precisam romper com o processo de dominação política e vir

acompanhadas de um processo de formação e informação para que a sociedade civil e os atores sociais dessas políticas participem ativamente do processo de elaboração, execução e avaliação das propostas. Ainda de forma embrionária, se verifica aqui uma preocupação em torno da comunicação com a proposta de um “programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira” (ASA, 1999, p. 6).

O documento encerra propondo o Programa de Convivência com o Semiárido, que se baseia na captação de recursos a fundos perdidos, a reorientação de linhas de crédito já existentes e a criação de um fundo específico e de uma linha de crédito especial a ser operacionalizada pelo Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste (FNE). A proposta é uma contraposição às ações de combate aos efeitos da seca - cujas ações eram o pagamento de cestas básicas e frentes produtivas no valor de R\$ 48,00, pontuado pela ASA como uma “renda miserável” - e que apenas entre 1998 e 1999 custaria cerca de 2 bilhões de reais. A contraproposta, baseada nos números levantados pela entidade de que aproximadamente um milhão de famílias viviam em condições extremamente precárias no Semiárido, é justamente a construção de um milhão de cisternas de placa, que custaria no total 500 milhões de reais (25% do valor total já gasto com ações emergenciais) e traria uma solução a longo prazo para essas famílias. Ou seja, é a partir daqui que a ASA nasce enquanto articulação propondo uma política pela qual seria internacionalmente reconhecida, que é o Programa Um Milhão de Cisternas. No conjunto do documento, o que a ASA propõe a partir da Declaração do Semiárido é uma mudança de paradigma:

O semiárido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça” (ASA, 1999, p. 8).

É apenas em 2003 que o Governo Federal decide acolher a proposição da ASA e iniciar o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Organizado a partir de experiências descentralizadas, agora o Programa passa a ser custeado com recursos previstos no Orçamento Geral da União e compor o Plano Brasil sem Miséria. Além da ASA e do

Governo Federal, o programa conta também com a atuação de Organizações Não Governamentais (como o IRPAA), governos municipais e estaduais, entidades de cooperação internacional e empresas privadas (ASA, 2003). O P1MC é parte do Programa Cisternas, um programa “guarda-chuva”, que abriga também iniciativas de construção de reservatórios de água em escolas e para o uso produtivo, como veremos adiante.

O principal objetivo do P1MC é democratizar o acesso à água, levando-a a cinco milhões de pessoas (considerando que a média de pessoas em um núcleo familiar é de 5 integrantes), mas sabendo que a necessidade de pessoas que podem ser beneficiadas com a construção das cisternas pode ser ainda maior. Para participar do programa, era necessário que a família residisse na zona rural do Semiárido, tivesse perfil no Cadúnico⁹ e Número de Identificação Social (NIS), necessários para participar de qualquer programa do Governo Federal. Para as famílias que não cumpriam os dois últimos requisitos, as organizações responsáveis pela execução do projeto também se responsabilizavam para que essas famílias se tornassem aptas e para as que já possuíam, antes da construção da cisterna era necessário participar do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), que traria noções básicas de cuidado e manejo da água e de conservação e manutenção da cisterna de uso doméstico, que tem capacidade de 16 mil litros, o que possibilita que uma família de 5 pessoas tenha água para beber e cozinhar num período de 6 a 8 meses, que é geralmente o período médio de estiagem (ASA, 2003). No decorrer da sua execução, o P1MC conquistou diversos prêmios, a exemplo do Prêmio Sementes, da Organização das Nações Unidas (ONU); O Prêmio Josué de Castro de Boas Práticas em Gestão de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Prêmio ANA, da Agência Nacional de Águas.

Quatro anos depois, em 2007, o Programa Cisternas se amplia a partir da necessidade de garantir o direito à água não apenas para uso doméstico, mas para impulsionar atividades produtivas no Semiárido. É neste ano que começa a ser executado o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), tendo como principal objetivo “promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda entre as famílias agricultoras através do acesso e do manejo sustentáveis de terra e água para a produção de alimentos” (ASA, 2013, p. 10). O número “1” que consta no nome do

⁹ O Cadúnico é um sistema que coleta e armazena dados de identificação de todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil para mapeá-las e incluí-las em programas de assistência social e distribuição de renda.

programa faz referência a necessidade básica da terra para a produção e o “2” aos dois tipos de água: a primeira, de uso doméstico, conquistada através do P1MC; e a segunda água, para produção de alimentos, será conquistada através do programa.

Para estar apta a participar do programa, os pré-requisitos são mais específicos, justamente porque este é uma espécie de continuidade de uma política anterior. As famílias precisam residir na zona rural do Semiárido; ter renda familiar de até meio salário mínimo per capita; Cadúnico e NIS; já possuir a cisterna de uso doméstico; estar como beneficiada ou prioridade no caso de extrema pobreza e já ser atendida pela política de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER) do Programa Brasil sem Miséria. Além desses requisitos, também é levando em consideração se na família há crianças de 0 a 6 anos; crianças em idade escolar frequentando a escola; idosos acima dos 65 anos; pessoas com deficiência e se a família é chefiada por uma mulher.

No processo de implementação do programa, o foco é diversificar a produção levando em conta as características da família e da propriedade a partir das seguintes tecnologias sociais: a cisterna-calçadão, com capacidade de 52 mil litros, que capta água da chuva por meio de um calçadão de cimento que pode ser aproveitado para outras atividades; a barragem subterrânea, que aproveita a passagem de córregos e riachos para armazenar água, possibilitando até mesmo o cultivo de arroz em áreas de maior umidade; o tanque de pedra, que aproveita estruturas de pedra natural da propriedade, como lajedos, aumentando sua capacidade de armazenamento, que de tão grande pode beneficiar até dez famílias; a bomba d'água popular, que aproveita poços tubulares desativados extraindo até mil litros de água em um minuto e com capacidade de beneficiar dez famílias durante 50 anos; o barreiro-trincheira, escavado na propriedade com um buraco longo e estreito para dificultar a evapotranspiração, podendo armazenar no mínimo 500 mil litros de água; a barraginha, que construída em sequência armazena a água num “efeito cascata” e favorece o plantio no seu entorno com o aumento da umidade; e, por fim, a cisterna-enxurrada, com capacidade de 52 mil litros e que aproveita declives no solo para armazenar e filtrar a água de maneira rápida com a ajuda de decantadores.

Além das tecnologias, o programa também prevê intercâmbio de experiências entre técnicos e agricultores nas comunidades, municípios e territórios, além de atividades estaduais, que de acordo com a ASA (2013), incentivam uma identidade regional camponesa com “o saber popular, somado ao conhecimento técnico produzido por

organizações, universidades e centros de pesquisas, entre outros, geram iniciativas com impactos positivos na vida das famílias” (ASA, 2013, p.20). O P1+2 também possui duas atividades de capacitação. O primeiro deles, oferecido antes das famílias acessarem as tecnologias sociais, é o de Gerenciamento de Água para a produção de Alimentos (GAPA), onde as famílias se apropriam das práticas de manejo da água, cuidados com as hortas e plantas medicinais com o uso de defensivos naturais e técnicas de fertilização do solo, além de compreender como pode acessar os Fundos Rotativos Solidários e de Tela¹⁰. A outra capacitação é o SISMA, Sistema Simplificado de Manejo da Água, onde as famílias experimentam na prática a montagem de um sistema de aguamento, para dar consequência prática ao processo de armazenamento feito através dos reservatórios e potencializando outras infraestruturas de baixo custo e fácil aplicação. Por fim, o P1+2 também estimula um “processo coletivo de recuperação e registro de saberes e práticas locais de convivência” (ASA, 2013, p.22) com a sistematização de experiências através de várias ferramentas, como cordéis, cartilhas, programas de rádio, banners, e a ferramenta adotada especificamente para o programa, que o boletim impresso *O Candeeiro*.

Desta forma, o P1+2 “investe na comunicação popular enquanto estratégia para divulgar a imagem positiva do Semiárido, bem como animar/facilitar os processos de comunicação nos territórios” (ASA, 2013, p.22). É após toda esta trajetória que *O Candeeiro* é pensado como uma meta, estratégia e forma de registro de experiências que dão outra cara a esse Semiárido produtivo.

Compreenderemos melhor o processo de produção do boletim e como a ASA e o IRPAA se organizam para redigir, imprimir e distribuí-lo no próximo capítulo, bem como aprender a concepção de comunicação popular da ASA e como ela se expressa na práxis da entidade. Por fim, um elemento que precisa ser considerado é que quando estamos falando do Programa Um milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas (P1+2) é elementar afirmar que, apesar da criação de ambas serem relativamente atuais, o contexto de implementação do P1+2 já faz parte de um passado recente. Isso porque a partir dos anos de 2015 e 2016, que ficaram marcados na história do Brasil por uma série de ajustes fiscais e de um grande acordo entre os poderes legislativo e judiciário que iniciaram no golpe de Estado que derrubaria a presidente Dilma Rousseff (PT) e que se

¹⁰ O Fundo Rotativo Solidário é uma espécie de poupança coletiva gerida pela comunidade, onde a partir de doações as famílias compram bens ou equipamentos que são utilizados uma vez por cada família, que tem o compromisso de contribuir devolvendo à comunidade parte do retorno financeiro que teve no período em que utilizou a tecnologia.

seguiu até a eleição de Jair Bolsonaro (até então PSL) em 2018, as políticas de convivência com o Semiárido sofreram cortes tão bruscos que impediram o andamento de programas e a execução de tecnologias sociais.

Os dados do Ministério da Cidadania que repercutiram em diversos veículos de comunicação (ALVINO, 2021; MADEIRO, 2022) apontam que em 2016 foram construídas 76,9 mil cisternas e o orçamento destinado ao programa era de R\$ 130 milhões; em 2017, 55,7 mil e orçamento de R\$ 72 milhões e em 2018, 32,9 mil com orçamento de R\$ 71 milhões. Durante o governo de Jair Bolsonaro a escassez de recursos foi ainda maior. Em seu primeiro ano de governo 32,3 mil cisternas foram construídas com os R\$ 67 milhões de reais destinados ao programa; em 2020 foram apenas 8,3 mil cisternas entregues apesar do programa ter recebido R\$ 89 milhões, um aumento de R\$ 22 milhões de reais e em 2021, o Programa Cisternas bateu seu recorde negativo, com apenas 4,3 mil cisternas construídas e R\$ 61 milhões destinados às políticas. Desta forma, forma, em apenas 5 anos, uma política que foi premiada como uma das três melhores políticas públicas do mundo¹¹ se tornou um retrato do passado, tanto porque o financiamento caiu de forma abrupta, em mais de 54% e o número de construção de cisternas caiu 95%, isso porque com o aumento do custo de vida e dos insumos necessários para a construção de cisternas, o valor unitário da cisterna aumenta. Para se ter uma ideia, a unidade da cisterna de consumo doméstico custa, em média, R\$ 4,6 mil e as de segunda água R\$ 19 mil, de acordo com os dados da ASA (MADEIRO, 2022). Dessa forma, o que os boletins *O Candeeiro* registraram foi uma série de mudanças na vida de agricultores e agricultoras familiares que tem se tornado cada vez mais rara porque o Governo Federal desconhece a realidade dessas famílias e ignora o potencial hídrico, econômico, e produtivo do Programa que tem eficácia comprovada e alterou radicalmente a relação dos agricultores e agricultoras com suas comunidades e territórios, conforme veremos mais adiante.

¹¹ Em 2017 o Programa Cisternas conquistou o segundo lugar no Prêmio Internacional de Políticas para o Futuro 2017, da World Future Council em parceria com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

2. A COMUNICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DO *O CANDEEIRO* E SUA RELAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A FOLKCOMUNICAÇÃO

Neste capítulo, iremos compreender as concepções de comunicação contextualizada e comunicação popular incorporadas e produzidas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) através da análise documental de documentos, cartilhas e materiais impressos produzidos pela entidade que orientam a atuação, sistematizam iniciativas e fazem um balanço das ações da ONG, especialmente do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Também faremos uma breve incursão pelos aspectos da Comunicação para o Desenvolvimento (CD), fazendo uma revisão bibliográfica da produção de Wilbur Schramm em torno desta e também elencando as transformações e críticas pelas quais a CD passou, especialmente na América Latina e no Brasil com as proposições de Paulo Freire e Roberto Benjamin, que respectivamente irão se debruçar sobre a crítica ao modelo de extensão qualificado como difusionista e a proposição de construção dialógica dos processos comunicativos em torno do desenvolvimento local e análise de possíveis elos teóricos entre estas com elementos da Folkcomunicação e do Folkjornalismo.

Além disso, para entender a cadeia de produção dos boletins *O Candeeiro* e como ele se articula com o conceito de comunicação popular absorvida pela ASA, serão utilizadas a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas com membros da ASA e do Instituto Regional da Pequena Propriedade Agropecuária (IRPAA), relacionando o material extraído com estes conceitos, mas também elencando as disparidades, contradições e lacunas que devem ser identificadas neste processo.

2.1 A COMUNICAÇÃO DA ASA E AS FORMAS DE CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE O SEMIÁRIDO

Após retomarmos brevemente o processo histórico que culmina na fundação da Articulação Semiárido Brasileiro, neste capítulo nos deteremos a compreender o que a ASA reivindica quando delimita sua definição e atuação na comunicação; quais os elos desta perspectiva apontada pela organização com os conceitos de Comunicação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Folkcomunicação, em um exercício de visualizar as semelhanças e aproximações teóricas entre estes e, por fim, reconstruir o processo produtivo do boletim *O Candeeiro*, sua caracterização, usos e circulação.

No seu período de fundação, quando a ASA propõe uma nova forma de ver o Semiárido brasileiro, se nota que este debate passaria pela comunicação, afinal, é através dela que as organizações que compõem a articulação podem mostrar novos rostos, paisagens e realidades deste território que vinha pautando e passando por uma série de transformações. Se se reivindica uma outra forma de olhar para este local, é necessário que a forma de a comunicar seja diferente da que havia sido adotada até então. Para compreender que forma é esta, nos deteremos no estudo a partir da pesquisa documental de materiais de formação feitos pela ASA que debatem sua proposição de comunicação, como a cartilha “Comunicação Popular no Semiárido: Um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por qualidade de vida” (2018), que reúne todo este acúmulo do debate sobre qual comunicação a entidade adota desde sua fundação. Utilizaremos também as entrevistas com Gisele Ferreira Ramos, comunicadora do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) que atua em diálogo com a ASA Bahia, e Cícero Félix dos Santos, Coordenador Nacional da ASA pelo estado da Bahia, Coordenador Geral do IRPAA e atual Presidente da AP1MC, entidade jurídica da ASA, para visualizar como eles incorporam esses conceitos na prática, compreender suas rotinas produtivas e quais os principais meios de comunicação utilizados, além de detalhar o processo de produção e veiculação das edições do boletim *O Candeeiro* feitas a partir da cidade de Juazeiro. Apesar de o IRPAA ter hoje no Eixo Comunicação três funcionários, apenas uma pessoa, Gisele, já estava compondo-o no período em que os boletins foram executados (até 2017), por isso, ao invés de entrevistas com toda a equipe, que era o objetivo inicial, foi necessário fazer essa alteração diante do fato de que a atual equipe não tem os conhecimentos necessários acerca do processo de produção dos boletins. Também houve a tentativa de contato com antigos colaboradores d’*O Candeeiro*, mas sem respostas positivas acerca da entrevista.

Começaremos com a análise da cartilha “Comunicação Popular no Semiárido”, que já inicia afirmando o fato de que as imagens que formam a visão hegemonicamente construída pelo Estado e pelos meios de comunicação de massa sobre o Semiárido não deixaram de existir, contudo, elas passam a dividir espaço com outras imagens, mais plurais, que retratam a diversidade dos povos que vivem neste território, além da beleza de um sertão produtivo e que alterna as imagens de mata branca com o tapete verde que se estende nela após alguns dias de chuva. Assinalar este fato é importante, já que, assim como a ASA afirma e este trabalho pretende demonstrar, a comunicação hegemônica e a

popular coexistem, ainda que nem sempre de forma pacífica e ambas têm diferenças e desigualdades que devem ser levadas em consideração. É evidente que com alcances, meios, públicos e métodos totalmente diferentes, as duas têm seu espaço cativo em suas respectivas audiências. E esse elemento importa justamente porque quando Beltrão (1980) vai analisar as formas e meios criados pelos povos marginalizados para se comunicar, ele não conclui que uma visão precisa se sobrepôr à outra justamente porque ambas vêm de contextos diversos e criam estruturas completamente diferentes, mas que elas muitas vezes convergem, com uma se apropriando das formas e linguagens da outra para se aproximar do seu público ou ampliar seu alcance e vice-versa.

Mais que informar, a ASA se propõe a construir um modelo de comunicação que se vincula com sua audiência utilizando muito mais que as cartilhas, folders, boletins e programas radiofônicos e televisivos, mas também investindo em momentos de formação, oficinas, sistematização de experiências, a valorização da cultura local e o trabalho em rede, que conforme veremos, é um pilar de sustentação da comunicação da entidade e que é essencial para fortalecer o vínculo com as comunidades e instituições parceiras e também estreitar as relações com práticas e experiências que têm o potencial de serem multiplicadas em outros locais.

Indo além do seu papel informativo, a entidade, em 2012, no VIII Encontro Nacional da ASA, cravou o que é considerado um marco em sua história, que foi consensuar a compreensão da comunicação como uma estratégia política para a convivência com o Semiárido brasileiro. Ou seja, mais que ter uma equipe de assessoria e de comunicadores, a compreensão da comunicação como estratégica aponta o desafio de retirar a mesma deste lugar de acessório e colocá-la no centro da prioridade, o que exige uma melhor estruturação deste setor dentro da entidade, mas também passa pelo convencimento das pessoas de que ela é prioritária, já que é justamente a partir da comunicação, do diálogo, do eco das diversas vozes de agricultores e agricultoras e da resignificação das paisagens deste território que se afirma que é possível viver e conviver com as características climáticas do Semiárido brasileiro. Após dez anos, essa noção de comunicação como direito e estratégia vem sendo assimilada também pelas entidades que compõem a ASA. Quando questionado sobre qual a contribuição do IRPAA na propagação da proposta da convivência com o Semiárido, Cícero Félix¹² reafirma justamente este elemento:

¹² Cícero é Coordenador Nacional da ASA pelo estado da Bahia, Coordenador Geral do IRPAA e atual Presidente da APIMC, entidade jurídica da ASA.

Então acho que essa é uma contribuição, de estar sempre investindo na comunicação popular e na comunicação como um direito. Não é só fazer um serviço de assessoramento ou assistência da comunicação, mas é fazer a divulgação, a matéria, o release, o programa de rádio; é de contribuir com as comunidades e organizações populares a debater o direito à comunicação. A comunicação também é um direito, estratégico para a gente romper com esse processo de dominação histórica que a gente vive (SANTOS, 2022).

Mais que uma estratégia, a ASA compreende que comunicação é um direito humano. Historicamente, é o direito à água que ganha o destaque, mas é a partir da conquista deste primeiro direito que se abrem as portas para lutar por outros, como o direito à terra, território, segurança alimentar, e claro, a comunicação. Como a entidade aponta: “o entendimento da comunicação como direito das pessoas existe, em certa medida nas ações que são promovidas junto às famílias” (ASA, 2018, p.9), ou seja, essa movimentação de compreender a comunicação como direito tanto quanto o acesso à água e terra pelos quais a ASA luta está em processo de assimilação pelas famílias agricultoras, mas que ainda precisa ser aprofundado. É inserindo a comunicação neste lugar estratégico e a compreendendo como direito humano que se passa a buscar métodos e formas para atingir este objetivo, como afirma a própria ASA:

Nessa caminhada, as ações de comunicação têm contribuído com a construção de diálogos, nas comunidades, sobre a realidade das famílias, buscando caminhos para superar os desafios a partir do potencial de pessoas daquele local e com os instrumentos que estão ali, bem no entorno. **Esse jeito de fazer é orientado pelos princípios da Educação e da Comunicação Popular**, pois tem como base a certeza de que os processos de transformação, para serem reais, devem nascer dentro das próprias comunidades sendo protagonizados por quem deseja fazer essas transformações. (ASA, 2018, p.8, **grifo nosso**)

É assim que a Articulação Semiárido Brasileiro define sua perspectiva de comunicação, priorizando a participação da comunidade nos processos, e, o que se vincula com a investigação proposta por esta pesquisa, valoriza os aspectos e características de cada território, buscando visibilizar e valorizar esses elementos que compõem a realidade daquele local, prática que pode ser relacionada com as ações de Comunicação para o Desenvolvimento Local, conforme analisaremos. A denominação de Comunicação Popular utilizada pela ASA surge a partir da década de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina e pode ser definida como um

Processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. A comunicação popular foi também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social (PERUZZO, 2008, p.368).

Diante de uma vasta extensão territorial, são muitas realidades que precisam ser consideradas e visibilizadas pela comunicação popular. Por isso, a ASA criou a Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares em 2007, dentro das ações do Programa Uma Terra e Duas Águas. A rede se organiza nos territórios de atuação do P1+2 e atua desenvolvendo processos comunicativos junto às organizações que compõem a ASA, mas também com as comunidades. Desde 2020, em virtude da reclusão imposta pela pandemia, a rede vem se reorganizando no retorno das atividades de formação e encontros, mas o principal espaço de articulação hoje tem sido virtual.

A gente tem encontros né, agora esses encontros são voltados quando a gente tem projetos, mas também a gente tinha encontro de comunicadores populares... tem de acordo com a demanda né, aí vai ter reunião, às vezes mensais, depende da necessidade. Hoje o principal campo de diálogo é mesmo o grupo de WhatsApp, a gente tem construído muita coisa, como tem dois anos de pandemia, a gente não conseguiu realizar um encontro presencial, mas era algo que acontecia, pelo menos um ou dois encontros presenciais de comunicadores [geralmente anuais], tinham formações, depende muito da necessidade e da temática do momento (RAMOS, 2022).

Hoje, mais que os comunicadores que integram as ONG's que compõem a entidade, a rede aglutina também outros comunicadores e comunicadoras que vivem nesses territórios, os vinculados a outros programas e também a outras organizações e movimentos populares, valorizando esse aspecto da pluralidade na construção da identidade desta rede de comunicação popular que atua no Semiárido. Essa combinação da pluralidade de atores na rede de comunicação junto do grande objetivo da ASA de desestigmatizar a visão sobre este território é fundamental no processo de reelaboração da imagem de si mesmo para os membros das comunidades rurais, que passam a se ver como sujeitos políticos e de direito e os ajuda visualizar como suas produções, sua cultura e memória são valiosos e fazem um contraponto às imagens e estereótipos criados sobre o

Semiárido e os povos que nele vivem, mesmo ponderando que seu alcance é limitado se comparados aos meios de comunicação hegemônicos.

Para além da comunicação midiaticizada, a ASA também reconhece os espaços de sociabilidade¹³ das comunidades como forma de comunicação. Para a organização,

Qualquer lugar serve como espaço de aconchego para o povo do Semiárido prostrar. Ali, bem do lado da cisterna que está sendo construída, nascem também diálogos importantes para a vida das pessoas dessa região. Não precisa de televisão para dar o tom da conversa. São as experiências de cada um e cada uma que saem mostrando os desafios das famílias e, muitas vezes, naquela mesma conversa são encontradas as soluções para a superação desses desafios (ASA, 2018, p. 13).

Esse aspecto é uma chave para compreender como as comunidades se informam, se comunicam e se organizam, já que estamos falando de um público que pode ser analisado como o que Beltrão (1980) define como um grupo rural marginalizado, que se constitui desses habitantes de áreas isoladas, onde a energia elétrica, os meios de comunicação e transportes ainda não são direitos universalizados e que por, isso, dentre outros fatores, acabam sendo menos informados e contactados de forma precária, seja pelo Estado, governos, órgãos oficiais e mesmo pelos meios de comunicação e habitantes de outras áreas. Esse estar à margem, ou seja, marginalizado, excluído de determinadas formas de comunicar não impede que os grupos rurais marginalizados criem suas próprias formas de comunicar-se, sendo elas majoritariamente impulsionadas pela comunicação interpessoal: conversas, relatos, músicas, paródias e anedotas que ocorrem no cotidiano da vida dessas pessoas e também nas atividades coletivas do grupo, como os mutirões, reuniões, missas, festas, feiras, procissões, colheitas e outras atividades relacionadas ao modo de viver de cada grupo.

É justamente essa forma diversificada de se comunicar em diferentes espaços que podem ser compreendidos como oportunidades de comunicação, que também segundo Beltrão (1980), são esses espaços privilegiados para o intercâmbio de informações e ideias que estão incluídos na rotina das comunidades e que muitas vezes passam despercebidos como formas antigas, mas ainda potentes de se comunicar. Ele inclusive exemplifica e

¹³ Ao longo do capítulo três veremos mais a fundo como esses espaços de sociabilidade, ou seja, os espaços e momentos em que se desenvolvem relações individuais ou em grupos nas comunidades abrigam um potencial de comunicação e compartilhamento de experiências.

menciona como essas ações, geralmente tidas como momentos de lazer, são chaves importantes para analisar como as informações circulam. Algumas aparecem nos relatos dos boletins *O Candeeiro*, especialmente as que Beltrão classifica como atividades coletivas de produção e comércio, justamente, porque o boletim se propõe a registrar essas ações feitas em territórios semiáridos que são também os momentos onde os agricultores e agricultoras se relacionam com os seus vizinhos mais próximos e distantes, mas também com outros públicos “nas feiras, nas exposições agropecuárias regionais, nos mutirões e serões, em vaquejadas e rodeios, e em certos ritos de vida ou morte ligados à incapacidade temporária ou definitiva do homem para o trabalho normal” (BELTRÃO, 1980, p.44).

Nas comunidades rurais de Juazeiro, *O Candeeiro*, menciona especificamente algumas dessas oportunidades, como o espaço nos arredores dos galinheiros, que é utilizado para reunir a família organizar a produção diária; o espaço de cultivo de forragem próximo à cisterna é onde as famílias cotidianamente se reúnem para produzir e planejar as tarefas relativas à criação; as feiras de caprinos e ovinos da comunidade; as atividades formativas do projeto de ATER propostas dentro do P1+2; as formações dos cursos de Gestão de Água para a Produção de Alimentos (Gapa) e de Manejo Simplificado da Água da Chuva (Sisma); as atividades ligadas ao funcionamento de cooperativas e associações comunitárias e, por fim as festas e o forró organizados pelas próprias comunidades. Debateremos este tema no terceiro capítulo com mais afinco, mas é importante assinalar aqui que a própria ASA compreende e valoriza esse aspecto da comunicação interpessoal presente nas comunidades rurais.

Junto dos espaços de comunicação interpessoal estão os meios de comunicação que a ASA constrói: vídeos, publicações, programas de rádio e o boletim *O Candeeiro*, e que, segundo ela mesma, são ferramentas importantes para que as pessoas contem suas experiências porque registram as diferentes formas de produzir elaboradas pelas famílias agricultoras, seus desafios e conquistas na luta pelo direito à água e terra, suas estratégias de comercialização e a valorização da cultura. A diversidade de meios, em especial a contação de histórias, Teatro do Oprimido¹⁴, rádios, rodas de leituras, feiras e intercâmbios e o uso simultâneo deles nas comunidades atende a uma necessidade da ASA de se comunicar de acordo com o seu público-alvo. Como se sabe, os programas de rádio,

¹⁴ O Teatro do Oprimido é um conjunto de técnicas e métodos cênicos e pedagógicos criados pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal que inserem o espectador na trama teatral, onde ele transforma e muitas vezes protagoniza a história, de modo a contribuir com a conscientização social e política do público.

especialmente os veiculados em rádios AM, são os que mais conseguem alcançar esse público pela familiaridade que as comunidades já possuem com o rádio e pela facilidade de fazê-lo funcionar mesmo sem energia elétrica, mas é importante observar que hoje apenas o rádio não dá conta das necessidades de comunicação dessas comunidades. Na maioria delas, a televisão está presente e a Internet começa a se popularizar, já que de acordo com o IBGE, cerca de 44,4% da população que vive na zona rural já tinha acesso a Internet em ainda em 2019 (CARNEIRO; ROSAS, 2021). Se a televisão e o rádio atendem principalmente às demandas de informação e entretenimento, a internet passa a ter um uso diversificado: ela atende a funções ligadas à gestão da produtividade, melhoria das práticas, a abertura de canais de comunicação e comercialização e também encurta a distâncias com familiares parentes da cidade e outras comunidades rurais, otimiza a comunicação e fortalece os vínculos dos membros de uma mesma comunidade que se organizam em grupos virtuais, possibilita a formação escolar e acadêmica à distância para aqueles que desejam se qualificar sem deixar o campo, aumenta as opções de acesso à cultura e lazer e possibilita o conhecimento de informações e técnicas externas à comunidade (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2019). No dia a dia, as técnicas utilizadas pela ASA e os meios hegemônicos são usados de forma simultânea e complementar, como por exemplo, no compartilhamento dos materiais produzidos pela Asa através de grupos e comunidades nas redes sociais, na mobilização virtual e nos espaços coletivos da comunidade para eventos, mutirões, feiras ou espaços de reunião e formação organizados pela entidade e de diversas outras formas.

Por isso, se justifica a necessidade de expandir e diversificar as formas de se comunicar, o que conseqüentemente, aumenta o seu poder mobilizador, possibilita que os agricultores e agricultoras também participem do processo como comunicadores e fortalece e dá visibilidade a cada vez mais experiências exitosas de convivência com o Semiárido, se apropriando desses meios que até então não eram acessíveis, como aponta a cartilha:

Nessas experiências, as famílias vão descobrindo que não há necessidade de formação acadêmica para ocupar uma rádio; não precisa ter voz ou o rosto padrão de televisão para produzir vídeos. E outra coisa importante em tudo isso é que a apropriação desses instrumentos para disseminar suas histórias, mesmo que localmente, também é uma forma de resistir (ASA, 2018, p.16).

Nesse processo, a entidade sistematizou os seis principais meios utilizados pelos agricultores e agricultoras para expressarem suas formas de conviver com o Semiárido. São elas: 1) Contação de Histórias, onde as experiências de vida dessas famílias são contadas através do boletim *O Candeeiro*, com um rico resgate da tradição oral; 2) o Teatro do Oprimido, que leva de forma lúdica e utilizando a poesia, o cordel, boletins e fanzines alguns debates densos, os quais a sociedade muitas vezes silencia; 3) as experiências de Rádio Poste ou Rádio Comunitária¹⁵, com programas que retratam as realidades das famílias e debatem temas do seu interesse, que muitas vezes são levantados nos espaços de comunicação interpessoal, como nas rodas de diálogo e reuniões de associação; 4) as Rodas de Leitura e Debates, muito utilizadas com o público infanto-juvenil, para incentivar o diálogo e popularizar o acesso à literatura; 5) as Feiras Locais, que são espaços de venda e troca, mas também de veiculação de informações e expressões da cultura; e, por fim, 6) os Intercâmbios, que são os espaços de comunicação entre os agricultores e agricultoras, mas também com outros sujeitos do Semiárido, a exemplo de técnicos e estudantes, onde os saberes tradicionais e acadêmicos se encontram e as práticas e soluções para o dia a dia no campo formuladas pelas famílias agricultoras são compartilhadas. Em todos esses processos, a entidade compreende que o protagonismo e participação das famílias agricultoras precisa ser incentivado:

Que eles não sejam apenas receptores, mas sejam produtores da notícia, que sejam protagonistas dos processos de comunicação, claro que na relação com os profissionais da comunicação, mas que essas pessoas sejam produtoras de conteúdo e não só receptoras de conteúdos, notícias e informações. [...] A gente entende a comunicação popular sempre como um ato coletivo, não é algo que se faz isoladamente, é algo que se faz em coletivo. Claro que considerando as diversidades e especificidades de cada grupo, mas para nós a comunicação popular é feita sempre nessa perspectiva de articulação de sujeitos e sujeitas no processo (SANTOS, 2022).

A partir de todas essas formas elencadas anteriormente a ASA se propõe a debater os temas ligados à produção, plantio e criação de animais, que são os que possuem um vínculo mais forte com o cotidiano das famílias, mas também propõe o debate sobre questões estruturais, como os males da agricultura tradicional, sucessão rural e

¹⁵ Aqui, compreendemos segundo Neuberger (2012), a Rádio Poste como uma emissora que funciona com Linha Modulada (LM), onde a programação é transmitida através de alto-falantes geralmente instalados em postes, em zonas de grande circulação de pessoas, daí seu nome. Já a Rádio Comunitária é compreendida como uma emissora de Frequência Modulada (FM), com alcance máximo de 1 km e potência de até 25 watts e que tem como objetivo contribuir com a divulgação de informações, e fomento da cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.

permanência de jovens no campo, machismo e violência contra a mulher, LGBTfobia, os desafios para se manter na terra e uma série de outros temas que são essenciais para que os agricultores e agricultoras se compreendam como sujeitos políticos também a partir dessas pautas, e não apenas as que se ligam diretamente à questão da convivência com o Semiárido, a exemplo da realização dos encontros como o Encontro Nacional de Agricultoras Experimentadoras; o Seminário Mulheres do Semiárido e a Construção de Tecnologias Sociais de Convivência; a Campanha “Sem Feminismo não há Agroecologia”; o Encontro Estadual de Juventudes do Campo; a participação na elaboração de Planos Estaduais de Sucessão Rural e os espaços de autoorganização de mulheres, LGBT e juventude dentro da programação de atividades da ASA, onde cada grupo elenca obstáculos e potencialidades no combate às opressões e sistematiza documentos que podem servir de base para a atuação da entidade junto a estes públicos. Nesse processo, as transformações e mudanças de postura sobre esses temas ocorrem a passos muitas vezes lentos, mas seguros. Além disso, o debate sobre política é permanente, já que grande parte das ações dos governos e do Estado são decisivas para a ampliação das ações de convivência, ou, pelo contrário, podem significar o seu fim, daí a necessidade de manter as comunidades organizadas, mobilizadas e vigilantes.

Neste contexto atual de cortes nas políticas de convivência, especialmente a partir de 2018, mas que perdura até este ano de 2022, é que a Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom)¹⁶ propõe uma ação que contribui na mobilização das comunidades, na sensibilização de diferentes setores da sociedade e possibilita o debate sobre o financiamento de programas como o P1MC e o P1+2. Essa iniciativa é a campanha “Tenho Sede”, que tem como principal objetivo construir mais um milhão de cisternas, desta vez com recursos captados através de doações, para levar as cisternas até as famílias que não conseguiram ser contempladas com as ações do P1+2. O ineditismo da campanha reside também no fato de ser uma ação proposta e gerida pela equipe de comunicação da associação e não pela coordenação da entidade, o que é mais comum.

Aqui eu posso chamar atenção para algo que tá acontecendo agora, diante do desmantelamento, diante da retirada de orçamento para as políticas e programas que avançam na perspectiva da convivência como o Programa Cisternas, o

¹⁶ A ASACom é a equipe de Assessoria de Comunicação da ASA, formada por profissionais de diferentes segmentos da comunicação, entre eles, jornalistas e relações públicas. A ASACom integra a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas - AP1MC

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o programa de agricultura familiar, o programa de ATER, enfim... A comunicação teve a ideia de lançar uma campanha de captação de recursos e quem lidera essa campanha é a comunicação, a equipe de comunicação. A pessoa que está à frente desse processo é a nossa coordenadora da [assessoria de] comunicação, que é a Campanha Tenho Sede. Ela é mais que uma campanha de arrecadação de recursos, claro que ela tem esse objetivo, mas o principal ganho da ASA com essa campanha é ter conseguido colocar, ou recolocar na agenda nacional do país a convivência com o Semiárido, a defesa, a visibilização e a problematização da convivência. Colocar a convivência com o Semiárido na agenda nacional em vários espaços de debates políticos, isso é um feito extraordinário exatamente no momento em que as institucionalidades em nível federal estavam fazendo de tudo para esconder, aniquilar, desmontar, dismantlar esses últimos 20 anos. Então foi uma grande sacada da comunicação, sem a comunicação a gente não teria feito isso. Então a gente tem dito isso, a comunicação não é um serviço, a ASACom não é um espaço de serviço de assessoria de comunicação, a comunicação é uma estratégia política para a gente avançar no projeto de sociedade que nos interessa. Para a ASA isso está muito claro (SANTOS, 2022).

Apesar de todos os saldos e ganhos a partir da comunicação, entendendo que há um esforço em visibilizar as pautas da entidade para a sociedade, a exemplo da Campanha “Tenho Sede”, a entidade elenca que existem desafios no processo mais ligado à sensibilização das próprias famílias em torno de pautas ligadas a gênero e sexualidade que elencamos anteriormente, já que a própria ASA faz um movimento de autocrítica e visualiza essa questão ainda como uma contradição que expõe os limites que existem nesses debates.

Se fala muito sobre o protagonismo feminino nas famílias e os saberes tradicionais dessas mulheres, mas pouco se problematiza a divisão sexual do trabalho e a superação da violência contra a mulher no ambiente doméstico; há uma política de respeito e de visibilidade das expressões de gênero e sexualidade nos espaços, mas poucos casais homoafetivos são retratados realmente como famílias, já que geralmente são vistos como uma dupla de amigos/as; e, apesar de muitas comunidades serem atendidas pela ASA serem quilombolas, com uma presença marcante das religiões de matriz africana, não se faz o debate sobre racismo religioso, as realidades e saberes vivenciados pelos povos de terreiro - sem espaço nos meios.

A comunicação popular guarda suas contradições, que demonstram os limites dos avanços falados acima. Dentro da produção de conteúdo, há temas importantes para a luta das mulheres, que poderiam ter mais visibilidade, como a superação da violência dentro de suas próprias casas [...] Os assuntos relacionados às populações LGBTQs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) também não aparecem muito [...] se evita aprofundar questões como as religiões de matriz africana [...] No geral, esses e outros temas costumam ser ‘pulados’ ou tratados com superficialidade, porque há uma tendência a não querer trabalhar com eles, esquecendo que fazer esse

debate significa dar visibilidade a situações/conflitos, o que ajuda as famílias a refletirem sobre suas práticas e também favorece a construção de políticas públicas adequadas às necessidades desses diferentes sujeitos. Porém vale destacar que essa não é uma postura de uma organização ou de um grupo de indivíduos, mas faz parte de uma cultura enraizada em nossa sociedade carregada de características homofóbicas, machistas, sexistas, heteronormativas, racistas e ultrapassadas, que só será rompida quando for trazido, para o centro do debate, um olhar cada vez mais diverso, que contribua com a composição de uma nova leitura de mundo, na qual a comunicação popular pode e tem sido uma grande aliada. (ASA, 2018, p.24)

Ao mesmo tempo em que faz a autocrítica e afirma que “nem sempre a comunidade está preparada para esse debate”, a ASA afirma que há uma tendência em não querer trabalhar com essas questões. Acreditamos que esse é um grande entrave, pois o combate às violências precisa ser cotidiano, e caso não haja as condições para que esse debate passe a ser feito na rotina das comunidades, que a entidade seja um dos agentes de construção dessas condições e não que espere que elas se criem de forma espontânea.

Sabendo que a política de comunicação brasileira favorece a criação de monopólios por grupos políticos e familiares ao mesmo tempo em que há um desfinanciamento da comunicação pública e a criminalização da comunicação popular e comunitária que viola a noção de comunicação como um bem público (LIEDTKE, 2003), temos que debater a democratização dos meios de comunicação, especialmente pelo fato da ASA compreender a comunicação como direito e estratégia política para a convivência com o Semiárido. A entidade exemplifica a questão afirmando que “a ideologia por trás da política de comunicação existente no país, por exemplo, não é adequada aos povos do campo” (ASA, 2018, p.27), e que por isso que não há preocupação por parte do Estado em impulsionar espaços e ferramentas de educação sobre comunicação, para exercer o senso crítico e propor que a comunicação seja um direito exercido por todos, com exceção de políticas pontuais de alguns governos, mas que por não serem assimiladas como políticas de Estado, podem ser extintas a depender da correlação de forças na sociedade e da vontade política do governante. A questão do acesso à internet é outro desafio visualizado pela entidade, isso porque apesar de ainda não ser uma forma massiva, já se identificava a importância do uso de forma crítica destas tecnologias, já que diferente do rádio e da televisão, cuja propriedade é amplamente discutida, já que a ASA aponta que as redes sociais também são “monopolizadas por grupos econômicos, uma discussão que exige um amplo processo formativo, mostrando, inclusive, o quanto isso está ligado ao tema da segurança da informação” (ASA, 2018, p.29). Por fim, ainda dentro do debate sobre comunicação, a

avaliação da entidade é que o olhar instrumentalizado, ou seja, visualizar que a função da comunicação é apenas a confecção de materiais e criação de logomarcas é um equívoco, porque essas ações acabam sendo priorizadas em detrimento dos debates e espaços de formação sobre a comunicação nessa perspectiva mobilizadora, considerada uma base da comunicação popular.

Já nas páginas finais da cartilha, a ASA lança alguns desafios que devem ser observados pelos comunicadores e comunicadoras populares e também pela entidade para que a comunicação possa avançar. O primeiro é continuar fortalecendo os espaços onde a comunicação interpessoal acontece, a exemplo dos intercâmbios, rodas de conversa, na educação contextualizada, nos diversos fóruns e conselhos que a entidade participa, amplificando essas vozes. Outro passo importante é a articulação com diversos atores da sociedade, sejam da zona rural ou da cidade e a participação nas grandes mobilizações que podem ter peso em definições políticas para os povos do Semiárido.

Diante do diagnóstico de que a comunicação comunitária não é potencializada pelos instrumentos do Estado, a ASA compreende que é necessário fortalecer essas iniciativas e multiplicá-las a partir dos meios utilizados pelas comunidades, que vão além das rádios. Esse horizonte não exclui a possibilidade de fazer também a disputa nos espaços convencionais de rádio e TV, tanto porque são concessões públicas, quanto porque há uma compreensão da necessidade de ocupar esses meios com as pautas que interessam aos povos do Semiárido, mas, mantendo sua autonomia em relação aos conteúdos e abordagens. Por fim, o último desafio é o fortalecimento da Rede de Comunicadores/as do Semiárido, que em 2018 estava em fase de consolidação e já era vista como um modelo para outras organizações por mostrar como propor um modelo de comunicação que informa, mas que também mobiliza os diversos sujeitos no Semiárido para fazer o enfrentamento de situações que impactam nas suas vidas, mas também para valorizar suas histórias, memória e cultura.

2.1.1 COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para falar de Comunicação para o Desenvolvimento (CD), é importante compreender que seu conceito se altera no tempo e no espaço. Desta forma, se faz necessário realizar

uma retomada conceitual tendo como foco o pensamento sobre o território latino-americano.

Antes de passarmos à essa retomada, é importante contextualizar a conjuntura latinoamericana naquela época. Em meados da década de 1950, diante da falta de centros de formação para jornalistas, A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) propõe a implantação de centros nos continentes africano, asiático e latinoamericano. No Equador é criado o Ciespal - Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina em outubro de 1959, que passaria a funcionar através de financiamento do Estado equatoriano e fundos próprios, mas também com um significativo financiamento de entidades internacionais e universidades de outros países, responsáveis por cerca de 64% das verbas que possibilitaram o funcionamento dos centros, conforme Aragão (2017). O Centro inicialmente promovia cursos curtos, de até dois meses, onde professores de diferentes países ministravam cursos para estudantes também de outras nacionalidades. Apesar do grande objetivo de formar jornalistas e professores, e, conseqüentemente, melhorar o nível dos profissionais e dos meios de comunicação criando uma mentalidade favorável à integração latinoamericana, boa parte dos livros adquiridos e utilizados pelos centros eram escritos em inglês ou francês e as publicações do próprio centro também eram feitas majoritariamente por autores vinculados a instituições estadunidenses ou francesas.

Em levantamento feito pelo próprio Córdova (1967, p.113-129) das publicações do Ciespal entre 1960 e 1967, podemos observar que a maioria dos títulos publicados é de autores vinculados a instituições dos Estados Unidos (12 publicações), seguido pela França (8). Bem atrás aparecem Chile (3), Espanha (3), Equador (2), Brasil (2), Bélgica (2) e Alemanha (2). Separando por áreas político-geográficas, temos 12 dos EUA, 15 da Europa e 7 da América Latina. (ARAGÃO, 2017, p.105).

Dessa forma, apesar de ser um centro internacional, tanto as leituras utilizadas na formação quanto seus pesquisadores e pesquisadores não eram necessariamente latinoamericanos e não realizavam pesquisas voltadas para a realidade e questões presentes nessa região. O fato, apesar de não ser uma novidade na história da pesquisa social na América Latina, evidenciava o que afirmou Marques de Melo quando disse que havia uma prevalência do “hegemônico pensamento forâneo, em relação ao emergente pensamento autóctone” (MELO, 2009 apud ARAGÃO, 2017, p. 108). Num levantamento feito pelo próprio centro em 1960 sobre Teoria da Comunicação, onde foram elencados 24 modelos

utilizados para o estudo de Teorias da Comunicação, se verifica que o autor mais utilizado é Wilbur Schramm, ligado a nove destes modelos (ARAGÃO, 2017), é um dos principais teóricos da Comunicação para o Desenvolvimento, conforme veremos.

É ainda na década de 1950 que alguns pesquisadores como Daniel Lerner (1958) e Wilbur Schramm (1964) propõem um modelo que tinha relações com uma concepção liberal de desenvolvimento e a prioridade no desenvolvimento econômico dos países pobres com a difusão de inovações tecnológicas vindas dos países ricos. A palavra de ordem desta perspectiva era a modernização, seja das sociedades, seja dos meios de comunicação. Neste caso, o papel da comunicação seria o de contribuir na formação básica da população pouco alfabetizada e majoritariamente rural desses locais, especialmente para convencê-las da importância da implementação dessas novas tecnologias “o fluxo de informação é mínimo onde a informação já é mínima, e onde as concepções e o comportamento, em sua maioria, demandam transformação - onde a transformação tende a ser desafiadora e passível de resistência” (SCHRAMM, 1970, p.129), além de levar até as residências noções básicas de educação “devem-se promover educação e treinamento técnico em larga escala em qualquer nação que pretenda progredir” (SCHRAMM, 1970, p.57), inovações em agricultura “um país em desenvolvimento tem muito a ganhar modernizando sua agricultura, e por isso mesmo elevando sua produtividade” (SCHRAMM, 1970, p.50), saúde “o Centro utiliza todos os veículos de comunicação de massa para atingir os funcionários da saúde pública, educadores sanitários e público geral” (SCHRAMM, 1970, p. 238) e outros temas que impactam diretamente neste grande objetivo de modernizar as sociedades.

Na época, Schramm (1964) utilizou estudos como *The Passing of Traditional Society: Modernizing Middle East*, de Daniel Lerner (1958); *Communication in Africa*, de Leonard Doob (1961), *Changing community attitudes and values in Peru: a case study in guided change*, Allan L. Holmberg (1970), que faziam uma correlação entre os índices de crescimento econômico e o nível de desenvolvimento das comunicações de países asiáticos, africanos e latinos para explicar como o aumento da atividade industrial nesses locais que eram majoritariamente agrários, a introdução de novas tecnologias e a modernização em diversos setores e postos de trabalho aumentava a produtividade, ampliava hábitos de consumo, dinamizava a atividade econômica. A modernização na agricultura e o crescimento das cidades impulsionado pela atividade industrial criaram um terreno favorável para que tanto as pessoas que migravam do campo para cidade, quanto as

que permaneciam no campo estivessem mais abertas à necessidade de não se informar somente através da comunicação interpessoal, mas agora também através dos meios de comunicação. Ainda que com diferentes públicos e contextos, as conclusões eram semelhantes e apontavam que se inseridos nesses contextos, os meios de comunicação de massa teriam uma aceitação maior por parte do público e eles contribuiriam na difusão dos valores, a cultura e novos hábitos que eram necessários para que essa escalada rumo ao desenvolvimento econômico se efetivasse:

A serviço do desenvolvimento nacional, os veículos de massa são agentes da transformação social. O tipo específico de transformação que se pretende que eles condicionem é a passagem a novos costumes e novas práticas, em alguns casos, a novas relações sociais (SCHRAMM, 1964, p.178).

No Brasil, essa perspectiva da CD chega umbilicalmente ligada aos primeiros serviços de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER) a partir da década de 1940, que tinha o principal objetivo de “modernizar o campo”, especialmente a partir da utilização de maquinários no processos de plantio, irrigação e colheitas, além do uso de agrotóxicos e outros componentes químicos, e de forma ampla, realizar nas zonas rurais esse processo de mudança tecnológica, funcional e conservadora no campo, que era indispensável dentro deste grande objetivo de levar progresso para os rincões do país. Tal como a perspectiva de comunicação, utilizada para anunciar e persuadir sobre os benefícios do desenvolvimento, o modelo de ATER empregado era o difusionista, focado na persuasão, usando as referências do modelo estadunidense que também utilizava naquela época o uso intensivo de agrotóxicos e grandes maquinários para garantir a produtividade a qualquer custo (ANGOLA, 2018).

Se tratava de uma perspectiva difusionista porque ao invés do diálogo e da construção conjunta e dialógica sobre essa mudança (ou mesmo a manutenção) de hábitos, foi incorporada a necessidade de utilizar a persuasão para que a população incorporasse novos hábitos, que eram uma espécie de chave que abriria as portas para o desenvolvimento e para isso, teóricos como Schramm defendiam a necessidade de utilizar a “persuasão dos agricultores” para fazer a “distribuição da cultura” em locais onde a “povoação tradicional permanece com seus velhos padrões de vida e seus horizontes restritos - até que se comece o 'desenvolvimento'” (SCHRAMM, 1964, p.128), conforme ele mesmo pontua quando analisa os níveis de exposição das populações de países subdesenvolvidos ao rádio e TV. Assim, seria a Comunicação para o Desenvolvimento

essa grande facilitadora para a atuação das políticas vindas dos Estados Unidos para países da América Latina cumprindo também objetivos políticos deste país, especialmente o de fortalecer sua influência sobre esses países empobrecidos, e que com a aplicação destes modelos de ATER e CD, se tornariam ainda mais dependentes, especialmente no contexto geopolítico de ofensiva conservadora, onde os EUA inicia Aliança para o Progresso; após o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e a associação entre Cuba e a União Soviética; As movimentações de organizações comunistas que se inspirariam nos acontecidos em Cuba para pautar um outro sistema político, especialmente nos países latinos, tudo isso cria um lastro que supostamente justificaria a intervenção nesses países da América Latina, influenciando especialmente na educação, cultura, saúde e políticas para as populações do campo, como explica Ribeiro:

A nova administração [dos EUA] imediatamente empreendeu uma reavaliação da política externa americana a partir da perspectiva da teoria da modernização e do liberalismo internacionalista. Reavaliação que, na América Latina, tomou a forma do programa da Aliança para o Progresso. Informado pelas teorias da modernização, esse programa foi um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como “revolução das aspirações crescentes”. Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que, caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano (RIBEIRO, 2006, p. 157).

Essa perspectiva, muito ligada à difusão e a persuasão de comunidades e sociedades inteiras para se adaptarem às inovações vindas dos países desenvolvidos passou a ser criticada por pesquisadores países da América Latina, Ásia e África, que eram justamente os locais onde experiências de Comunicação para o Desenvolvimento vinham sendo desenvolvidas. A perspectiva passa a ser criticada especialmente porque não havia um consenso de que o papel da comunicação era o de realmente ser esta ferramenta de persuasão, já que que as mensagens veiculadas através destas mídias eram uma propaganda da ideologia conservadora, capitalista e poderia estimulava nesses locais o consumo ao estilo do “American Way of Life” ou mesmo dos países da Europa, que vivem em uma situação de bem estar social custeado historicamente pela exploração desses mesmos países onde a Comunicação para o Desenvolvimento era implementada.

Vários estudos descobriram a inculcação de uma série de valores estrangeiros e de normas voltadas à promoção de todo um “modo de vida”: a ideologia capitalista. Este processo ocorre em quase todos os meios de comunicação, mas se mostra mais pronunciadamente na televisão, nas revistas especializadas (incluindo histórias em quadrinhos), na propaganda transacional em geral e nas notícias estrangeiras (BELTRÁN, 1978, p.21).

É a partir desta crítica que se formula um outro modelo de Desenvolvimento, que abria as portas para pensar novos modelos de uma comunicação alternativa, participativa, que se relacionasse com a cultura e a realidade de cada comunidade, já que não havia nenhum modelo de comunicação que abrigasse esse tipo de iniciativa. É a partir daqui que essa proposição teórica da comunicação passa a ser estudada a partir de outras perspectivas e recebe diversos nomes como comunitária, alternativa, participativa, dialógica e popular. Apesar das críticas, é válido salientar que esse processo não conduziu a uma ruptura ou interrupção das ações de caráter difusionista, mas abriu espaço para a multiplicação de experiências de promoção da Comunicação para o Desenvolvimento de caráter participativo.

A crítica a esse modelo de comunicação foi feita por diversos pesquisadores latinoamericanos. Um deles é o boliviano Luis Ramiro Beltrán em “Adeus a Aristóteles: Comunicação Horizontal”, escrito em 1978, faz uma revisão crítica das definições de comunicação, especialmente as produzidas por instituições e pesquisadores estadunidenses, como Lasswell, Shanon e Weaver, Nixon e até mesmo Schramm que tinham em comum a um fluxo vertical de comunicação, que tinha como palavra-chave a transmissão e onde o emissor envia uma mensagem a um receptor, que nem sempre era considerado como um parte ativa e passível de rejeição ou algum outro tipo de resposta que não a aceitação dos conteúdos. Resguardadas a as particularidades e contribuições específicas de cada teórico a esse modelo mais geral, Beltran qualifica essas teorias como "matemáticas" e “verticais”, que vinham sendo adotadas de forma ampla na América Latina. Para Beltrán, esse conceito da natureza da comunicação cunhado pelos países desenvolvidos tiveram um forte impacto nas atividades de treinamento e pesquisa em comunicação na América Latina, especialmente entre as décadas de 1950 a 1970.

As primeiras críticas vindas dos pesquisadores latinos a esse conceito ressaltaram que mais que transmissão, a comunicação é um processo, como afirma Nosedá (1972); que envolve reciprocidade, segundo Rocagliolo (1977), e onde todos os atores atuam de

forma dinâmica. Para Beltrán, “a comunicação é eminentemente um fato de relações sociais, um fenômeno de intercâmbio múltiplo de experiências, e não mero exercício unilateral de influência individual” (BELTRÁN, 1978, p.17). Ele aponta que mesmo as críticas que vinham de outros pesquisadores estadunidenses ignoravam um elemento essencial: a persuasão. Muito presente na produção teórica de Schramm, por exemplo, no processo de crítica a persuasão como motivação central da comunicação não foi questionada e a justificativa era de que esta devia ser vista como apenas um dos diversos efeitos da comunicação. Beltrán aponta que os pesquisadores, ao fazerem a crítica, argumentam também que esse paradigma tradicional da comunicação “servia adequadamente aos fins buscados pelos Estados Unidos e Europa Ocidental do após-guerra no que tange à expansão econômica, política e social” (BELTRÁN, 1978, p.20).

Esse uso da comunicação “antidemocrática”, como qualifica Beltrán, precisa dar espaço a um outro conceito, humanizado, não elitista, democrático e não mercantilizado. Sua proposta encontra apoio nas proposições de Francesco Gerace, Juan Díaz Bordenave e Paulo Freire. Beltrán se concentra na produção teórica de Freire e inicia fazendo uma ressalva ao fato de que, apesar do brasileiro ter concentrado sua produção em princípios e métodos de educação, especialmente para públicos rurais, suas proposições tiveram um forte impacto na teoria da comunicação na América Latina. Ele traça um paralelo entre o modelo tradicional da comunicação e o conceito de “educação bancária”¹⁷ de Freire, onde os processos são pautados a partir de um emissor/educador que detém poder e conhecimento e tenta transmiti-lo a um sujeito a partir de uma realidade estática. É daí que surge a noção de propriedade do sujeito sob aquela realidade, onde ele tenta impor sua visão daquela realidade, sem considerar suas mudanças, como definitivas. Nesse processo, se reforça a verticalidade da transmissão de conhecimentos que vão no sentido de perpetuar esse sistema, caracterizado por Freire pela submissão, passividade e falta de criatividade. Tal como a educação, Beltrán afirma que, para Freire, os instrumentos da comunicação, também verticais, se encarregam na função de auxiliar na subjugação dos oprimidos e que a extensão agrícola feita nos moldes estadunidenses seria “contrária à

¹⁷ Na educação bancária, os professores são os “banqueiros”, que são ricos em conhecimentos e os monopolizam e “depositam” no “pobres” (os estudantes), que se aprendem bem a lição, assimilando as normas e valores dessa sociedade, podem ascender social e economicamente dentro desta estrutura, o que seria uma recompensa por não alterar a ordem estabelecida. Assim, se perpetua a manutenção desse sistema, onde como afirma o próprio Freire, os oprimidos se tornam os opressores. Freire explica de forma detalhada e qualificada o que é a educação bancária no livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado pela primeira vez em 1968.

verdadeira comunicação, uma vez que educar não significa estender algo a partir da ‘sede da sabedoria’ à ‘sede da ignorância’” (BELTRÁN, 1978, p.26).

Surge então uma nova necessidade: formular uma proposição que tivesse possibilidades reais de ser efetivada; mais relacionada com a garantia de direitos e necessidades básicas; que se ligasse com as preocupações voltadas à preservação do meio ambiente, mas que também pautasse mudanças estruturais. Este enfoque, que vai ser chamado de Participativo, não tem como foco apenas o desenvolvimento econômico, como propunham os primeiros teóricos da CD, mas priorizava o diálogo, a sustentabilidade e a igualdade e isso se liga estreitamente com a noção de comunicação que defendiam, já que esta deveria ser mais democrática, horizontal e com foco nas pessoas e na cultura local, valorizando os saberes e as experiências daqueles povos que na primeira proposta de CD foram taxadas de atrasadas, primitivas e vistas como um empecilho na promoção do desenvolvimento, e não como uma potencialidade. No livro “Extensão ou Comunicação?”, escrito por Paulo Freire após a reflexão de uma experiência de extensão no Chile, onde ele critica esta lógica de transmissão unilateral do conhecimento e aponta esse modelo de extensão como um método frustrado de transferência de técnicas através da persuasão, Freire analisa também as relações entre agrônomos e camponeses no processo de extensão rural no Chile e afirma que não é possível estabelecer este processo comunicativo sem o diálogo e sem a construção de uma relação de igualdade entre os sujeitos.

A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. [...] Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto do seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que esta é diálogo, assim como o diálogo é participativo.[...] A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que busca a significação dos significados (FREIRE, 1983, p.45)

A proposição teórica de Freire acaba se constituindo como um marco na teoria da Comunicação (e da educação) para o Desenvolvimento. Se anteriormente era necessário persuadir, convencer, sobrepôr os conhecimentos dos técnicos aos dos agricultores e agricultoras, Freire propõe o diálogo, a comunhão e um método de construção do conhecimento onde técnicos e agricultores, professores e estudantes, partam de um lugar

comum, que é a aquela realidade onde estão inseridos, como explicam Santos e Callou (2014), quando afirmam que esta proposição:

Fundamenta se, segundo o próprio Freire (1979), numa “opção libertadora,” cujo sentido é a problematização da situação concreta, objetiva, real dos homens para que esses homens, captando a sua realidade de maneira crítica, sejam capazes de atuar sobre essa realidade para transformá-la. É importante assinalar a perspectiva revolucionária na proposta de Paulo Freire, que vinha ao encontro da América Latina dos anos 1970: um continente oprimido pelas ditaduras militares, pelo imperialismo econômico e cultural e pela opressão vivida pelos operários e camponeses nas mãos das elites econômicas do país (TAUK SANTOS; CALLOU, 2014, p. 3).

Este momento em que a Comunicação para o Desenvolvimento vai propor modelos que valorizam o diálogo, que se ligam às formas não convencionais de comunicação e que propõe uma reflexão em torno da realidade junto de ações para transformá-la é apontado por Reis e Hostin (2019) como o auge da produção teórica da CD. Vale demarcar que é nesse mesmo tempo histórico, por volta das décadas de 1980 e 1990, que se intensificam os debates em torno da crítica ao modelo de desenvolvimento aplicado no Semiárido que se pautava prioritariamente pelo combate à seca e que surgem proposições como a da convivência com Semiárido.

É nesse mesmo contexto que surge a noção de Comunicação para o Desenvolvimento Local, a partir da interação de pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) com os da Universidade de Sherbrooke, no Canadá, como afirmam Santos e Callou (2014). Nesse esforço de estabelecer elos entre o desenvolvimento local, especialmente no seu processo de potencializar características econômicas locais e a diversidade encontrada nos contextos rurais brasileiros, em especial da região Nordeste, é que se formam as bases dos modelos de comunicação popular adotados pelos movimentos populares e Organizações Não Governamentais (ONG's) que desenvolvem ações de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER) e que compõem a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Mais que coincidência, o momento histórico da América Latina e do Brasil, em pleno processo de redemocratização e a valorização da produção de teóricos como Freire, que é central para compreender esta perspectiva participativa e ao mesmo tempo é um grande crítico do modelo difusionista da ATER, que também é contestado pelas organizações que anos depois fundariam a ASA, tudo isso mostra que a concepção de

comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro tem uma estreita relação com a Comunicação para o Desenvolvimento Local.

Neste momento, em que a partir da década de 1990 se inicia o processo de debates em torno da convivência com o Semiárido, a noção de Comunicação para o Desenvolvimento Local passa a incorporar outros elementos, especialmente num contexto de aceleração da globalização da economia e de maior atenção à crise climática, que aparentemente são temas muito distantes da realidade das populações que vivem no campo, mas que se revelam pontos de tensão ao se pensar as questões de desenvolvimento local, especialmente quando a realidade destes povos passa pela construção da desigualdade de acesso a bens e serviços ligados ao avanço da tecnologia e também pela ofensiva do agronegócio, hidronegócio e da mineração nas zonas rurais do Semiárido. É neste cenário, onde os dilemas clássicos ligados à questão hídrica e fundiária agora se juntam às questões ligadas à negação do acesso às tecnologias da informação e do consumos nos moldes da globalização; aos novos conflitos que surgem em decorrência do uso cada vez maior de agrotóxicos e a decorrente contaminação de terras e águas; dos danos causados por atividades como a extração de minérios, a construção de barragens, termelétricas e até mesmo usinas nucleares que os debates em torno do desenvolvimento local passam a abrigar não apenas as proposições ligadas a um melhor aproveitamento de elementos locais para as atividades produtivas, mas também a propor alterações significativas nos modos de vida que partem dos anseios e novas necessidades das populações que vivem neste meio rural que não é mais o mesmo da década de 1940, quando as políticas de ATER e Comunicação para o Desenvolvimento são implantadas no Brasil.

Assim, compreendemos a Comunicação para o Desenvolvimento Local como uma comunicação que dá visibilidade a esse bojo de ações que combinam acesso à renda e a outros direitos humanos, como água, terra e educação, mas junto da necessidade da participação da comunidade em ambos os processos e com foco em potencializar o que já existe no local, como colocam Callou e Tauk Santos:

A compreensão de desenvolvimento local passa agora por um esforço de mobilização de pequenos grupos no município, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização de decisões, de promoção de justiça social. [...] A perspectiva do desenvolvimento local colocado nestes termos permite

encontrar saídas para o problema imediato da fome, do desemprego, da saúde, da educação, da migração, enfim do problema da exclusão no Brasil. (CALLOU; TAUK SANTOS, 2013, p. 481).

Dessa forma, esse modelo de desenvolvimento vira realidade na vida das pessoas no acesso “não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões político/administrativas em suas comunidades” (FRANCO, 2000, apud TAUK SANTOS, 2018). Assim, a comunicação que se constrói a partir dessas bases vai ser decisiva não apenas para efeito de registro e memória, mas para ampliar o alcance dessas ações, e mostrar a sua viabilidade quando há o comprometimento das comunidades e do Estado na promoção deste outro modelo de desenvolvimento. Quando olhamos para o conjunto de ações de comunicação desenvolvidas pela Articulação Semiárido Brasileiro e para sua elaboração teórica em tornos destes, apresentadas anteriormente neste capítulo, é visível como essa noção de Comunicação para o Desenvolvimento Local, com uma expressiva participação dos sujeitos sociais que vivem nas comunidades rurais, dando destaque às características climáticas únicas destes territórios como elas são ao invés de vê-las como um castigo, valorizando as tradicionais formas de se comunicar e expressar e mostrando para o público e muitas vezes também para órgãos de governo e Estado de que é possível produzir e viver com bem estar no Semiárido, tudo isso não apenas materializa essa concepção de comunicação, mas a aperfeiçoa a partir da prática, que é quando surgem as contradições, as debilidades e nesse processo constante de planejar-executar-avaliar esta forma de comunicar vai se complexificando, melhorando e ampliando seu alcance.

2.2 APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E FOLKCOMUNICAÇÃO

Tendo feito este percurso pela história da Comunicação para o Desenvolvimento, as críticas que levaram a formulação do que se entende por Comunicação para o Desenvolvimento Local e como esta tem uma estreita relação com a comunicação desenvolvida pelo conjunto de organizações que compõem a Articulação Semiárido Brasileiro, agora analisaremos quais são os elos e semelhanças entre a Comunicação para o Desenvolvimento Local e a Folkcomunicação, já que compreendemos que as duas, juntas, podem ajudar a compreender o boletim *O Candeeiro*, sua produção e usos. Pela sua

elaboração em torno dos aspectos comunicacionais ligados à cultura popular (também chamada por outros pesquisadores de folclore) e por visualizar a população do campo, historicamente marginalizada do direito à comunicação, como potenciais comunicadores, acreditamos que as duas proposições teóricas podem contribuir na compreensão deste objeto de forma mais completa e a partir de outras perspectivas pouco exploradas. Aqui, partiremos do conceito de Beltrão, quando afirma que a folkcomunicação é “o conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos grupos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (BELTRÃO, 1980, p. 24), mas, compreendendo que o campo teórico da folkcomunicação está em constante desenvolvimento e que vem crescendo consideravelmente e se diversificando, acreditamos ser importante inserir outras contribuições teóricas, a exemplo de Souza e Gomes (2008), Maciel (2007) e Benjamin (2017), cujas elaborações se voltam justamente para a comunicação rural.

Como vimos anteriormente, a comunicação para o desenvolvimento local está pautada na centralidade da valorização da cultura local, já que é partindo deste terreno comum a todos (de uma mesma comunidade ou território) que se lançam as bases para o diálogo e a participação das pessoas de forma ativa nos processos comunicacionais. Desta forma, a comunicação popular é uma parte das formas de manifestação da cultura daquele determinado grupo (GOBBI 2006).

A valorização da cultura local é um elemento central e comum a ambas. Conforme vimos em todo o processo de elaboração teórica da ASA e na formulação da Comunicação para o Desenvolvimento local, é essencial que os técnicos, extensionistas e comunicadores conheçam o território, a história, a realidade, e as formas de produzir e vivenciar a cultura local para que se estabeleça uma relação dialógica e igualitária com os agricultores e agricultoras. É no processo de estabelecer esses vínculos que se torna cada vez mais visível que essas comunidades rurais carregam um patrimônio imaterial através dos seus aspectos culturais, como afirma Lima (2017).

Já a Folkcomunicação é o estudo das formas de comunicação que se manifestam através da cultura popular produzida por grupos urbanos e rurais sistematicamente marginalizados e que, sem acesso participativo aos meios de comunicação de massa, produzem suas próprias formas de informar, comunicar e emitir suas opiniões sobre os fatos correntes naquela realidade que os cerca. A relação da folkcomunicação com cultura

popular é tão intrínseca que até hoje muitos pesquisadores incorrem no erro de achar que se trata do estudo da cultura apenas, e não dos elementos comunicacionais que se encontram dentro desta. Mamulengos, cordéis, quadrilhas juninas, bumba meu boi, queima do Judas e até mesmo o carnaval, para a folkcomunicação, são formas encontradas pelas classes populares para se comunicar sobre fatos do cotidiano, casos extraordinários, repudiar simbolicamente figuras públicas impopulares e contar e cantar através de autos e sambas-enredo a realidade deste povo cujo direito à comunicação formal é historicamente negado.

Fazendo uma breve retomada histórica, quando olhamos para a história da Comunicação para o Desenvolvimento no Brasil, vimos como foi central a produção de teóricos como Paulo Freire para conferir a esta uma mudança substancial no seu conceito, função e objetivos. Naquele mesmo contexto histórico, Roberto Benjamin, estudioso da folkcomunicação, também se interessava pelos debates sobre extensão rural, e, mais especificamente, sobre como os *folk media* poderiam ser utilizados como ferramenta a serviço deste modelo de desenvolvimento local, participativo e dialógico. Segundo Lima,

Os estudos sobre as manifestações culturais de Roberto Benjamin repercutiram em um momento em que ainda era inicial a demanda por uma atividade de extensão rural que considerasse a cultura local, a comunicação pelo diálogo e assim contribuísse para a conscientização política dos grupos, empoderamento e protagonismo dos grupos apoiados em seu processo de desenvolvimento [...]. O material produzido por ele serve de contribuição, argumentação e teorização para a extensão rural contemporânea, cujo modelo de comunicação é pelo diálogo, fortalecendo assim, a cultura local (LIMA, 2017, p. 274).

No ensaio *Comunicação e Difusão de Inovações*, apesar do título que pode induzir ao erro por utilizar a perspectiva difusionista da Comunicação para o Desenvolvimento, Benjamin aponta que é possível fazer uma correlação entre a cultura popular e o desenvolvimento justamente através da folkcomunicação, já que, para o pesquisador, era na cultura popular que se refletiam as mudanças da sociedade e, ao passo em que ela se transformava, ela continuava sendo um ponto de interesse e integração das populações rurais, daí a importância de utilizá-la nas ações de desenvolvimento local, já que ela pode ser esse ponto de comunhão da comunidade que carrega consigo o potencial de comunicar através de ferramentas e técnicas já conhecidas pelo seu público. Analisando o legado teórico de Benjamin sobre o tema, Lima afirma que a proposição era de que “os agentes da

extensão rural devem considerar, conduzir seus trabalhos e atuações como ações educativas que gerem o empoderamento e o protagonismo dos grupos atendidos. Neste caso, a ferramenta primordial desta prática é o conhecimento do cenário, do território vivido e da cultura local” (LIMA, 2017, p. 272). Aqui é possível estabelecer uma relação com Freire, quando ele aponta também a necessidade deste “ponto de comunhão”, uma base comum de significados onde estão os extensionistas e os agricultores e agricultoras para que a comunicação aconteça.

Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes, isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (FREIRE, 1970, p. 45, grifos do autor)

Ou seja, o que Benjamin e Freire propõem, cada um a seu modo, é que os técnicos extensionistas mergulhem na realidade das comunidades rurais que atendem e entendam seus modos de vida, costumes, hábitos, festas, técnicas, especificidades de plantio e colheita, palavras e gírias usadas na comunidade, para que, no processo de construção do conhecimento os extensionistas e agricultores partam desse contexto local, ou como afirma Benjamin, da cultura popular (se a entendemos como o modo de vida da comunidade e não apenas as expressões artísticas dela), para construir coletivamente as novas técnicas, ferramentas e conhecimentos voltados à melhoria da comunidade como um todo.

Olhando para como se estruturam as ações de Comunicação para o Desenvolvimento Local hoje, essa assertiva parece óbvia, mas na época essa questão não era debatida nestes termos que Freire e Benjamin colocam. No I Congresso Brasileiro de Informação Rural, um grupo de pesquisadores do qual Benjamin fazia parte chega à conclusão de que esses canais populares não são apenas importantes no processo de comunicação, mas que há uma possibilidade de utilização dessas formas populares para a divulgação de novas técnicas, práticas e usos agrícolas em um momento onde nem mesmo os técnicos em extensão rural, comerciantes e políticos sabiam que formas eram essas, sua potencialidade

e que com eles era possível “alcançar o público rural através do veículo que chega até eles e cuja credibilidade e prestígio são conhecidos” (BENJAMIN, 2017. p. 213).

É justamente esse espaço de construção de relações horizontais, baseadas no diálogo, utilizando elementos da realidade de cada local que é um ponto de aproximação entre a folkcomunicação e o desenvolvimento local. Para Maciel, que estuda as relações entre as duas teorias, na construção deste espaço que proporciona o desenvolvimento sustentável e integrado, é necessário “um processo continuado de comunicação participativa, que privilegie o diálogo como forma de desenvolver a ‘consciência crítica das classes dominadas’, ou seja, o empoderamento por meio da valorização do seu saber na luta pela transformação da realidade (MACIEL, 2007, p. 45). E, neste mesmo processo de promoção do desenvolvimento, onde se buscam as atividades capazes de alterar as condições de produção e comercialização e que podem conduzir a uma mudança de vida para os agricultores e agricultoras, se parte justamente da “valorização e da ativação das potencialidades e efetivos recursos locais, incluindo a valorização da cultura local experienciada” (MACIEL, 2007, p. 49). Ou seja, no processo de desenvolvimento local, é imprescindível partir da cultura e dos significados comuns para estabelecer uma relação dialógica, horizontal e efetiva entre os membros da comunidade e as equipes de assessoria técnica. Maciel também aponta que a Folkcomunicação, além de ajudar na visibilidade e valorização das culturas populares e métodos e saberes tradicionais, pode contribuir na incorporação destes às técnicas e estudos produzidos através da Academia, que contam com maior tecnologia no seu desenvolvimento. Combinando o popular e o científico, se forma um conjunto de saberes ainda mais adequado e fidedigno para entender a sociedade, justamente porque esta combinação amplia o leque de visão e nos permite compreender fatos e fenômenos a partir de uma perspectiva interdisciplinar e histórica.

Dessa forma, verificamos que as proximidades entre a Folkcomunicação e o Desenvolvimento Local se manifestam em três elementos ligados à cultura: 1) A valorização, estudo, análise e documentação da cultura local, a entendendo como amplo espectro de atividades necessárias para produção e reprodução da vida; 2) A utilização da cultura local como uma base comum para que os povos marginalizados se conectem com pesquisadores, técnicos em extensão rural e comunicadores a partir de um mesmo sistema de símbolos, imagens e palavras, se relacionando de forma horizontal e dialógica; e 3) A visão de que a cultura não é apenas um rastro de passado ou parte da história, mas que ela é estruturante para a promoção de um desenvolvimento baseado no contexto de cada

grupo, que valorize os saberes tradicionais e promova valores como a sustentabilidade e a igualdade e, que, por fim, possibilite a esse sujeitos que possam atuar na cena pública, propondo os caminhos que devem trilhar rumo à garantia plena dos seus direitos.

2.3 O PROCESSO PRODUTIVO D'O CANDEEIRO, SUA CIRCULAÇÃO E CONSUMO NOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DO IRPAA

Aqui, nos deteremos na descrição do processo produtivo dos boletins *O Candeeiro*, além de detalhar como o IRPAA, que o executava, analisa sua produção e avalia sua importância no processo de execução do P1+2; além de compreender seu formato, objetivos, processo produtivo, circulação e consumo para visualizar como ele se relaciona com o objetivo geral da comunicação da ASA e do IRPAA. Para isso, utilizaremos novamente as entrevistas semiestruturadas com Gisele Ferreira Ramos, comunicadora do IRPAA que atua em diálogo com a ASA Bahia e Cícero Félix dos Santos, Coordenador Nacional da ASA pelo estado da Bahia, Coordenador Geral do IRPAA e atual Presidente da AP1MC, entidade jurídica da ASA. Além disso, utilizaremos a pesquisa documental de outras dissertações sobre os boletins *O Candeeiro* e a comunicação da ASA, a exemplo de Brochardt (2013), Angola (2018) Nascimento (2018) e Rios (2018) e boletins, manuais e cartilhas produzidas pela própria ASA e pelo IRPAA.

Produzido por comunicadores e comunicadoras de organizações que compõem a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), *O Candeeiro* é um material impresso de caráter informativo que sistematiza experiências da agricultura familiar do Semiárido ligadas ao Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Proposto ao Governo Federal pela ASA em 2007, o P1+2 é uma das estratégias para garantir a segurança hídrica e alimentar das famílias do campo com sete técnicas de construção de reservatórios, sendo as mais conhecidas as cisternas.

Para implementar a política existe um protocolo, firmado na autonomia dos indivíduos, no fortalecimento dos processos de organização social e processos formativos baseados na educação popular e várias outras premissas, sendo uma delas a necessidade de sistematização, sendo um processo pedagógico de construção coletiva dos conhecimentos e de divulgação de iniciativas que deram certo e registro de práticas locais de convivência no Semiárido. É a partir desses objetivos que a ASA formula o boletim impresso *O Candeeiro*. Ramos reforça os objetivos do boletim e o seu papel de mostrar na prática a viabilidade da proposta de convivência com o Semiárido:

O boletim, ele vai ter uma variedade de objetivos, mas eu destaco dois: dar visibilidade às experiências dos agricultores e agricultoras e o outro é mostrar o quanto o acesso à água transforma a vida das pessoas, a vida da comunidade; o quanto é importante garantir o acesso à água. Acho que ele tem esse papel político muito forte. [...] A tecnologia, ela não chega só ela para a família, chega um processo formativo, o envolvimento da comunidade, então a gente também compreende que não é só a construção de uma cisterna. Mas há todo um movimento e outros elementos importantes ali no processo formativo, na mobilização, nos processos comunitários. (RAMOS, 2022)

Além de demonstrar a partir das experiências familiares e comunitárias como conviver com as características climáticas do Semiárido, a importância d'*O Candeeiro* para a ASA se relaciona especialmente com esse redirecionamento do olhar: agora as famílias não são apenas a audiência da notícia, mas são, elas mesmas, a notícia. E se tornam notícia não mais pela emergência da seca, aumento da fome e da pobreza, mas por se tornarem exemplos em suas comunidades de como viver e produzir respeitando e aproveitando as condições dadas pelo Semiárido. É assim que *O Candeeiro* dá luz a outros modos de viver e se torna uma referência.

E foram esses candeeiros que vão sendo acesos né, em vários lugares, que foram mudando essa paisagem, e mudando para melhor, para criar condições de vida das pessoas, seja na primeira água; seja na segunda água; seja com água na escola; sejam as sementes que se davam vários nomes, semente do amor, da paixão, da terra, mas desse patrimônio genético do Semiárido. É isso. As pessoas se vêem n'*O Candeeiro* e não é só aquela família que esteja nele. A outra família que olha *O Candeeiro*, ela se vê n'*O Candeeiro*, ela se vê retratada ali, ela sente luz também. Então para nós que sempre fomos colocados como as pessoas da escuridão, da negação, da incapacidade, os infelizes, os desgraçados, ter esse poder, essa capacidade de se reconhecer enquanto luz é algo extraordinário. (SANTOS, 2022)

Além de todo esse processo de representação das famílias feito através dos boletins, a importância deste material reside também na forma em como ele é produzido, já que todo o processo de entrevistas e captação de sonoras para a escrita do texto exige que a família se reúna e relembre sua história, contando-a ao jornalista, e por vezes contando para membros da família que não conhecem suas origens e quem nem sempre fazem parte dessa memória coletiva da família que tem como um marco importante na sua história a conquista do acesso à água. Especialmente para crianças e jovens, os boletins e o processo que leva a sua produção é uma oportunidade de revisitar as memórias dos mais antigos e entender a partir de uma perspectiva histórica o lugar que essa família ocupa hoje na comunidade, como explica Ramos:

Ele é importante assim, você se sentar e ser instigado a buscar lembranças que estão ali guardadas, acho que isso é muito importante. Às vezes você começa a fazer links também com coisas que você não dava tanta importância e ter isso registrado no papel é muito importante, porque isso vai contribuir para que as próximas gerações percebam, conheçam sua história. Para que a juventude, principalmente, entenda que para chegar aquela cisterna ali não foi tão simples, teve um processo de luta. Que caminho foi esse de luta e resistência que aquela família fez? Então tem esse processo de contribuir nessa memória afetiva e se reconhecer também como protagonista da sua história, em como essa a família está construindo e contribuindo para conviver com o Semiárido. (RAMOS, 2022)

Além disso, as entidades possuem uma compreensão acerca do papel deste boletim para propor uma visão de Semiárido dissonante daquela historicamente construída pelos meios de comunicação hegemônicos, especialmente quando se observa que há milhares de edições produzidas, com cada edição tendo a tiragem de mil exemplares e com veiculação online; além dos boletins impressos em formato banner e os que tiveram reimpressão com texto traduzido para outros idiomas e distribuídos em outras regiões semiáridas do mundo. Quando se observa cada boletim de maneira isolada, visualizamos o seu potencial comunicativo em uma comunidade, mas quando olhamos para esse conjunto, é possível perceber o esforço das entidades ligadas à ASA em construir uma outra visão sob este lugar que é o Semiárido e isso se expressa nas suas falas sobre o potencial d'*O Candeeiro* de construir essa outra imagem deste território:

A gente comprova, a partir da vivência desses agricultores e agricultoras, da juventude que o Semiárido é um lugar viável, que o Semiárido é um lugar rico e diverso e que o que a gente precisa são políticas públicas apropriadas para essa região. Então ele [*O Candeeiro*] vem totalmente derrubando esse discurso do Semiárido enquanto uma região seca, do um Semiárido como uma região pobre. A gente mostra o outro lado, um lado rico, com cultura, com envolvimento da juventude, com protagonismo das mulheres (RAMOS, 2022).

Eu acredito que essa experiência dos Candeeiros nos deu um lastro né, foi uma das forças que nos deu condições de resistir até aqui a todos os desmontes que estão sendo feitos pela gestão atual do Brasil. Porque a gente sempre bebe lá dessas fontes, a gente tem essa referência, então a gente quando vai projetar a frente algumas iniciativas da própria rede, a gente tem fontes importantes para ver, do ponto de vista da visibilização, da comunicação. *O Candeeiro* é uma dessas fontes muito importantes, porque às vezes a iniciativa dos gestores nacionais consegue apagar uma ali, mas a gente se encontra acolá e aí reacende outra... Então é difícil para eles conseguirem apagar a gente do Semiárido. (SANTOS, 2022)

Partindo para a análise do que compõe o boletim, começamos debatendo o formato d'*O Candeeiro*. Isso porque a Articulação Semiárido Brasileiro o apresenta como um

boletim, onde são contadas “experiências na região que usam como base as histórias de vida de agricultores e agricultoras do Semiárido” (ASA, 2018, p.17). Muito utilizado na comunicação organizacional, geralmente um boletim é definido como um veículo que abriga um conteúdo “essencialmente informativo, poucas páginas, próprio para informações que requer urgência em serem transmitidos, textos curtos, acabamento simples, texto equilibrados com fotos e pequenos intervalos entre uma edição e outra, geralmente diário ou semanal.” (LEMES, 2012, p.37). Olhando para sua forma, é evidente que a definição de boletim se encaixa com a proposta d’*O Candeeiro*, compreendendo que ele possui de duas a quatro páginas, é impresso em tamanho A4, tem um modelo padrão para os dez estados do Semiárido que o produzem, utilizando cores diferentes para cada um, e seu texto e imagens contam a experiência exitosa de convivência de uma família ou comunidade. Além das imagens da família, das cisternas e da produção de alimentos e criação de animais, o boletim tem também a logomarca nas ONG’s que atuam na execução do P1+2 e de órgãos do Governo Federal. Os boletins neste formato impresso são disponibilizados virtualmente no site da ASA. Também existe o boletim no formato de banner, que substitui o impresso, mas que não é disponibilizado no acervo da ASA. Em contrapartida, alguns elementos escapam à definição tradicional do boletim, já que *O Candeeiro* não tem uma periodicidade definida e as informações ali contidas não são urgentes e podem ser noticiadas com um intervalo maior de tempo entre a ocorrência e a veiculação do fato, ou como se fala no jornalismo, são pautas “frias”.

Apesar de se encaixar na definição de um boletim, propomos ir além da análise da sua forma. Observando também o seu conteúdo, podemos afirmar que ele é mais que um boletim. Essa noção também é expressa pela ASA, quando coloca que os boletins são também uma espécie de Contação de Histórias, ao passo em que é “uma estratégia para que as famílias vejam a beleza das suas trajetórias, o que encanta e emociona, fazendo também um resgate da tradição oral” (ASA, 2018). Questionada sobre como classificaria o boletim do ponto de vista jornalístico, para Gisele Ferreira Ramos, o boletim pode ser visto também como um perfil: “Eu colocaria como perfil. A gente tenta fazer um perfil dessa família. Aí em alguns momentos você vai ter um destaque, seja para agricultura, para o jovem; a proposta dele mesmo nasce como esse perfil.” (RAMOS, 2022). Em outras pesquisas onde o boletim é analisado, ele também é caracterizado como uma forma de sistematização de experiências, que se caracteriza como “a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita

a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo” (HOLLIDAY, 2006 apud ANGOLA, 2018, p.79). Importante também ressaltar que geralmente os boletins jornalísticos são compostos por textos curtos, notas e matérias simples, que trazem apenas o *lead*, mas *O Candeeiro* também se diferencia nesse aspecto por trazer um texto único, mais longo do que os comumente atribuídos ao gênero e que se aproxima mais de textos interpretativos do que dos informativos.

Acreditamos que José Marques de Melo também possa ajudar a compreender a complexidade que é falar de gêneros e formatos jornalísticos quando tratamos d’*O Candeeiro*. Um dos pioneiros no estudo do jornalismo brasileiro, o professor Marques aponta que os gêneros não são caracterizações rígidas e permanentes, mas que são determinados pelas formas de expressão, sua estilística e também por se adequarem para os usos daquele texto, seja para fins jornalísticos, acadêmicos... dessa forma, os gêneros são uma forma de pactuação entre seus produtores e suas respectivas audiências e que “devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p.45). Também é possível encontrar elos entre a afirmativa de Ramos quando aponta que o boletim é uma espécie de perfil, e tentativa de definição teórica deste formato, ligado ao jornalismo interpretativo, onde para além da informação, prevalece a necessidade de situar o leitor em relação ao contexto daqueles acontecimentos, suas raízes e qual o envolvimento humano nestes (Costa; Lucht, 2010).

Para Marques de Melo, o jornalismo interpretativo seria uma categoria carente de configuração estrutural, onde à época, a maioria dos textos considerados interpretativos tinham uma vinculação mais estreita com o jornalismo informativo, ora com o opinativo (MARQUES DE MELO, 2003). Contudo, o formato de perfil problematizado por Costa e Lutch (2010) se vincula ao que feito com *O Candeeiro*, especialmente porque o perfil é compreendido como um enfoque na pessoa, seja ela uma celebridade ou não, mas que o foco é que ela seja protagonista da sua história de vida, onde há uma descrição do personagem e uma interpretação do seu comportamento diante daqueles que os cercam e da sociedade. Dessa forma, os debates em torno da uma delimitação e de uma definição única do que é o jornalismo interpretativo e o perfil esbarram justamente na diversidade de analisar ambas as formas, mas que, também concordam quanto às características mais gerais destes quando se observa que os teóricos do tema ressaltam como características

importantes a “contextualização, aprofundamentos, antecedentes, causas, consequências e a humanização do relato” (COSTA; LUCHT, 2010, p. 121).

Observando a relação entre as tentativas de delimitação desses conceitos e a forma com que o boletim é produzido, Angola aponta que a sistematização de experiências não está presa a uma fórmula, mas é “um processo de reflexão da prática e registro, a construção do autoconhecimento, o intercâmbio de experiências e apropriação de suas práticas” (ANGOLA, 2018, p.78). Em outro estudo, Nascimento (2018) também faz uma aproximação entre *O Candeeiro* e a sistematização de experiências, apontando que esta é discutida no âmbito da ASA, que “acredita que a sistematização é uma forma de transmitir os saberes, de tornar conhecidas histórias de vida, de desafios, de lutas, de conquistas e de convivência, inclusive” (NASCIMENTO, 2018, p. 66). A análise de que o boletim é uma forma de sistematização de experiências também é feita por Rios (2018), que aponta que ele é parte de uma estratégia de valorização das práticas da agricultura familiar a partir do momento em que a ASA “passa a incorporar a produção de sistematizações de experiências da agricultura familiar e convivência no Semiárido, como estratégia de comunicação, no formato de boletim impresso” (RIOS, 2018).

Dessa forma, compreendemos que a discussão acerca do formato do boletim conduz a uma resposta multiperspectiva, onde *O Candeeiro* é, ao mesmo tempo, boletim, Contação de Histórias, perfil, sistematização de experiências e, como veremos no capítulo adiante, uma importante forma de registro da memória, da cultura e das alterações operadas no Semiárido a partir da proposição do projeto de convivência com o Semiárido aliado a uma visão de desenvolvimento local.

Em relação ao processo de produção dos boletins, não há nenhum tipo de manual ou guia de orientações para a produção, o que impressiona muito, já que *O Candeeiro* é feito de forma descentralizada pelas entidades que compõem a ASA e executavam ações do P1+2 com uma relativa participação da ASACom no processo de edição e revisão, mas ainda assim, observando os boletins produzidos em diferentes estados e períodos, é visível como há uma coesão em torno do seu formato, da construção das narrativas e da escolha das imagens. Angola afirma que apesar da ausência de um manual, a forma de fazer os boletins já está consolidada na ASA e é revisitada nos espaços de debate e formação da entidade, o que lhe permitiu elencar algumas orientações gerais. São elas:

Escrever o texto corrido e não em colunas, para não confundir a leitura; Evitar palavras de difícil compreensão; Apresentar os números de forma decimal e não por extenso; Usar fotos, ter cuidado na disposição das legendas; Atentar para que o título consiga expressar ao máximo a essência das experiências sistematizadas; Situar um marco de formação da família e apresentar os componentes dela, com seus respectivos nomes; Buscar conversar também com as mulheres quando as experiências forem familiares ou coletivas; Sistematizar também experiências protagonizadas por mulheres. (ANGOLA, 2018, p.82)

Focando nas etapas de produção dos boletins feitos pelo IRPAA, o primeiro momento é o de identificação das experiências, feita em parceria com o Eixo Água (que dentro do IRPAA era o grupo responsável pela execução das ações do P1+2). Aqui, os técnicos em extensão rural e os comunicadores visualizavam quais experiências poderiam ser evidenciadas e já era escolhida também uma temática, por exemplo: sucessão rural, quintais produtivos, protagonismo feminino ou organização comunitária. Com uma temática geral mais definida, a etapa seguinte é o mapeamento, que é identificar onde mora a família que protagoniza a experiência e temática escolhida, sendo a busca feita com ajuda do técnico que a acompanha. Um dos principais critérios para a escolha de uma família não é o êxito da implantação da tecnologia de convivência, mas o envolvimento da família com esta:

O primeiro elemento que a gente olha é o envolvimento da família com a tecnologia. Porque a gente sabe que a realidade é que tem famílias que vão receber e que não vão conseguir ter esse envolvimento tão grande. Então a família tá lá e conquistou a cisterna, a partir disso, que transformações ela vai fazendo ali no seu quintal produtivo? e na sua família? Acho que é isso que a gente também vai observando para escolher, porque é o que a gente chama de “Família de Referência”, que são aquelas famílias que conseguem colocar em prática todo o debate da convivência com Semiárido. (RAMOS, 2022)

Com isso, é feita a visita. Não há um padrão que oriente o grupo a fazer uma determinada quantidade de visitas antes da elaboração do boletim, ou que elabore o texto com as informações coletadas na primeira visita, mas conforme as entrevistas, o que fica latente nas respostas é que boa parte dos boletins são produzidos a partir de uma única visita, mas que demora um turno ou um dia inteiro, onde o comunicador vai reunindo material jornalístico a partir da passagem pelas cisternas, pela área de criação de animais, plantações, silos, e, claro, através das entrevistas com os membros das famílias. Não há um roteiro padrão de entrevistas para a família, mas a tônica é resgatar as lembranças dos membros mais velhos da família desde a infância, para que eles relembrem como era o acesso à água no período, como era o cotidiano da produção, como a família se formou e chegou até aquela comunidade.

Cada jornalista vai ver como passa esse tempo conversando com a família, e aí nessa conversa é resgatar mesmo, desde as primeiras lembranças que ela tem, de quando era criança como ela tem acesso a água, de que ela conte a sua história mesmo. A partir desse processo, dela contando, tem alguns pontos que a gente vai aprofundando: se é um boletim que a gente quer evidenciar o protagonismo da mulher, então a gente vai mergulhando essa história e tentando resgatar a relação com a comunidade, porque é um boletim da família, mas às vezes a gente também tenta trazer a história da comunidade, do movimento comunitário. (RAMOS, 2022).

É também no momento da visita que são feitas as fotos da família. Segundo Ramos, esse é o momento em que a família mais participa do processo de produção do boletim, já que na própria visita é feita uma pré-seleção de fotos junto com a própria família, para que ela escolha a imagem que a representa melhor. A respeito do nível de envolvimento das famílias na produção do boletim, é importante assinalar que havia um real interesse da ASA e das entidades que executam o projeto em envolver melhor a família no processo da escrita, mas diante das dificuldades do próprio processo produtivo do boletim, essa participação não tem sido possível. “A gente não consegue garantir isso. Às vezes, no máximo, a gente consegue garantir que ela escolha as fotos. A gente tira aí ela: ‘Ah, gostei dessa’, aí escolhe. A gente vai considerando isso, mas na forma da escrita mesmo, infelizmente a gente não consegue garantir.” (RAMOS, 2022). Com as sonoras coletadas e fotos selecionadas, o comunicador retorna à redação. Invariavelmente, quem faz a visita é quem redige o texto, já que para além dos materiais coletados, há momentos do contato direto com a família que ajudam a guiar a escrita do texto do boletim.

Não é só coletar sonora, tem muita coisa aqui [segurando o boletim] que a gente escreve e que percebe no olhar, no gesto, então a gente precisa estar nesse contato. Não é só transcrever o que foi dito pela família, mas é o que a gente sentiu, o que conseguiu visualizar... tem muito disso do comunicador, do olhar do comunicador. Quando a família, os personagens-agricultores falam algo e a gente percebe que o olho enche de lágrima, quando eles ficam mais emocionados, então esse detalhe a gente gosta de trazer n’*O Candeeiro* e acho que isso dá mais vida, humaniza mais também, e isso precisa ser no contato, não dá para fazer só com sonora. (RAMOS, 2022)

No processo de construção do texto, há, segundo Ramos, um esforço em garantir que as informações trazidas pela família sejam inseridas da forma mais fidedigna possível no processo de transcrição das sonoras e mesmo das citações indiretas de falas feitas por membros das famílias, o que se expressa na leitura dos boletins, especialmente das aspas, onde há figuras e expressões que vem do repertório cultural daquela comunidade, ou mesmo abreviações, figuras de linguagem e outros elementos que transportam para a

escrita a força da oralidade daquele agricultor ou agricultora. Com o texto finalizado, por vezes ocorre um processo de revisão informal, onde os outros comunicadores do eixo o lêem e dão sugestões de alteração, que podem ou não serem seguidas pelo redator. Após esse processo informal de edição, o boletim é enviado para a ASACom, que é onde de fato é feita a revisão e edição o boletim, e após o aval do comunicador da ASACom que acompanha a produção dos boletins do IRPAA, o material é enviado para impressão em papel A4 ou banner. Quando impresso em papel, a tiragem é de mil exemplares. Deste total, uma parte dos exemplares (não há uma quantidade pré-definida) fica com o IRPAA, mas a maioria retorna para a família, para que ela distribua como achar melhor.

A gente entrega e a família decide. A instituição fica com uma quantidade. A gente entrega uma quantidade com a família e a instituição fica com outra. Essa que fica na instituição é a única parte que a gente faz gestão, de em quais eventos a gente vai distribuir e como vai ser, mas a família tem total autonomia desse material, então ela escolhe. Muitos utilizam a distribuição na comunidade; entre parentes, e principalmente quando tem parentes que moram em outros estados, outros lugares, eles entregam o boletim; mas é principalmente em eventos, também nas feiras. Geralmente essas famílias também são convidadas para participar de outros eventos pela instituição, então eles levam os boletins para distribuir, mas é totalmente com autonomia da família (RAMOS, 2022).

A partir deste relato, é possível inferir que os boletins circulam basicamente em espaços de comunicação informal, onde o relato feito através do suporte do impresso se alia à comunicação verbal feita entre agricultores de uma mesma comunidade, no caso de feiras locais ou com famílias agricultoras de diferentes estados do Semiárido, especialmente em atividades e eventos regionais organizados pela ASA, com o público consumidor de cada feira e com a diversidade de pessoas que habitam esses espaços. Estudando como a circulação, usos e apropriações d'*O Candeeiro* acontecem no sertão do Ceará e observando como o boletim se relaciona com as comunidades rurais nas suas práticas e vivências, Nascimento (2018) ressalta que a implementação do P1+2, mais que a produção dos boletins, estimula também o intercâmbio de experiências, utilizado como uma metodologia de trabalho com as famílias. Além disso, assim como as respostas obtidas em entrevista, Nascimento chega à conclusão de que não há uma estratégia de distribuição dos boletins, mas que eles circulam nas comunidades a partir de outros espaços de comunicação.

Significa que *O Candeeiro* foi construído e entregue à família e que ela o distribuiu em eventos realizados na comunidade ou em visita às famílias, mas que não houve um momento de propagação desse boletim. Em outros espaços também foram entregues outros boletins [...] pelo que é exposto nesse depoimento, percebe-se que *O Candeeiro* é apenas mais um dos meios e formas de circulação da informação na comunidade Lagoa do Juá. Outros modos de interação como as reuniões realizadas pela Associação dos Pequenos Agricultores e a vivência em outros espaços têm influenciado os conhecimentos e práticas dessas famílias que dialogaram conosco. (NASCIMENTO, 2018, p. 149)

Dessa forma, o que se pode observar é que *O Candeeiro* é parte de uma complexa rede de articulação e comunicação que envolve a ASA, as entidades que a compõem, a exemplo do IRPAA nesta pesquisa e também as diversas formas de comunicação formal e informal presentes em cada comunidade, que mudam de acordo com cada território, mas ainda assim continuam sendo aliados no processo de multiplicação de experiências, técnicas e tecnologias de convivência com o Semiárido.

A última edição do boletim produzido com base em uma experiência na cidade de Juazeiro (BA) foi em 2017. A justificativa para o fim das produções foi o corte no financiamento do Programa Cisternas no ano de 2018, cujo orçamento caiu de R\$ 248,8 milhões para R\$ 20 milhões, o que possibilitaria a construção de apenas 5.453 cisternas ao passo em que a estimativa da ASA na época era de que cerca de 350 mil famílias ainda aguardavam a construção das cisternas em suas pequenas propriedades (AMENI, 2017). Sem financiamento, as ações do P1+2 deixam de ser executadas, e, consequentemente, o boletim, que é uma meta e um registro das experiências, deixa de ser feito.

Como o boletim é produzido dentro de um projeto, ele é meta de um projeto, o P1+2 ele vai ter metas tanto da construção da tecnologia, meta de processos formativos e metas da comunicação, e dentro das metas de comunicação tem o boletim. Infelizmente com o Golpe que nós sofremos teve esse corte no projeto, então com esse corte a gente não conseguiu mais produzir os boletins *O Candeeiro*, aí a instituição produz outros materiais que tentam evidenciar [a temática da convivência] mas *O Candeeiro* não, porque ele é ligado a um projeto (RAMOS, 2022)

Contudo, o saldo de construção d'*O Candeeiro* é positivo para as organizações. Para além de cumprir as metas de comunicação, o que ficou foi a mobilização das comunidades para continuar buscando seus direitos através de outras iniciativas, programas locais e ações feitas pela própria comunidade. Quando um boletim dava visibilidade à história de uma família, uma movimentação comum das famílias daquela comunidade era de buscar os técnicos do IRPAA para saber como eles poderiam ter acesso às políticas de cisternas,

atividades de formação, intercâmbio de experiências e as demais ações que compunham o P1+2, o que aumentava consideravelmente a mobilização e a organização das comunidades para debater e construir saídas coletivas para as questões colocadas em cada uma delas. Como explica Ramos, “é compreender que não é a cisterna isolada, há um conteúdo, uma diversidade de coisas para poder fazer com que a gente diga que essa família é uma Família de Referência, o quanto ela abraça essa instituição” (RAMOS, 2022). Outro saldo identificado pelas instituições a partir da construção dos boletins e do P1+2 de maneira geral é que essas ações dão a oportunidade de debater a estrutura agrária no Semiárido brasileiro, especialmente porque diante desta configuração climática, mesmo a agricultura familiar precisa de um território mais extenso para conseguir ter uma produção significativa, o que esbarra diretamente nas questões relacionadas ao direito à terra e a concentração desta na mãos de grandes empresas do agronegócio e multinacionais que exploram essa região principalmente a partir da fruticultura irrigada.

Ter água para a produção nos ajuda a problematizar a questão da estrutura agrária no Semiárido. Muitas famílias que vivem no Semiárido, que hoje tem a primeira água, não tem terra para ter a segunda água porque ela não tem terra para construir a tecnologia. Então essa é uma questão que nós precisamos enfrentar cada vez mais. Como é que a gente enfrenta a estrutura agrária do Semiárido para garantir terra, para viver, morar, ter a casa, mas também para produzir alimentos, para garantir a Caatinga em pé, para garantir o bioma preservado, para romper ou frear o processo de desertificação? Então a segunda água, o Programa Uma Terra e Duas Águas traz para a gente essa oportunidade não só no campo da problematização teórica, mas da prática, da vida das pessoas, de poder junto à sociedade e o Estado brasileiro problematizar e tentar romper com essa estrutura agrária perversa, arcaica e extremamente injusta no Semiárido brasileiro. (SANTOS, 2022).

Mesmo com o P1+2 sendo paralisado a partir de uma decisão unilateral do Estado, a ASA e o IRPAA visualizaram alguns desafios que podem ser superados caso o programa volte a ser financiado e executado. Um destes é a valorização de experiências comunitárias, que extrapolam o ambiente da família e contam as histórias da comunidade, das associações, dos grupos de produção e beneficiamento, ou seja, que ampliem esse olhar voltado à produção da agricultura familiar para as demais formas de se organizar para produzir e mobilizar a comunidade. Santos afirma que essas experiências mais coletivas têm o potencial de contribuir também em ações que problematizam as consequências das mudanças climáticas: “O enfrentamento para tudo isso que tá colocado como consequência das mudanças climáticas passa muito pelas construções comunitárias.

[...] Então eu acho que poder ter mais luzes alumando a partir das experiências comunitárias é um desafio” (SANTOS, 2022). Outros desafios extrapolam a produção d’*O Candeeiro*, mas foram identificadas através da produção dele, como ressalta Ramos, quando pontua a necessidade de garantir um grupo permanente de comunicadores na Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares do Semiárido, que construa as ações, mas que pautar temas políticos no cotidiano do trabalho, a exemplo da pauta da democratização da comunicação; a própria extensão territorial do estado da Bahia acaba sendo um obstáculo que dificulta mais espaços de reflexão e articulação dos comunicadores das entidades espalhados nos estados e, por fim, há o desafio do convencimento do conjunto das entidades acerca da importância da comunicação como direito e pauta política, e não apenas como serviço prestado.

Tem que sensibilizar mais para perceber o quanto é importante a comunicação para além só da produção de conteúdo, mas enquanto campo político e que se a gente não avançar nisso a gente não vai avançar na proposta da convivência no Semiárido. A gente faz essa defesa de que uma das pautas precisa ser a da democratização da comunicação, que enquanto a gente não fizer isso, os outros direitos também vão estar aí caminhando de forma muito perigosa. (RAMOS, 2022)

No capítulo a seguir nos deteremos na análise dos boletins *O Candeeiro* produzidos pelo IRPAA nas comunidades rurais da cidade de Juazeiro (BA) para compreender como comunicação, cultura e desenvolvimento se aliam no registro das memórias e na construção de outras narrativas sobre o Semiárido.

3. MEMÓRIA, IMPACTO DAS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA E OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE D'O CANDEEIRO

Neste capítulo, nos debruçamos na materialidade das edições de *O Candeeiro* para compreender como a memória individual e coletiva dos agricultores e agricultoras é relatada, valorizada e passa por processos de renovação, sendo atualizada a partir das mudanças efetuadas em suas vidas no processo de inserção das políticas de convivência com o Semiárido. Além disso, iremos compreender, também através das edições selecionadas, quais foram as mudanças na cultura e nos aspectos produtivos e reprodutivos da vida das famílias e como eles se alteraram com todas as mudanças oportunizadas no processo de implementação das ações do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Para isso, selecionamos dentro da totalidade dos boletins produzidos desde 2007 nos 10 estados que formam o Semiárido, todos aqueles produzidos pelo Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) com base nas experiências de famílias camponesas da zona rural do município de Juazeiro (BA) e que estivessem disponíveis no acervo virtual de *O Candeeiro* no site da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Dessa forma, chegamos ao número de oito boletins que compõem o *corpus* empírico desta pesquisa. A partir da análise exploratória deste material, visualizamos que o método de análise que se adequaria ao objetivo deste capítulo seria a análise de conteúdo categorial (BARDIN, 2011). A partir daí, definimos três categorias de análise e selecionamos quais boletins se relacionam com cada categoria. Importante destacar que nem todos os boletins se encaixam nas três categorias e alguns deles se relacionam de forma mais (ou menos) incisiva com estas.

Selecionadas as categorias e os conjuntos de boletins para cada uma destas, fizemos a análise incorporando nelas questões relacionadas a memória coletiva e social e a relação entre mídia e construção de memórias com Halbwachs (1990); incorporamos os conceitos de cultura (Santos, 2006) e de desenvolvimento local (Maciel, 2012) para a análise dos impactos das ações do P1+2 e, por fim, utilizamos Beltrão (1980) para identificar quais são os espaços de comunicação interpessoal nas comunidades que se configuram como oportunidades de comunicação ou centros de informação.

3.1 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL CONFORME BARDIN

Parte da metodologia desta pesquisa é constituída pela Análise de Conteúdo a partir do estudo da amostragem dos boletins *O Candeeiro* selecionada. A escolha deste método se dá tanto pela sua capacidade de adaptação para diferentes *corpus* empíricos, quanto por sua versatilidade no sentido de organização de método da análise. Aqui utilizaremos o conceito e as técnicas empreendidas por Laurence Bardin, que entende a análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 38). Vale ressaltar que não se trata de um processo metodológico fechado, mas pelo contrário, se destaca justamente pela sua multiplicidade de formas e sua facilidade de adaptação para contextos diversos.

Mais que pela sua definição, a análise de conteúdo se caracteriza principalmente pelo que é apreendido no material analisado através dela, ou seja, sua inferência, que é a relação entre a materialidade dos textos e os fatores que determinaram essas características manifestas neles. Segundo Bardin, “para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou o seu meio” (BARDIN, 2011, p. 39). Por isso, julgamos adequado o uso da análise de conteúdo com o objetivo de compreender como as edições do boletim *O Candeeiro* registram as memórias das famílias em relação à conquista e promoção às políticas sociais de acesso à água e convivência com o Semiárido e na análise de como as mudanças na vida e na cultura das famílias contempladas pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) se expressam nas edições deste boletim.

Antes da análise propriamente dita, Bardin propõe a sua organização em três fases: pré-análise; exploração do material e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A fase de pré-análise é o momento em que se deve escolher a amostragem de documentos selecionada para a análise. Também é necessário afirmar os objetivos e hipóteses que norteiam o estudo, além de selecionar índices e elaborar indicadores, que servirão de base para a interpretação.

Para a seleção da amostragem Bardin afirma ser necessário o uso de regras e métodos de seleção e ressalta o uso de duas destas. A primeira delas é a da exaustividade,

onde a partir da definição de um *corpus*, se analisa todo o material sobre ele, mesmo o que numa primeira leitura se julgue irrelevante, ou seja, é uma amostra pautada pela não-seletividade do que a compõe. Já a regra da representatividade, como seu nome anuncia, vai formar uma amostragem reduzida a partir de critérios selecionados e os resultados da análise serão generalizados a todo o conjunto daquele material, extrapolando a amostragem, já que no processo de seleção foram escolhidas amostras tidas como representativas de todo aquele material que não foi analisado. Aqui, a escolha dos documentos segue a regra da representatividade, já que os boletins que compõem a amostragem são uma parte representativa do universo inicial, que são as mais de duas mil edições d'*O Candeeiro* produzidas. Assim, os resultados da análise desta amostra serão generalizados a este universo.

A formulação de hipóteses faz parte da análise no sentido de que é preciso deixar explícito quais são as direções do estudo e de evitar o uso do que Bardin chama de “hipóteses implícitas”, que não são ditas, mas que acabam guiando a pesquisa. A partir de duas premissas: 1) *O Candeeiro* contribui na construção do que hoje se conhece como Semiárido e na construção de memórias em torno deste; e 2) Neste processo, ele se configura como um meio de comunicação que ressalta e valoriza aspectos comunicacionais presentes na cultura popular das comunidades rurais traçamos a seguinte hipótese: *O Candeeiro* constrói outras formas de ver e narrar o Semiárido, que não se iniciam a partir da construção dos boletins, mas que eles ajudam a potencializar.

Em relação à seleção dos índices, “se se considerarem os textos uma manifestação contendo índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes [...] e sua organização em indicadores” (BARDIN, 2011, p. 99). Dessa forma, selecionamos como indicadores o uso de adjetivos positivos para caracterizar o Semiárido no presente; o relato de atividades e espaços onde ocorre a comunicação interpessoal das comunidades; a frequência em são mencionados o P1+2 e demais iniciativas das ASA e relação feita entre o acesso à essas políticas e as mudanças na cultura das comunidades.

Como suporte de apoio à Análise do Conteúdo Categorical, para identificar o que Bardin chama de núcleos de sentido, que são termos ou unidades de sentido cuja presença e frequência de aparição podem significar algo para o objeto analisado, utilizaremos a

análise da nuvem de palavras gerada através do site WordClouds¹⁸. Essa ferramenta agrupa e organiza graficamente as palavras encontradas em um determinado conteúdo em função da sua frequência, daí, na nuvem, as palavras que aparecem em destaque, com um tamanho maior, são as que aparecem com mais frequência no texto. Utilizamos como material de análise o texto dos oito boletins analisados nesta pesquisa. Apesar de uma ferramenta simples, optou-se pelo seu uso pela forma como ela possibilita identificar palavras-chave que atravessam a construção do conjunto de boletins e podem identificar quais conceitos, ações e sujeitos são visibilizados através destes. Vale lembrar que, apesar desta se tratar de uma ferramenta de análise quantitativa, ela é apenas um complemento para a análise de conteúdo categorial, buscando visibilizar como a incidência destas palavras no texto se relaciona com o objetivo dos boletins.

Para a definição do corpus empírico, a seleção dos boletins foi feita a partir do próprio site da ASA, onde estão as versões digitais dos boletins. Na página, é possível filtrar os boletins selecionando-os a partir de uma palavra-chave, estado de publicação, assunto, ou período de publicação. É a partir dessas ferramentas que escolhemos a amostragem desta pesquisa, selecionando todos os boletins disponibilizados no site produzidos na zona rural de Juazeiro (BA), entre 2013 e 2017, que foi o período de produção da totalidade boletins disponibilizados, sem delimitação de assunto, totalizando na busca um total de oito boletins. A suposta baixa de quantidade de boletins produzidos no território de Juazeiro se justifica pelo fato do IRPAA executar as ações do P1+2 em todos os territórios do norte da Bahia, cerca de 10 municípios, onde era necessário sistematizar experiências da cada uma dessas cidades, daí as metas de produção de boletim eram divididas entre as cidades neste território. Certamente, se a opção desta pesquisa caminhasse para a análise de todos os boletins feitos pelo IRPAA, haveria um corpus empírico mais extenso, mas que traria outras implicações para a análise.

Para selecionar quais elementos do texto serão levados em consideração, é necessário escolher quais serão as unidades de registro, que são definidas como “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 104). As unidades de registro que integrarão cada categoria são as frases, por compreender que para a análise temática, o uso destas pode ser mais produtivo no sentido de que é

¹⁸ Site (<https://classic.wordclouds.com/>) criado pela editora online holandesa Zygomatic com base plataforma HTML5

possível extrair uma quantidade significativa de proposições e formulações únicas para o estudo, especialmente para visualizar crenças, tendências, opiniões, atitudes e valores. Desta forma, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 105).

Dentro do amplo conjunto de técnicas deste método de análise, aqui faremos uso da análise de conteúdo categorial, ou seja, o conjunto de documentos selecionados para este processo analítico será classificado em categorias, observando os elementos que constituem cada uma destas. Bardin aponta que estas categorias podem ser ligadas à semântica, sintática, léxica e expressiva. A partir da pré-análise do corpus empírico, definimos que esta análise terá categorias de semântica, ou seja, temáticas. A partir da leitura dos oito boletins, definimos as categorias em que as unidades de registro se agrupam e são estudadas a partir da recorrência de cada categoria no conjunto dos boletins.

3.2 CATEGORIAS TEMÁTICAS DA ANÁLISE DO CONTEÚDO D’O *CANDEEIRO*

Todas as categorias elencadas por nós se encaixam em maior ou menor medida com toda a amostragem selecionada. Por isso, não iremos avaliar cada impresso de forma individual. Ao invés de dividir a análise por boletim, agrupamos as análises do conjunto de boletins referentes a cada categoria em subcapítulo para que a análise seja feita, utilizando a data de publicação de cada boletim para ordená-los. Vale ressaltar que alguns boletins não se encaixam da mesma forma em todas as três categorias. Alguns têm um relato mais rico das memórias, outros se detêm ao relato do presente, alguns focam no impacto das ações do P1+2 e este não é necessariamente um demérito, mas consideramos alertar para essa questão que tem impacto direto em como os boletins se relacionam com cada categoria. A análise propriamente dita, com o tratamento dos resultados, inferência e interpretação estarão contidos nos três próximos subcapítulos, que foram divididos de acordo com as categorias de análise. São elas: 1) Memória coletiva em torno do Semiárido e registros do passado; 2) Impacto da chegada das políticas e tecnologias sociais de convivência; e 3) Espaços e ferramentas de comunicação interpessoal.

3.2.1 MEMÓRIA COLETIVA EM TORNO DO SEMIÁRIDO E REGISTROS DO PASSADO

Aqui, iremos observar a partir de citações diretas dos membros da família ou do texto redigido com base nestas citações, quais eram as condições de vida dessas famílias e comunidades no período anterior à implementação do P1+2, especialmente nos momentos de seca. Observar também quais direitos humanos eram negados a essas pessoas, justamente por entender como a ação sistemática de negar a essas famílias o mais básico, que é o acesso à água, gera a negação por parte do Estado de uma série de direitos básicos.

Analisaremos também como as memórias e o passado dos membros mais velhos da família impactam na construção da memória dos mais novos e na perspectiva de vida destas pessoas. Para isso, utilizaremos as concepções de Pollak (1989) e Halbwachs (1990) de que as memórias são criadas social e coletivamente na vida em sociedade, e conforme assinala Ribeiro (2000), os fatos jornalísticos se aproximam cada vez mais dos fatos históricos, se tornando material essencial para a construção das memórias. Neste processo, os boletins são estratégicos para a manutenção das memórias coletivas subterrâneas que “transmitem e conservam lembranças proibidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (RIBEIRO, 2000, p. 31). Como já mencionado antes, visualizamos como dominante as memórias e a visão historicamente construídas pelo Estado brasileiro e pelos meios de comunicação de massa em torno do Semiárido sob o argumento de combate à seca.

A partir desta categoria, tem-se um panorama de como era a vida das famílias da zona rural de Juazeiro (BA) anteriormente à implementação de projetos que possibilitam a chegada neste local de políticas sociais de convivência com o Semiárido.

3.2.2 IMPACTO DA CHEGADA DAS POLÍTICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Se na categoria anterior o foco era visualizar o passado, aqui nos detemos em analisar os modos de organizar a vida e produção das famílias após a implementação dos projetos. Entender qual a relação que essas famílias têm com essas políticas e entender melhor como elas foram beneficiadas. Se compreendemos a cultura como o modo de vida de uma determinada comunidade, é nesta categoria que pretendemos também visualizar a

mudança na cultura a partir da opção em conviver com o Semiárido, com um olhar sobre os aspectos do desenvolvimento local que também se alteram neste processo.

Aqui, utilizaremos o conceito de cultura Santos (1996) que a define como tudo o que caracteriza a existência social de um povo ou de grupos no interior de uma sociedade, mas entendendo que a cultura está em constante modificação, e que não há uma cultura do Semiárido, mas várias culturas, dada a sua vasta extensão territorial, sua formação social e a diversidade dos povos que nele habitam, como também nos indica Santos:

A cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma *em processo*, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas (SANTOS, 1996, p. 50, *grifo nosso*).

Ter um olhar atento não apenas para a construção de cisternas, mas quais as possibilidades que elas trazem consigo de maneira objetiva e subjetiva, a exemplo do incremento na renda, alimentação saudável, organização das comunidades, mudança de postura sobre a preservação do meio ambiente e da convivência naquele território e o que mais for identificado, compreendendo que tudo isso faz parte da cultura, é o que irá constituir esta categoria de análise.

Para além da dimensão da cultura, optamos por inserir nesta categoria a noção de desenvolvimento local, entendendo este como a mobilização de potencialidades aproveitamento de capacidades locais, desaguando em ações que aumentem e melhorem as oportunidades sociais, o acesso à renda, qualidade de vida e a preservação de recursos naturais, configurando-se como um fenômeno humano e social (MACIEL, 2012). Para que ele aconteça, é imprescindível um processo de comunicação dialógica e participativa, que contribua na elevação da consciência das famílias sobre o seu papel na luta pela transformação daquela realidade que as cerca. Se considerarmos que o P1+2 é a porta de entrada para uma série de mudanças na vida das famílias beneficiadas, trabalhar as questões relacionadas ao desenvolvimento local se torna imprescindível.

3.2.3 ESPAÇOS, MEIOS DE EXPRESSÃO E OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO

Nesta categoria vamos elencar quais são os espaços de comunicação nestas comunidades que não necessariamente estão ligados a algum meio de comunicação

mediático ou ao que Beltrão chamava de “jornalismo ortodoxo”, mas que são formas ativas e importantes de analisar se o objetivo é visualizar as múltiplas formas que as comunidades rurais utilizam para se comunicar a partir de atividades do cotidiano, exercidas por todos, e não apenas pelos jornalistas e comunicadores, mas que produzem “conteúdo jornalístico em atividades alheias, e até fundamentalmente dessemelhantes, à atividade jornalística. Iria flagrar agentes-comunicadores de fato em indivíduos que se surpreenderiam se lhes fosse dito que eram jornalistas” (BELTRÃO, 2014, p. 67).

Dessa forma, essa categoria apreenderá quais são os espaços e ferramentas utilizados pelos membros da comunidade para se comunicarem, compreendendo que muitas delas são antigas e podem até parecerem residuais, mas permanecem até hoje no Semiárido. Evidentemente, muitas delas mudaram de forma e conteúdo com o passar dos anos, os meios de comunicação de massa foram incorporados.

As classes populares, tem, assim, meios próprios de expressão e somente através deles é que podem entender e fazer-se entender. Tais meios, são, ainda, em grande parte aqueles mesmos que lhes serviam na fase da Independência: a literatura oral [...]; o jornalismo ambulante dos caixeiros viajantes [...] ou a literatura escrita [...] a linguagem simbólica e eloquente dos autos e entretenimentos [...] e também pela “fala” expressiva das peças de artesanato, de esculturas, de quadros, de móveis e utensílios rústicos (BELTRÃO, 2014, p. 112)

As comunidades rurais se encaixam no conceito de Beltrão de grupos rurais marginalizados, iremos identificar a partir dos textos dos boletins quais são os espaços onde a comunidade se forma e se informa, compreendendo que estes espaços são centrais para entender a cultura desta comunidade, suas estratégias de comunicação e também de organização, extremamente necessária para implementação das políticas.

3.3 VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS COLETIVAS EM TORNO DO SEMIÁRIDO

Antes de passarmos para a análise propriamente dita, é necessário deixar em evidência, ainda que de maneira breve, o que constitui o que chamamos aqui de memória e quais as suas principais características. Em primeiro lugar, o que vai constituir as memórias são dois tipos de conhecimento, de acordo com Pollak (1989): os acontecimentos vividos pessoalmente e também aqueles vividos pelo grupo ou comunidade à qual um indivíduo pertence, ou seja, são memórias “vivas por tabela”, já que nem sempre foram experienciadas por aquela pessoa, mas que através da socialização com aquele grupo essa memória é herdada e se transmite ao longo de gerações com alto

grau de identificação, como também afirma Halbwachs para explicar como esse processo ocorre:

Para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois souro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 16-17)

Esse elemento é fundamental para compreender essa dimensão da memória dos boletins, já que grande parte dos jovens e crianças que compõem as famílias entrevistadas não vivenciaram as secas mais severas durante o século XX, mas pelo relato de seus pais, avós e familiares mais antigos, acabam herdando essa memória das dificuldades que marcaram esse período.

Além de vivências e relatos do passado, a memória se constitui também de pessoas e lugares, tanto por pessoas com quem de fato se teve algum tipo de contato e convivência, quanto por aquelas que mesmo após a morte se mantém de certa forma vivas quando são lembradas e passam a fazer parte dessa memória dos mais novos como um personagem. Já os lugares da memória são aqueles que têm vínculo com alguma lembrança específica ou de uma fase da vida, a exemplo dos quintais e hortas produtivos que rodeiam as casas na zona rural do Semiárido e é o local onde boa parte das crianças crescem brincando e aprendendo os primeiros cuidados com a terra no ofício da agricultura familiar.

Outro elemento constitutivo da memória é o esquecimento. Sim, as memórias são seletivas e um exemplo disso é quando uma mesma experiência vivida por duas pessoas se fixa em uma e se torna memória e na outra não. Isso pode acontecer por diversos motivos, mas um deles pode ser a relação que aquela vivência tem com outras memórias do indivíduo, o nível de identificação entre estas e como a memória individual vai trabalhar para organizar e fixar aquela memória junto com as demais.

A partir destes três grandes elementos, é nítido o quanto a memória é, efetivamente, um fenômeno construído individual e coletivamente, através daquilo do que é pessoalmente vivido ou relatado por outros, pelas pessoas que conhecemos em vida ou não, pelos lugares onde vivemos e passamos, por acontecimentos que têm uma relação íntima com a nossa identidade e que a partir de todas essas características vão se fixando ou não na nossa memória pessoal. Sendo assim, a memória é, por excelência, um

fenômeno social e coletivo, no sentido de que o que se retém do passado é aquilo que é significativo para um grupo a partir de noções e informações que são relevantes para este. Essas memórias podem também ser modificadas e reconfiguradas coletivamente num processo de constante manutenção em busca de uma unidade ou coerência entre o todo, como assinala Halbwachs (1990).

Publicado em junho de 2013, a edição nº 1167, intitulada “Criação de galinhas anima famílias rurais no interior de Juazeiro” conta a história de Maria Madalena da Paixão, que vive no distrito de Itamotinga há mais de 30 anos e desde meados da década de 1980, já havia optado pela criação dos animais de pequeno porte, ideais para o Semiárido pelo baixo consumo de água e ração se comparado a bovinos, por exemplo, como o próprio boletim relata: “Dona Maria Madalena Paixão, que já cria galinhas há 30 anos, sabe o quanto este tipo de criação é rentável para as famílias do Semiárido, especialmente neste período em que as roças estão produzindo muito pouco devido à seca” (O CANDEEIRO, 2013, p. 1). De fato, em 2013, a região passava pela maior estiagem dos últimos 50 anos, com precipitação abaixo da média, de acordo com estudo publicado pela World Meteorological Organization (WMO, 2013), e ao invés de amargar a perda dos animais pela fome ou sede, a família de Maria Madalena, apesar da estiagem, estimava o crescimento na criação, que já contava com mais de 300 animais.

A filha de Maria Madalena, Leilza Paixão, seguiu os passos da mãe na criação das galinhas. Considerando que a filha viu sua mãe há mais de 30 anos prosperando na atividade, enquanto priorizava o respeito às condições climáticas do local, aqui, deduzimos que Leilza optou pela atividade não apenas pela proximidade com esta, mas pelas memórias que possui desde quando a mãe começou a criação e isso pode ter contribuído na forma como ela criou uma identificação com esta atividade, sendo uma forma de transmissão dos saberes e das memórias da família em relação à rotina produtiva e a sustentabilidade econômica e climática da atividade, que de acordo com o texto, poderia gerar uma renda de até dois salários mínimos junto com as demais atividades da pequena propriedade. O restante do texto se concentra nos impactos do P1+2 na vida da família e nas projeções desta para o futuro, que serão analisadas nas outras categorias.

Publicado em outubro de 2013 com o título “Mutirões animam famílias de Juazeiro para construção de galinheiros”, a edição nº 1169 relata a experiência das famílias da comunidade rural de Curral Novo nos mutirões de construção de galinheiros. A família

referenciada na edição é a de Emiliana Arcanjo e Aurelino Pereira, que relatam ter anos de experiência na atividade, mas que hoje possuem, além do local adequado para a criação, uma oferta de água abundante com a cisterna calçadão, o que garante que “não vai faltar verdura nem capim para as galinhas e cabras que a família cria há muitos anos” (*O CANDEEIRO*, 2013, p. 2). O que podemos ver até aqui é que há um certo padrão na forma como essas famílias viviam antes da chegada das cisternas: na seca, sofriam com a falta de água e tudo o que depende dela para viver, o que impactava na condição imediata de ter água para beber e alimentos, como nas criações, que sem água, ração, silagem ou pasto, também ficavam com fome; nos momentos de abundância faltava a formação técnica para o armazenamento destes itens básicos, e justamente por isso, mesmo nestes períodos se temia o retorno da seca, e conseqüentemente, da fome.

O último elemento que remete ao passado das comunidades está presente ao fim do texto do boletim, quando se fala do processo de implementação das políticas do P1+2 como frutos para “a comunidade que há anos vem se mobilizando na busca por melhorias coletivas para todos que participam das lutas da comunidade” (*O CANDEEIRO*, 2013, p. 2). É importante que se registre que a mobilização da comunidade é antiga e contínua, num contexto em que as ações do Estado brasileiro eram “historicamente foram voltadas aos setores mais ricos dos diferentes setores, preterindo parcelas significativas da população mais pobre e suas reivindicações” (BAPTISTA, 2014, p. 80). Além disso, para as organizações que atuam na pauta de convivência com o Semiárido, a constante mobilização e organização das comunidades é propícia aos espaços de acúmulo e aprendizado para entender a potencialidade e as limitações de cada política e tem uma relação com as memórias e o passado daquela comunidade ao passo em que essas formas de as organizar se baseiam em ações já executadas por essas anteriormente de maneira informal. A ação das organizações que assessoram e sistematizam essas experiências a partir de metodologias participativas promovem uma reflexão sobre esses processos ao mesmo tempo em que fazem um registro material das ações e memórias daquela comunidade que surgem no processo de reunião e demais atividades, como o próprio mutirão, e aqui *O Candeeiro* é apenas uma pequena parte de todo esse processo, que faz com que essas famílias se organizem também em torno de uma “teoria da prática”, como afirmam Barbosa e Neves (2014).

Publicado no ano de 2013, no mês de dezembro, a edição nº 1408 com o título “Família mantém viva a esperança de produzir e conviver com a região Semiárida” gira

em torno de Ângela Maria dos Santos e Jorge Antônio Passos, que vivem na comunidade de Cacimba do Silva, no distrito de Itamotinga. Enquanto o casal cuida da plantação e da criação de caprinos, os dois filhos da família se dedicam aos estudos. Por ter sido retratado como um fato do presente no boletim, é importante compreender que essa não é uma realidade antiga na vida das famílias camponesas. O acesso à educação é um aspecto importante na vida das famílias, mas que também é recente, como nos mostram os dados referentes ao crescimento em números absolutos de crianças matriculadas na educação infantil na zona rural, que foi de 646.5190 em 2000 para 859.526 em 2012, de acordo com o relatório do Educação Para Todos (2014).

Não se menciona no boletim a escolaridade dos pais, mas diante da opção de priorizar a escolarização dos filhos ao invés do trabalho em casa, queremos ressaltar que nem sempre a escola era a primeira opção, especialmente pela dificuldade em acessá-las e pela necessidade intermitente de ter mais mão de obra nas plantações e criações para que as famílias produzissem o mínimo para sobreviver. A soma das políticas de convivência e do aumento no número de escolas do campo e de matrículas é fundamental para essa mudança que se inicia justamente nos primeiros anos do século XXI, quando coincidem a criação do P1+2 e o compromisso assumido pelo Brasil, em 2000, na Unesco, de perseguir as metas de Educação para Todos.

Um elemento praticamente unânime da memória dos camponeses e camponesas que têm suas histórias contadas é a dificuldade na produção de alimentos e criação de animais no passado. Ângela é quem relembra este período da vida da família: “Os carros-pipa colocavam água para a gente beber, quando chovia tinha água para os criatórios, quando não chovia a gente tirava água da cisterna para dar água aos bichos” (*O CANDEEIRO*, 2013, p. 1). De fato, o elemento principal desta lembrança da agricultora é a dificuldade de manter a criação, mas gostaríamos de ressaltar a menção às políticas não estruturais de acesso à água, que é o caso dos carros pipa. Como já mencionado, 2013 foi o segundo ano de uma das maiores secas dos últimos 50 anos. Antes das famílias terem o acesso às políticas do P1+2, a ação emergencial do Estado era a Operação Carro Pipa, criada pelo Governo Federal para abastecer emergencialmente as áreas afetadas com a falta de água, tanto nas zonas urbanas quanto na zona rural dos municípios, mas apenas para grupos familiares acima de 11 pessoas, sendo vedado o uso da água para a agricultura e pecuária.

O programa, que existe até hoje, atende de forma emergencial, ou seja, quando se avizinham os períodos de estiagem e quando a falta de chuvas atravessa um período tão longo de meses que até mesmo os reservatórios de água secam, mesmo diante da alta capacidade de armazenamento, algo não corriqueiro. Esse formato de atuação tem uma série de lacunas. A primeira delas é a falta de autonomia dos beneficiários para decidir quando precisam armazenar água e qual quantidade necessária. A operação prevê o uso da água apenas para consumo humano, mas como Ângela lembrou, nos momentos de seca essa água era usada para a criação, já que a outra opção seria ver os animais morrerem de sede. A segunda é que por se tratar de uma ação emergencial, quando não há ações de retaguarda, a exemplo das cisternas, que acabam sendo a principal forma de armazenar a água das chuvas e mesmo dos carros pipa em estiagens mais severas, se exige uma enorme mobilização dos atores que fazem a operação acontecer, e, conseqüentemente, o uso constante de recursos e material humano para uma ação que não resolve a longo prazo a questão, diferente das políticas de convivência, que tem como principal objetivo proporcionar a oferta de água de forma ininterrupta para consumo humano e produção, dando aos beneficiários autonomia para decidirem como e quando utilizar a água. Além disso, a Operação Carro Pipa ainda precisa lidar com alguns obstáculos, a exemplo da insuficiência de carros para a demanda apresentada no período de estiagem e a da falta de fiscalização sobre a origem da água captada, o que pode causar diversos problemas à saúde pública, já que ela é destinada exclusivamente para o consumo humano (MARTINS; MAGALHÃES, 2017). O objetivo de apontar essas fragilidades não é o de diminuir sua importância ou atestar sua ineficácia, mas apontar que sua implementação de forma isolada, sem a retaguarda oferecida pelas cisternas e sem uma reflexão da quantidade e qualidade de água que cada família precisa para sobreviver e continuar produzindo nos períodos de estiagem, a operação estará sempre desconectada da realidade e das necessidades de quem é beneficiado por ela.

Observamos o conjunto dessas memórias relatadas pelos agricultores e agricultoras que falavam de um Semiárido duro para viver, sem perspectivas de educação ou saúde de qualidade; onde as opções se restringem a sobrevivência na terra ou a busca de emprego na zona urbana; com famílias vivendo em situação de fome ou extrema vulnerabilidade pela falta de acesso a esta que é um dos pontos-chaves dessa situação, as políticas de convivência com as características climáticas deste território, não como um fator novo, mas como uma memória imutável deste passado. Pollak (1989) aponta que na memória

individual e coletiva é possível existirem elementos irredutíveis, onde o trabalho de construção, seleção e solidificação dessas memórias foi tão decisivo que inviabilizou a possibilidade de mudanças, como pode acontecer com a maioria das memórias.

Propomos uma reflexão de como essas memórias irredutíveis também foram construídas através dos meios de comunicação, já que “a mídia é o principal *lugar de memória e/ou de história* das sociedades contemporâneas” (RIBEIRO, 2000, p. 33, *grifos dela*). Partindo deste pressuposto, podemos entender a dupla via de atuação dos meios de comunicação de massa hegemônicos, que ao mesmo tempo em que fazem escolhas editoriais quando retratam o Semiárido dentro da estereotipia que eles mesmos ajudaram a construir, elevam os acontecimentos neste território à condição de históricos quando o faziam. Por isso, a seca, a fome, a miséria e a morte ficaram tão marcados na memória deste local: porque apenas eles eram escolhidos como fatos relevantes e noticiáveis para quem lá vivia e para o restante do país. Dessa forma, fazer uma análise das memórias relatadas nos boletins e de como essas famílias e comunidades são impactadas pela ideia de convivência com o Semiárido coloca *O Candeeiro* em cena como uma forma de relato de transformação da realidade social de milhares de agricultores e agricultoras. Mais que passado, presente e futuro, as histórias retratadas nas páginas coloridas deste impresso relatam um processo ativo e em constante transformação da realidade, e consequentemente, das memórias.

O próximo boletim produzido com base na história das famílias agricultoras da zona rural de Juazeiro só seria publicado no mês de setembro de 2014. A Edição nº 2025, com o título “O amor pela terra transmitido de geração a geração” relata a história da família de Francisco Antunes da Silva e Zélia Antunes da Silva, que vivem na comunidade de Baraúna, no distrito de Massaroca. O boletim inicia lembrando o passado de Francisco, que começou a trabalhar na terra ainda criança, mais especificamente após a morte do seu pai. Foi a partir daí que começa a sua história de, como afirma o boletim “paixão pela vida no campo”, que foi passada para os filhos e netos do casal.

Apesar do amor pela terra, por muito tempo a produção da família não foi suficiente para garantir a sua subsistência. O texto do boletim conta que “por alguns anos, Seu Francisco trabalhou em atividades agrícolas nas grandes fazendas, porém sempre dedicava um tempinho para o cuidado com seu sítio, época de difícil acesso à água na comunidade” (*O CANDEEIRO*, 2014, p. 1). Francisco lembra que era necessário trazer água de muito

longe, onde ficavam as cacimbas¹⁹. Nesse período, os animais não tinham alimentação e viviam basicamente das diversas espécies de cactáceas que encontravam na Caatinga. Dessa forma, enquanto suas criações sequer tinham alimentação e a família precisava peregrinar atrás de água, o agronegócio seguia sendo produtivo e contratando mão de obra de agricultores e agricultoras que não tinham suas necessidades básicas de produção garantida. Importante ressaltar este elemento porque Juazeiro, localizada no Vale do São Francisco, faz parte de um dos maiores polos do agronegócio do Brasil, que é o da fruticultura irrigada voltada para a exportação. A região é conhecida nacionalmente por este modelo atividade econômica:

A região é conhecida em nível nacional por ter sediado projetos pioneiros de irrigação e ter recebido um grande volume de investimentos realizados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). A agricultura irrigada e, mais especificamente, a fruticultura irrigada, promoveram um grande dinamismo na economia e na estrutura urbana, tornando-se o aglomerado urbano mais próspero do Vale do São Francisco. Em 2005, havia cerca de 100.000 hectares irrigados com potencial para 220.000.(BUSTAMANTE, 2009, p. 164)

Ou seja, numa mesma região convivem centenas de milhares de hectares irrigados para o agronegócio com grande investimento financeiro de um órgão do Estado e famílias agricultoras ribeirinhas que por muitos anos não viram a chegada de nenhuma outra ação do Estado para impulsionar sua produção além dos carros-pipa, que não são destinados a esse fim, ainda que na prática isso aconteça. É diante desta contradição que trabalhadores como seu Francisco se veem obrigados a trabalhar nas grandes fazendas, que necessitam justamente deste tipo de trabalhador, que chamam de “mão-de-obra barata e desqualificada” (BUSTAMANTE, 2009, p. 165) para atuar nos projetos irrigados enquanto eles muitas vezes não têm água para sua produção para subsistência. É central ressaltar esse elemento da desigualdade porque o estereótipo construído sob o Semiárido não se construiu apenas pelas suas características climáticas, mas pelas escolhas e prioridades do Estado na forma em que conduzia e ainda conduz as políticas públicas neste território. Ademais, a concentração de terras e a desigualdade na distribuição de água não são um fator novo ou desconhecido:

O avanço da fruticultura no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, a partir da década de 1970, produziu riquezas e desigualdades; as grandes empresas já se apossaram da maioria das terras, apesar de terem começado a operar plenamente na atividade a partir de meados dos anos oitenta. Os dados da Codevasf (1999 apud

¹⁹ Cacimbas são escavações e perfurações feitas em áreas próximas ao leito de rios, com o objetivo de captar água dos lençóis freáticos.

SILVA, 2000) mostram uma concentração das grandes empresas nas regiões onde foram realizados projetos públicos de irrigação. Numa área correspondente a 40 mil hectares, estão instaladas 2.163 unidades de “colonos” e 219 empresas; estas, no entanto, detêm 61,7% da área total (BUSTAMANTE, 2009, p. 165).

É neste cenário que as políticas de convivência com o Semiárido implantadas desde o fim da década 1990 trouxeram mudanças significativas para muitas famílias agricultoras no Vale do São Francisco, que deixaram de trabalhar no agronegócio como trabalhadores rurais assalariados com salários baixos, sem acesso a direitos trabalhistas, tendo contato com uma série de agrotóxicos e passaram a produzir em sua terra, plantando e criando animais para sua própria alimentação e comercializando o excedente, com acesso à água e autonomia para decidir o que e quando plantar, desde que respeite as características climáticas e sem o uso de veneno, utilizando os princípios da Agroecologia.

A edição nº 2028, publicada em março de 2015 com o título “União protagoniza história da organização popular na comunidade de Lagoa do Meio”, o foco não é o relato da história de uma família, mas da Associação Comunitária de Lagoa do Meio, localizada no distrito de Massaroca. Nesta edição, o principal elemento relacionado à memória é justamente a fundação da associação em 1989. Neste ano, a primeira reunião com as famílias que formariam a associação acontecia embaixo de um pé de umburana, onde foi consensuado o principal objetivo da entidade: “lutar por melhorias das famílias da comunidade, principalmente com relação ao acesso à água, que era uma necessidade da região naquela época” (O CANDEEIRO, 2015, p. 1). A organização comunitária, junto da formação e mobilização destas famílias, as entendendo não apenas como beneficiárias, mas como sujeitas do processo de transformação da realidade é um aspecto extremamente necessário e valorizado para a implementação de políticas de convivência com o Semiárido.

É neste processo coletivo do exercício de refletir e transformar sua realidade que essas famílias se veem como protagonistas da sua história de forma diferente quando percebem que podem participar dos processos de formulação de políticas, na articulação entre entidades e na implantação e disseminação de alternativas produtivas e de recursos hídricos adaptados à sua realidade. Isso se relaciona com o papel da memória para a formação e constante reformulação da identidade destes povos do Semiárido. Como Pollak, entendemos aqui identidade como a imagem que alguém tem de si mesmo:

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si,

para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

Dessa forma, entendemos que a organização comunitária tem um papel importante na formação da memória coletiva da comunidade, já que em grupo as memórias individuais são construídas, postas à prova, remodeladas, e essas são um elemento constituinte importante para o sentimento de identidade, que é formado também na busca por coerência e continuidade, assim como a memória, conforme já ressaltamos. Anteriormente, a literatura, os meios de comunicação de massa, a música e os demais elementos da cultura criaram a imagem do sertanejo pobre, maltrapilho, rude, bruto, mas que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, como aponta a famosa frase de Euclides da Cunha. Esse modelo apresenta limitações, especialmente pela busca de característica universais para um povo tão diverso:

Estereótipos que são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês que são repetidas *ad nauseum* seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região (ALBUQUERQUE, 2006, p.307).

Esta forma de ver e falar sobre o Semiárido construída hegemonicamente também era reproduzida pelos próprios habitantes, que se sentiam lisonjeados pela ideia de força e resistência contra as adversidades tão reforçada nestes meios. Por outro lado, a ideia de convivência com o Semiárido altera não somente a vida prática dessas pessoas, mas ajuda a ressignificar sua memória quando olham para seu passado e não visualizam apenas esse sertanejo forte resistindo à fome e a seca, mas uma população esquecida sistematicamente pelo Estado brasileiro e que estava em busca da sobrevivência. Isto ajuda na remodelação da sua identidade quando vê a mudança de atitude entre o sertanejo bruto e sofrido do passado para o de hoje, que se organiza, se articula e é um sujeito ativo na sua comunidade e a na transformação daquele território que o cerca.

O boletim intitulado “Uma história de luta, resistência e conquista baseada na proposta de convivência com o Semiárido” é a edição de nº 2200 de *O Candeeiro* e foi publicado no mês de maio do ano de 2016. O impresso relata a história de Mariza

Carmelita e Pedro Silva Leite, que vivem na comunidade de Cachoeirinha. Pedro relembra os acontecimentos anteriores à seca de 1979, que durou até 1983, sendo considerada um dos maiores períodos de estiagem do século no local. Ele afirma que já em 1976 a estiagem era severa, já que não tinha mais água e nem pasto para a criação de animais, o que foi decisivo para que ele e sua família migrassem para uma fazenda onde ainda havia como cuidar da criação. Até aqui, a família de Pedro é um dos milhares de exemplos de como a falta de acesso à água pode ser decisiva em diversos aspectos, sendo um deles a escolha entre permanecer e resistir na própria terra, ainda que as condições de viver e produzir nela em um período de estiagem sejam nulas ou de migrar, no caso da família, para uma fazenda onde era possível ter o mínimo para sobreviver e cuidar da criação; trabalhar como mão de obra nas centenas de fazendas do agronegócio ou migrar para a cidade, já que a falta de oportunidades no campo impacta diretamente na migração para as zonas urbanas, um fenômeno que se acentua no Brasil neste período.

Com apenas 14 anos à época, Pedro começou a trabalhar na construção de barreiros na comunidade de Curral Novo. Após esse período, ele ganhou um pedaço de terra do pai para cuidar, já na década de 1980, quando inicia na comunidade a atuação da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a organização das famílias para a fundação da Associação Agropastoril de Cachoeirinha, da qual Pedro se tornou presidente em um contexto de conflitos fundiários, já que a comunidade “sofria fortes ameaças por parte de grileiros e dava seus primeiros passos na luta pela regularização fundiária, com a criação do Fundo de Pasto” (*O CANDEEIRO*, 2016, p.2). Esse contexto de organização das famílias em torno da associação neste momento de disputa é uma chave para entender a importância da memória e da construção desta identidade da comunidade de Fundo de Pasto. O fato de pertencer a um grupo social reconhecido, neste caso pelo Estado, é fundamental na luta pela sobrevivência em um contexto de conflito. No caso do Semiárido, a organização deste formato de comunidade foi reconhecida tardiamente:

A partir da Constituição de 1988, as comunidades tradicionais do Semiárido brasileiro conquistaram o direito legal de viverem suas tradições sem precisarem abrir mão de seus direitos de cidadãos brasileiros. [...] No Semiárido nasce uma nova organização social, que são as Comunidades Tradicionais de Fecho e Fundo de Pasto. Elas são uma das últimas a serem reconhecidas como comunidades tradicionais e lutam para conquistar políticas públicas (SANTOS, 2014, p.97-98).

Neste caso, o cultivo da memória coletiva das famílias da comunidade de Cachoeirinha e o processo de identificação desta com o conceito de comunidade de Fundo de Pasto são dois elementos fundamentais no processo de organização comunitária e para a luta das famílias em busca de direitos se considerarmos o que Pollak aponta quando afirma que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1989, p. 5). Talvez, sem o resgate da memória das famílias que vivem naquele território há décadas, necessário para que a comunidade seja regularizada do ponto de vista da titularidade da terra, as famílias tivessem dificuldade em lembrar sua própria história e se entender como uma comunidade tradicional, e que, neste caso, é particular do Semiárido brasileiro. Sem esse processo de resgate da memória coletiva que vai atestar a posse histórica daquele território, o processo de regularização fundiária dessas famílias tende a ser mais dificultoso. Sem o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) firmado entre o Estado e as associações que representam as comunidades, estas acabam mais fragilizadas, já que sem a regularização fundiária o acesso à políticas de convivência com o Semiárido e demais ações do Estado se torna ainda mais difícil e sem esse fortalecimento da organização comunitária e sem a posse do CCDRU essas famílias acabam ficando mais vulneráveis em situações de conflito e de ação de grileiros. Então, neste caso, mais que lembrar do passado, o resgate e compartilhamento das memórias da comunidade são fundamentais não apenas para que reconheçam e reafirmem sua identidade, mas também para a sua existência e a das próximas gerações.

Pedro e Mariza só vão constituir família em 2010, ambos vindos de um primeiro casamento. Mariza, que era da comunidade de Cachoeirinha, teve que deixar a terra e migrar para a zona urbana de Juazeiro para garantir aos filhos o acesso à escola. A decisão foi difícil, como ela mesma relata “Lutei muito para formar meus filhos... eu falava pro meu marido: se você quiser voltar pra roça, volta sozinho, meus filhos vão estudar” (O CANDEEIRO, 2016, p.2). E foi o que aconteceu. A agricultora passou o período trabalhando como doméstica e só regressou à comunidade rural após os filhos concluírem o Ensino Médio e conseguirem trabalhar na cidade. O êxodo rural, ainda que neste caso não seja como as migrações do Nordeste para o Sudeste que aconteciam de forma significativa no século XX, ainda é parte importante das histórias de vida dessas famílias. A situação de abandono em que essas comunidades viveram por muitos anos, sem acesso ao básico para viver com dignidade, forçava as famílias a viver na zona urbana.

Evidentemente, frequentando escolas da zona urbana, a educação das crianças das comunidades rurais tem muito pouca ou nenhuma relação com sua realidade enquanto família agricultora do Semiárido, o que se torna uma questão porque os conhecimentos ali adquiridos, em grande parte, não têm conexão com habilidades requeridas para viver e trabalhar no campo:

Há, ainda, outras ações que dificultam a resolução dos problemas do Semiárido, como a educação escolar proporcionada aos filhos e filhas dos agricultores/as. Quase sempre é uma educação descontextualizada, que estimula nas crianças a mentalidade de que na roça e no Semiárido não há possibilidade de vida e que a cidade é a alternativa. (BAPTISTA; CAMPOS, 2014, p.48)

Se olharmos para a opção destas famílias entre não ter acesso à educação ou ter que migrar para a cidade para estudar, se justifica o motivo da educação ser uma preocupação constante, ainda mais levando em consideração que a perspectiva de viver bem com a agricultura e as criações nestas comunidades é uma noção muito recente, já que a opção com mais chances de sucesso neste contexto era a de concluir a educação básica na cidade e a partir daí buscar um emprego também na zona urbana e a comunidade seria apenas um local de visita nos momentos de descanso.

Contudo, a noção de convivência com o Semiárido propõe um projeto de educação voltado a essa parte da população, que hoje se conhece como educação contextualizada, centrada na valorização dos conhecimentos da população do Semiárido, que ajude a interpretar a realidade social destes territórios, valorize a identidade e a cultura, ajude na preservação do meio ambiente e contribua nesta construção relativamente recente do Semiárido brasileiro como um local para viver e produzir. Hoje, ao contrário das políticas de acesso à água, que avançaram muito na sua abrangência, não se pode afirmar que esta reflexão sobre a educação contextualizada está implementada no cotidiano das escolas do Semiárido, estejam elas na cidade ou no campo, já que ela caminha a passos lentos e exige um grande processo de reelaboração do método de ensino e funcionamento das unidades escolares. Alguns bons exemplos deste modelo de educação são as Escolas Família Agrícola (EFA), presentes no Semiárido baiano com 33 unidades e que funcionam com a proposta metodológica de pedagogia da alternância, onde o tempo das atividades didáticas são distribuídas entre a escola e o ambiente familiar e comunitário (NOVAIS, 2014).

A educação é também um aspecto importante na memória da agricultora Maria Neves dos Santos, personagem da edição de nº 2295 d’*O Candeeiro*, publicada em maio de 2017. Ela, que nasceu e cresceu na comunidade de Caiçara, no distrito da Abóbora, em Juazeiro, viveu o que o boletim afirma que era uma infância parecida com a de tantas outras mulheres que viviam no campo algumas décadas atrás no Semiárido. Isso porque sendo a filha mais velha, Maria não pôde estudar. Ao contrário dos irmãos mais novos, que frequentavam a escola, o cotidiano dela na década de 1980 era “ajudar o pai a carregar água e cuidar dos animais naqueles anos de seca” (*O CANDEEIRO*, 2017, p.1). Mais uma vez, se vê a negação do direito à educação, já que para a família de Maria era melhor ter uma mão de obra a mais nas tarefas da casa. Como citamos anteriormente o método de funcionamento das Escolas Família Agrícola, a questão que fica é a importância desse tipo de ensino, onde o estudante não abandona a rotina de casa e da produção familiar para que possa estudar. Como as primeiras experiências deste método surgem no Brasil a partir da década de 1970, se houvesse algum interesse do Estado em multiplicar as EFA’s nas zonas rurais, incluindo o Semiárido, cabe a reflexão da possibilidade de Maria ter continuado a estudar se a implementação deste modelo de educação tivesse sido priorizado pelo Estado.

Como relata o boletim, Maria cresce, mas a memória da frustração por não poder estudar permanece, o que apressou um dos planos dela, que era o de constituir família, e com isso, ela logo casa com Dionízio e o casal começa a ter filhos. O casal teve sete filhos, destes, apenas uma nasceu no hospital e outro morreu ainda na infância. Diante deste relato, é fundamental refletir sobre a histórica negação de mais um direito à população do Semiárido, que é o da saúde. Esse relato, que ocupa apenas quatro linhas em uma página do boletim, revela mais um elemento que povoa até hoje a memória desta população, que era a falta de dispositivos e estabelecimentos voltados à promoção da saúde nas comunidades rurais.

Primeiro, é importante ressaltar que há uma relação direta entre a persistência da pobreza, uma realidade unânime vivenciada no passado pelas famílias que têm suas histórias relatadas no boletim, e a ausência de saúde. Isso ocorre porque sem acesso à água potável, essas populações estão mais propensas a contraírem doenças e essas enfermidades aprofundam a pobreza tanto porque faltam recursos para tratá-las, quanto pelo impacto que elas têm na produtividade, o que diminui a quantidade e qualidade do trabalho realizado por uma pessoa enferma, que será mais mal remunerada. Essa relação fica evidente quando se observa que é o Semiárido a região com os maiores índices de pobreza no país. O Índice

de Desenvolvimento Humano de 59,48% dos municípios da região em 2010 era baixo e nenhum município alcançava as faixas mais altas deste índice (DAMASCENO *et al*, 2018). Maria teve seus filhos em meados da década de 1990, mas mesmo com os avanços na área da saúde no Semiárido, a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), aprovada só em 2011, não se pode falar que hoje que a negação do acesso à serviços de saúde é uma realidade superada nestes territórios, já que os avanços são significativos, mas ainda há uma série de desafios a serem superados até que o direito à saúde seja integralmente garantido no Semiárido.

Alguns anos depois do nascimento dos filhos, Maria enfrentava sem nenhum auxílio governamental os dois dilemas típicos das condições climáticas do Semiárido: as estiagens e as enchentes, já que sua família vivia às margens de um riacho temporário. O cenário foi o que direcionou a família para uma movimentação comum, o êxodo rural. O marido de Maria, Dionízio Manoel dos Santos, passou a trabalhar como assalariado rural e ela como doméstica na zona urbana da cidade, abandonando o território onde ela sempre viveu e a criação dos animais para que a família conseguisse as condições mínimas para viver, ainda que tivesse que sair do campo, e para que as crianças frequentassem a escola.

Após um acidente de trabalho com Dionízio, a família retorna para o campo, mas as lembranças que eles tinham da Caiçara como um lugar onde a vida era difícil sem água agora se choca diante de um cenário em transformação por causa das políticas sociais, a exemplo da construção de uma adutora a 6km da casa feita para abastecer a região, além da construção de escolas na zona rural e do transporte escolar entre as comunidades. As mudanças incentivaram a família de Maria e Dionízio a se manter na terra, agora com acesso à água e educação, dois elementos valorizados na fala de Maria: “A pior coisa do mundo é a pessoa ser analfabeta, meus filhos me perguntavam as coisas e eu não sabia ensinar” (O CANDEEIRO, 2017, p.2), ela relembra. A memória autobiográfica de Maria, essa que é pessoal e que engloba os acontecimentos da sua vida, se mistura à memória histórica, que é mais ampla e neste caso, comum à população do Semiárido quando visualizamos a partir dos relatos das memórias das famílias que elas encaravam, em grande parte, os mesmos problemas para viver com qualidade, produzir e gerar renda no Semiárido.

Para Halbwachs (1989) é essencial pontuar a diferença entre elas, mas também é importante compreender que a memória autobiográfica sempre se apoia na memória

histórica, já que as histórias da nossa vida se misturam e fazem parte da história geral, que é mais ampla que a primeira, mas que sem o apoio dela, representaremos o passado de forma automática e resumida, enquanto a junção de ambas nos fornece um quadro de memórias mais rico e repleto de referências. Nesse processo, é visível como o impacto negativo da memória pessoal de ter seu direito à educação negado reverbera na vida de Maria e na da sua família de modo geral, tanto pelo esforço em manter os filhos na escola visualizando que assim eles podem ter mais perspectivas no futuro, tanto para ela, que muitos anos após retorna ao ambiente escolar sem ter que sair de sua comunidade ou deixar seu trabalho na produção familiar, agora com mais oportunidades criadas através das políticas sociais de convivência.

Observando a amostragem analisada através da análise de conteúdo categorial, é possível visualizar como *O Candeeiro* contribui na construção do que hoje se conhece como Semiárido. Isso ocorre a partir de duas contribuições: a primeira delas é na valorização e registro da memória individual (ou autobiográfica) e coletiva (ou memória histórica) dos agricultores e agricultoras que têm seus perfis retratados no impresso e lembram do passado e das dificuldades encontradas para viver no local quando não se pensava esse território como Semiárido, e, portanto, não se disponibilizavam meios para a captação e armazenamento de água, estruturas para melhorias na plantação e criação dos animais e acesso à saúde, à educação e ao emprego. Todo esse cenário de falta de oportunidades e negação de direitos é central para compreender fenômenos como o êxodo rural, muito frequente nos relatos, ou a permanência no campo tendo como fonte de renda o trabalho nas empresas de agronegócio e da fruticultura irrigada, já que as famílias têm espaço na propriedade, mas não tem condições de produzir.

A segunda perspectiva é vista de forma ainda embrionária nesta categoria, pois se apresentará melhor na análise das próximas, que é a mudança deste cenário relatado pelas famílias agricultoras como seu passado e o das mudanças após a implementação das políticas de convivência, que acreditamos ser o ponto de partida para uma mudança profunda na vida destas famílias e comunidades, tanto pela perspectiva de viver bem trabalhando na sua terra, tanto pelas mudanças que as políticas trazem e que são ocultas, mas significativas, como por exemplo o fato da permanência das famílias ser decisiva para manutenção e valorização da cultura de cada comunidade e sua organização política para a conquista de mais ações voltadas a esse segmento; a chegada da água é uma premissa para o funcionamento de escolas e serviços públicos de saúde no campo, que vão possibilitar a

permanência das famílias na zona rural com uma educação e saúde voltada a suas particulares e necessidades e muito mais. Esses fatos, que são relatados como uma fase do presente das famílias, para esta pesquisa já são registros de novas memórias que são construídas a partir das mudanças operadas com a perspectiva de conviver com o Semiárido e que contribuem na conformação desta visão sob este território não mais construída somente pelos meios de comunicação de massa hegemônicos, mas pelas famílias e organizações que vivem neste local e que tem construído suas formas e meios para se comunicar diante desta relativa nova realidade.

3.4 CULTURA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO RELATADAS N' *O CANDEEIRO*

Como já afirmamos anteriormente, o objetivo desta categoria é elencar as mudanças na vida e na cultura das famílias e comunidades beneficiadas com o P1+2. Como se alteram as rotinas produtivas das famílias com a implementação das políticas? Como isso impacta na produção, na geração de renda e na divisão de tarefas entre os membros da família? Como essas alterações no território se relacionam com a noção de desenvolvimento local? Existem ações em comunidade que surgiram a partir do programa ou, de modo contrário, algum elemento que era comum na vida dessas famílias (a exemplo do êxodo rural e da evasão escolar) e deixou de ser? A perspectiva de conviver com as características climáticas do Semiárido alterou de forma significativa o modo de viver dessas famílias? São para essas questões que esta categoria de análise se propõe a buscar respostas e refletir sobre estes aspectos.

Começamos falando sobre cultura, elemento central desta categoria. Primeiramente, gostaríamos de destacar a importância de inserir a cultura como um dos elementos centrais desta pesquisa, ao passo que o estudo desta tem um papel importante para entendermos a lógica interna do funcionamento de uma sociedade. Fundamentalmente, reafirmamos que a compreensão da cultura tem uma função de combater preconceitos e estereótipos, o que em certa medida é um objetivo desta pesquisa na tentativa de estabelecer um caminho possível de respeito à diversidade das formas de viver, pautadas pelas características locais, que levam em consideração a formação social desse território e que possuem uma lógica interna de funcionamento que nem sempre se conectam com os desejos e aspirações do Estado e das elites locais, o que foi utilizado historicamente para o apagamento destas formas de vida.

Diante da infinidade de conceitos e abordagens em torno da cultura, optamos aqui por deixar em evidência qual utilizaremos, quais as problemáticas que o envolvem e como ele se relaciona com as formas de vida presentes no Semiárido brasileiro. Como afirmamos anteriormente, utilizamos o conceito de cultura: “tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 1996, p. 24), já que nossa preocupação aqui é entender as formas objetivas e subjetivas de produção da existência de uma parcela específica da sociedade brasileira, que é a que vive no na zona rural de um município do norte do estado da Bahia, território que compõe o Semiárido brasileiro. Se o objetivo desta categoria de análise é a investigação do impacto de determinadas mudanças, é importante ter esse foco na cultura, especialmente quando consideramos o seu aspecto dinâmico, que está sempre num processo de transformação que é causado por alterações na dinâmica das relações daquele povo, nação ou comunidade.

Diante deste conceito amplo, é importante fazer algumas considerações. A primeira delas é que a adoção deste conceito vasto pode dificultar a operacionalização deste estudo, contudo, se estamos olhando para o Semiárido brasileiro tentando diferenciá-lo como território usando por vezes a comparação da realidade deste local com a do litoral (Zona da Mata) ou com a região Sudeste, o uso dessa definição ampla pode contribuir no sentido de olhar para as diferenças culturais do Semiárido como fruto de uma experiência histórica, assim como o litoral e Sudeste têm as suas e o uso desse conceito amplo valida todas essas como culturas, justamente por levar em consideração suas características mais gerais, onde podemos fazer relações de aproximação e diferenciação entre estas.

Uma segunda consideração é que a cultura leva em conta o conhecimento que um agrupamento tem sobre si, sobre os outros, sobre o local onde se vive e sobre a sua existência. Se olharmos para o processo de implementação do P1+2, é visível como a valorização do conhecimento e da sabedoria popular dos agricultores e agricultoras é uma preocupação constante. Muito dos usos criativos de técnicas e políticas de convivência vem desse saber construído pelas famílias agricultoras e, se compreendemos que a cultura também inclui as formas como o conhecimento é obtido e expresso, esta forma de viver das famílias que se ancora nos saberes ancestrais é parte fundamental das diferentes culturas que habitam este território.

O terceiro e último elemento, que está presente nesta análise, é que ao considerarmos esse conceito ampliado de cultura, que está sempre em processo de transformação e que se liga a forma como o conhecimento é produzido e expresso, não consideramos apenas a produção de elementos simbólicos como cultura. Ou seja, festas, objetos, costumes e tradições são sim parte da cultura, mas não iremos analisar somente esses elementos, já que eles só podem ser entendidos dentro do contexto social que integram e também porque a cultura extrapola esses elementos de forma isolada. Como alerta Santos, “reduzindo a cultura ao estudo do simbolismo de seus elementos pode-se acabar entendendo cultura como uma dimensão mecânica da vida social, algo que sempre expressa apaticamente alguma outra coisa, e com isso obscurecer o caráter transformador do conhecimento” (SANTOS, 1996, p. 43).

Ou seja, o que fica evidente nos textos dos boletins são essas mudanças aparentemente sutis na forma de produzir, de estocar água, de organizar a produção e escoamento, de obter renda, de construir conhecimentos com a assessoria técnica e de ensinar aos profissionais os saberes tradicionais, e reafirmamos que isso também é cultura, assim como os eventos, festas religiosas, mutirões, feiras livres e outros aspectos que estão presentes na vida dessas famílias e expressos no *O Candeeiro*, mas em menor grau, e, se fôssemos levar apenas esses elementos simbólicos, estaríamos fazendo uma análise reduzida e incompleta desse processo tão rico e determinado por múltiplos fatores que estariam de fora da análise.

Além da cultura, consideramos importante relacionar esse conjunto de mudanças ao conceito de desenvolvimento local. Isso porque o processo de implementação das políticas de convivência se relaciona de forma muito concreta com as alterações na organização social que este conceito elenca. Podemos entender desenvolvimento local como a

Alteração dos alicerces de organização social do lugar em questão, a partir da arregimentação das potencialidades pertinentes para impulsão do desenvolvimento e aproveitamento das capacidades locais, pois, para ser de fato bem estruturado e sustentável, o processo de desenvolvimento deve resultar em consequências incisivas que majorem o nível de oportunidades sociais e as possibilidades de atuação e de concorrência com os outros núcleos da economia local, recrudescendo a renda e diversificando as formas de vida e as possibilidades de melhoramento da qualidade de vida, assim como também assegurando meios de conservação dos recursos naturais (MACIEL, 2012, p.45)

A partir deste conceito, podemos entender como o processo atuação do Programa Uma Terra e Duas Águas, que vai da escuta do relato das famílias, passa pela análise da propriedade e das atividades produtivas e resulta na chegada de uma série de ações que ampliam e diversificam as atividades produtivas pode ser entendido como um exemplo exitoso de iniciativa de desenvolvimento local, justamente por se ligar a esses três principais elementos: a valorização dos saberes populares, a alteração significativa na forma de vida das comunidades e a preocupação em minimizar os impactos ambientais dessas atividades.

Dessa forma, ao passo em que elencamos as alterações no território possibilitadas pela ação do P1+2, essas mudanças também se operam no terreno do desenvolvimento local, se compreendermos que este não abarca apenas questões econômicas e produtivas, mas considera elementos sociais e a cultura tem uma contribuição decisiva, redimensionando o desenvolvimento, como afirma Maciel (2012), especialmente quando se observa que grande parte das alterações operadas no âmbito do desenvolvimento impactam justamente na cultura dessas comunidades, especialmente quando entendemos cultura como todo o processo de produção e reprodução da vida. Se o desenvolvimento local toca diretamente na valorização e otimização de processos produtivos locais, ele impacta também na cultura destes povos.

Com o conceito e implicações do estudo da cultura apresentados, vamos para a análise do conteúdo dos boletins. Seguiremos a mesma ordem cronológica utilizada na primeira categoria, portanto, iniciamos com a edição nº1167, que conta a história de Maria Madalena, que é a chefe de apenas uma das 50 famílias que haviam iniciado a avicultura na comunidade. A expectativa era que mais de 100 famílias também iniciassem a atividade até o fim do ano de 2013. Podemos inferir de que forma essa atividade econômica impacta as famílias, olhando para o exemplo bem-sucedido de Maria, que passou a ter uma renda de dois salários mínimos com a atividade. Parte desta renda pode ser reinvestida na criação, mas também deve ser aplicada no bem-estar da família, o que já é significativo. O incentivo à avicultura é parte do P1+2 e como o próprio boletim explica, as famílias contempladas com essas atividades de produção são aquelas que já tem a cisterna calçadão construída. Ou seja, primeiro o programa se assegura de garantir que a família consiga estocar e gerir água para a produção, para somente depois incentivar as atividades produtivas. Um elemento interessante que fala sobre o respeito à autonomia das famílias é que todo o material para a estruturação dos galinheiros é viabilizado pelo programa, mas a

família é quem decide onde irá instalá-lo e como ele será feito, e que, como o texto aponta “muitos desses, construídos com a criatividade da própria família beneficiada pelo projeto” (*O CANDEEIRO*, 2013, p.2).

Importante observar que há um cuidado com todo o processo, que é feito a partir da Assessoria Técnica em Extensão Rural (ATER): primeiro se garantem as necessidades básicas da família, como exemplo a água; depois, lentamente as famílias da comunidade são introduzidas a uma atividade produtiva de forma gradual e a partir de como se sucede a atividade, as famílias passam a ter um suporte do programa para ampliar essa atividade, mas esse suporte leva em conta as características daquela família e lhe dá autonomia para decidir os detalhes. Ainda nesse processo, as famílias podem fortalecer a avicultura reduzindo os custos de ração plantando o alimento da criação, como é o caso da família de Maria Madalena, além de produzir para o consumo próprio. Se entendemos que parte da alimentação da família vem do seu cultivo, o lucro obtido com a atividade pode ser reinvestido, utilizado para complementar sua alimentação, pagar as despesas da família e quem sabe utilizado para o lazer da família ou para a compra de produtos, eletrodomésticos, eletrônicos, roupas e outros itens que até então não eram possíveis de serem obtidos com uma renda menor.

Depois de muitos anos vivendo na terra e lamentando a perda das plantações nos períodos de estiagem, Márcia e Valdomiro apostam com toda a força na criação de pequenos animais como cabras, galinhas e ovelhas. O que eles plantam é basicamente o sorgo e o milho que servem de ração para os animais e algumas folhagens para o consumo próprio. Valdomiro e Márcia exemplificam a importância dessa “cultura do armazenamento” para a segurança hídrica, no armazenamento de água e para a garantia de alimentação da criação com a silagem dos grãos e do capim que plantam.

O ditado popular “quem guarda, tem” faz todo o sentido para os povos que vivem no Semiárido, já que a estocagem de água, ração, sementes e alimentos é tão fundamental para a sua sobrevivência e segurança alimentar que passou a fazer parte da cultura desses povos, compondo sua identidade, formando hábitos alimentares e fortalecendo diferentes modos de vida. Dessa forma, vemos como a implementação da cisterna calçadão não serve apenas para a prática da agricultura, é visível como as decisões da família, pautadas nas suas vivências e no seu conhecimento, são respeitadas.

O boletim inclusive valoriza a escolha da família, argumentando que a criação é uma “atividade bastante viável nesta região onde a chuva irregular não oferece muita segurança para a prática da agricultura, mas que por outro lado, não faltam alternativas, desde a criação ao extrativismo do mel ou de frutos silvestres” (O CANDEEIRO, 2013, p.1). Assim, podemos visualizar que existe uma preocupação do programa em torno da valorização das diversas atividades produtivas encontradas pelas famílias, tanto no sentido de dar mais suporte para que essas atividades se mantenham, como para assegurar essa diversificação no modo de produzir, que é benéfica tanto do ponto de vista da soberania alimentar, quanto do respeito à cultura, se pensarmos que as atividades produtivas também fazem parte desta.

Já a edição nº 1169, que conta a história de Aurelino Pereira e Emiliana Arcanjo, fala de forma mais direta sobre um dos elementos que compõem a cultura das famílias do Semiárido: os mutirões. Neste caso, o mutirão feito na propriedade da família teve como objetivo a construção de um galinheiro, mas através deste método é possível construir casas, fazer o plantio, limpar áreas comuns utilizadas pela comunidade, entre outras ações. A ideia é que com os mutirões, a comunidade realize em apenas um dia uma atividade que a família, se fizesse sozinha, levaria muito mais tempo para finalizar a tarefa. Há também uma perspectiva de solidariedade ali, já que as famílias que compõem o mutirão ajudam nas atividades das famílias vizinhas, mas também serão ajudadas nas suas propriedades posteriormente. O próprio boletim afirma que “a prática de mutirões onde as pessoas se juntam para trabalhar em benefício de alguma família é algo muito comum nas comunidades sertanejas” (O CANDEEIRO, 2013, p.1) e, de fato, esta prática de solidariedade está entranhada na forma de viver dessas famílias porque, por muito tempo, era a solidariedade presente nos mutirões, na troca de sementes, alimentos, animais e até mesmo de experiências que manteve a produção e o sustento dessas famílias nos períodos de seca.

Agora, mesmo com a chegada das cisternas, a prática se mantém porque já caracteriza o modo de viver dessas comunidades e elas também são utilizadas para potencializar as atividades produtivas propostas pelo P1+2. Esse elemento é importante de ser ressaltado porque “embora esses conhecimentos e as formas de trocas façam parte da história dos povos, historicamente foram negados ou pouco valorizados pelas ações de extensão rural no âmbito das políticas públicas para o Semiárido” (ROCHA, 2014, p.59) e, se estamos falando a partir da perspectiva de convivência com o Semiárido, da preservação

e da valorização das estratégias encontradas pelos povos que ali vivem, ações coletivas como os mutirões devem ser vistas como parte importante da história e da cultura das famílias e comunidades.

Com os mutirões, além da família de Aurelino e Emiliana, outras 28 famílias serão contempladas com a ação. Se ampliamos o nosso olhar para além da comunidade, há um impacto considerável com a ampliação da avicultura em cerca de 30 famílias apenas na comunidade de Curral Novo, que, conforme o boletim, terá sua produção oferecida prioritariamente para os mercados da região de Juazeiro. Assim, a atividade beneficia as famílias, garantindo carne e ovos para sua alimentação, mas também abastecendo o comércio e fortalecendo a culinária regional, onde a carne dos ovinos e caprinos já é bastante valorizada neste aspecto, vide a fama do polo gastronômico do Bodódromo, que existe há mais de 20 anos na vizinha cidade de Petrolina, mas que não tira o espaço da “galinha de capoeira”, como é mais conhecida na região, que tem o seu espaço cativo nos restaurantes e também no Galinhódromo, também instalado na cidade vizinha, e que tem como carro chefe os pratos com as galinhas criadas nas comunidades rurais da região.

Um último elemento a ser destacado é o da organização comunitária. No boletim, Raimundo Arcanjo, que é o presidente da associação de produtores da comunidade, ressalta que a chegada do P1+2 é uma resposta à mobilização da associação, que há anos já se organizava na busca de melhorias coletivas. Evidentemente, as associações, grupos e as próprias comunidades já são formas coletivas de organização das famílias muito antigas, mas o que fica latente na fala do presidente é que o conjunto de atividades contempladas pelo programa fortalece o senso de comunidade, justamente por esse caráter coletivo da implementação do programa, que garantindo a água e fortalecendo e diversificando as atividades produtivas das famílias, está também, conseqüentemente, fortalecendo cada comunidade.

Na edição nº1408, que fala da trajetória da família de Ângela Maria dos Santos e Jorge Antônio Passos, o debate sobre acesso à educação e segurança hídrica como fatores presentes na memória da família foram trabalhados na categoria anterior. Agora, gostaríamos de enfatizar como uma das principais mudanças na vida desta família a introdução da noção de Convivência com o Semiárido na forma de gerir as atividades de produção.

A família, composta de quatro membros, tem uma produção diversa. Além do plantio de maracujá, banana, leucena e outros alimentos, eles também utilizam a criação de caprinos para a produção de queijos. Se anteriormente a dificuldade com a água obrigava a família a dividir esse recurso com os animais, hoje, a implantação da cisterna calçadão possibilita a agricultura e a pecuária em abundância, tanto que a produção dos queijos é hoje a principal atividade econômica da família, com a comercialização do produto na própria comunidade e nas cidades de Juazeiro e Curaçá (BA) e a criação de caprinos de Ângela participa da exposição de caprinos e ovinos que acontece na comunidade de Cacimba do Silva.

A diversificação na produção é atribuída à Assessoria Técnica que a família recebe, que, de acordo com uma fala atribuída a Jorge, foi fundamental para compreender melhor o cuidado com a terra, a produção e a água, que foi o que possibilitou conviver de forma sustentável com o Semiárido, compreendendo as peculiaridades da região. Pelo relato da família, a única atividade produtiva anterior à construção da cisterna era a criação de animais, e ainda assim havia dificuldades para manter a produção. Atualmente, com o acompanhamento da assessoria a família conseguiu olhar para a sua propriedade, para a oferta de água e para suas necessidades e a partir daí é que foi possível aumentar e diversificar a plantação sem descuidar da criação dos animais, que anteriormente passavam os períodos de estiagem praticamente sem água e hoje são destinados à produção do queijo, um alimento que exige um grau de processamento, e por isso, acaba sendo mais valorizado, o que impacta positivamente na renda da família e se torna sua principal fonte de renda, de acordo com o boletim.

Diante deste cenário em atualização na vida da família de Ângela e Jorge, é possível visualizar também a contribuição das ações do programa na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias, das comunidades e do município de Juazeiro, se considerarmos que as famílias se alimentam do que produzem, já na comunidade elas vendem ou trocam sua produção entre famílias, e, quando a produção excede a demanda da comunidade, ela é comercializada no município de Juazeiro e mesmo nas cidades vizinhas, como é esse caso. Assim, é garantido o direito humano à alimentação, presente no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 6º da Constituição Federal. Vale salientar que este direito não se configura apenas pelo acesso direto ao alimento, mas também contempla o acesso aos recursos (como emprego e terra) que garantem de modo contínuo o acesso à uma alimentação saudável do ponto de vista

nutricional e que seja “adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social” (CONTI, 2014, p.64).

A edição nº 2025, que narra a trajetória de Zélia e Francisco Antunes, mostra a forma como a família se organiza para produzir alimentos através dos quintais produtivos, já que a produção não é comercializada, mas serve para o consumo do casal, seus dois filhos e algumas netas. As cisternas, além de água, trazem para Francisco a oportunidade de trabalhar na própria terra, já que era a falta de recursos hídricos que impossibilitava a produção na sua propriedade e o conduziu ao trabalho assalariado. Com a cisterna calçada, o foco da família passou a ser a produção do seu próprio alimento.

Uma característica importante na forma com que a família produz é a potencialização da área nos arredores da casa, chamada de quintal produtivo. É nesse espaço que se cultivam múltiplas espécies que atendem às necessidades da família, como hortaliças, plantas medicinais, árvores frutíferas e flores. O uso dos quintais para produção é algo tão comum que dentro das diversas ações de convivência existem políticas específicas para fortalecer a produção desta área, já que se entende que os quintais são essenciais na segurança alimentar da família, na diversificação da sua alimentação, e, em alguns casos, ser uma fonte de renda.

Aqui cabe ressaltar o papel das mulheres nesta dimensão produtiva, considerando que a divisão sexual do trabalho no campo muitas vezes imbui aos homens as tarefas na lavoura e as mulheres o trabalho naquela porção de terra próxima a residência, já que elas são as responsáveis pela organização da casa, o cuidado com as crianças, a alimentação da família e uma série de outras tarefas naquele local. Assim, o uso dos quintais se torna uma tarefa majoritariamente feminina e que tem o potencial de problematizar as relações de gênero no Semiárido, especialmente na constatação da sobrecarga dessas mulheres quando elas não têm o apoio do marido ou filhos nas atividades e no processo de convencimento do restante da família da necessidade de produção do quintal de forma agroecológica, já que elas entendem o risco do uso de agrotóxicos nas terras que cercam suas casas. Aliás, é comum que a transição agroecológica das famílias comece justamente pelas ações nos quintais, que são feitos pelas mulheres (SANTOS; SILVA, 2019).

No boletim, Zélia afirma que tinha medo de consumir alimentos com agrotóxicos, o que se dissipou com a garantia do processo agroecológico na produção do alimento que ela

mesma planta e consome “antes eu comia com medo, hoje como sem medo, porque sei que não tem agrotóxico”, conta dona Zélia, cheia de orgulho pela sua horta orgânica” (O CANDEEIRO, 2014, p.2). Mais que isso, há também uma dimensão formativa voltada à família, a exemplo de formações voltadas para esse manejo, como o Gapa (Gestão de Água para a Produção de Alimentos) e os intercâmbios entre agricultores. Assim, o uso dos quintais como locais de produção tem um impacto significativo na segurança alimentar e nutricional da família, problematiza e dá a oportunidade de discussão dos papéis de gênero na família e do uso de agrotóxicos, além de ser uma marca cultural deste modo de vida no campo, já que é nos arredores de casa que a vida acontece:

Tão importante quanto às questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais, é sua representação como símbolo da identidade cultural. Este espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de reunião de família, de contato com a natureza e de descanso [...] Lugar cheio de significado, que registra festejos, lembranças de uma vida inteira, que não obstante às dificuldades, se mostra cheia de valores (CARNEIRO, et. al. 2013, p.138).

Assim, o impulsionamento do quintal produtivo na família de Zélia e Francisco traz uma série de benefícios para a família, que tem um impacto indireto na renda, já que alimentos que poderiam ser comprados passam a ser produzidos por eles, deixando a renda da criação disponível para outras demandas; altera a rotina da família com as demandas diárias que o quintal exige para sua manutenção, e principalmente, fortalece esse local da propriedade como um espaço de produção e de sociabilidade entre os membros da família, a vizinhança e a comunidade.

A edição nº 2028 conta a história da comunidade de Lagoa do Meio. Essa é uma primeira característica que se destaca: diferente de todos os outros boletins selecionados para essa análise, a edição conta a história da comunidade de maneira mais geral e de como ela se organiza desde 1989 para pautar as lutas das famílias para ter acesso a água e uma série e outras tecnologias sociais. O boletim não menciona a construção da cisterna calçadão, mas sim de um tanque de pedra coletivo, onde a água captada serve para toda a comunidade; há também uma área coletiva de plantio de palma, uma excelente ração para os animais; e, por fim, um banco de sementes, onde as famílias pegam sementes emprestadas para a plantação e após a colheita tem o dever de devolver o dobro do número

de sementes emprestadas, garantindo a continuidade da ferramenta e diversificando a produção.

O momento histórico de criação da associação, no fim da década de 1980, coincide com o ascenso das lutas em torno da pauta da convivência e, de acordo com o texto do boletim, ela é a responsável pela conquista da assessoria técnica para as famílias da comunidade, além das tecnologias sociais que mencionamos anteriormente e também o acesso a novos mercados de produtos. Mais que uma forma institucionalizada de reunir as famílias, a associação é fundamental no processo de sensibilização das famílias para assumir o compromisso coletivo de contribuir com as ações que beneficiam toda a comunidade e é um espaço fértil para a formação técnica e a criação de uma consciência transformadora, fortalecendo a luta por direitos, a preservação da biodiversidade e a conservação de recursos hídricos.

Tudo isso se evidencia nas múltiplas ações coletivas feitas pela associação; na quantidade de famílias associadas, que no momento eram 22; na renovação das lideranças comunitárias, já que a presidenta da associação, Jousivane Santos Silva, menciona que os jovens já fazem parte do conselho fiscal da entidade e a participação é incentivada desde a infância. Um dos frutos da forte mobilização social das famílias de Lagoa do Meio é a permanência das famílias no campo, que agora possuem as condições para viver e produzir com qualidade, o que a presidenta relata ser um desafio ainda atual, especialmente nas questões relacionadas à geração de renda e ao fortalecimento da agricultura familiar.

A partir desses relatos, o que se pode inferir é que a organização da comunidade muda de forma prática a vida dessas famílias, mas também de produzir uma mudança social e na mentalidade a partir da perspectiva de luta coletiva e de apropriação comunitária dos bens e ferramentas. Ou seja, a tecnologia social de acesso à água não beneficia apenas uma família, mas toda a comunidade; para além das áreas de produção familiar existem áreas coletivas de produção de ração para os animais e para a multiplicação de espécies benéficas; a prática dos mutirões é recorrente para essas ações e também para a organização de outros espaços de sociabilidade, cultura e lazer, a exemplo da Feira de Caprinos e Ovinos de Massaroca e de um momento de confraternização feito pela comunidade que é relatado no boletim por Jousivane: “A comunidade faz um churrasco, com direito a amigo secreto, muito forró, todo mundo dança e se diverte” (*O CANDEEIRO*, 2015, p.2). As festas, ainda que apareçam de forma tímida no conjunto de

boletins analisados, constituem uma das principais características culturais dos povos do Semiárido. Tudo se torna motivo de comemoração: a fartura das colheitas, a chegada das chuvas, os casamentos e batizados, a vinda de parentes, as festas dedicadas aos santos padroeiros das comunidades, tudo isso faz com que as comemorações sejam frequentes nesses locais. Assim, mesmo com o trabalho pesado no dia a dia da agricultura e da pecuária, no escoamento e venda dos produtos, do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças e idosos, as famílias dedicam um tempo da sua vida às atividades culturais, que são parte integrante da forma de vida destes povos.

Além disso, o boletim ressalta que a associação está também resgatando as tradições religiosas e culturais da comunidade. Dessa forma, conseguimos visualizar a influência e o impacto das ações de convivência também na cultura da comunidade, que passa a resgatar e fortalecer as formas de cultura existentes e criar outras formas de interagir e celebrar. Tudo isso é reflexo de como a mobilização social e a organização comunitária são consideradas pilares da convivência, já que se parte da constatação de que não basta implementar as políticas e fazer com que os processos educativos se voltem para a perspectiva de convivência, mas é essencial trazer as famílias para junto dos espaços de tomada de decisão da comunidade para que ela exerça o seu protagonismo e tenha autonomia para decidir os rumos da associação e da própria comunidade.

A edição nº 2200, que conta a história de Mariza Carmelita e Pedro Silva Leite, narra como casal passou por diversas dificuldades pelo simples fato de não terem acesso às tecnologias sociais para armazenar água: a ida forçada para a zona urbana para ter emprego e educação, a perda do roçado e de cabeças de gado, o serviço nas frentes de trabalho e a migração na própria zona rural, onde as famílias iam trabalhar nas grandes propriedades de fazendeiros que tinham como armazenar água. Todos esses elementos foram discutidos na categoria anterior. O que nos interessa aqui é como a segurança hídrica é decisiva para a permanência da família no campo e tem uma repercussão na forma como a família passa a produzir sua própria vida.

No caso da família de Mariza e Pedro, são diversas fontes de água: a família possui uma cisterna para consumo humano; uma cisterna-calçadão para produção; a comunidade dispõe de uma barragem e um barreiro; há também a água presente no meio ambiente em regiões de vegetação preservada e, em caso de seca extrema e do esgotamento dessas fontes, há a possibilidade da “água de emergência” com carros-pipa. Há um salto

significativo entre o passado onde se driblavam de forma pífia os efeitos da seca e o presente com uma diversidade de fontes de água para fins distintos. Apesar de parecer básico, foi somente em 2010 que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu em sua Assembleia Geral o direito à água potável e limpa e o direito ao saneamento como essenciais para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos através da resolução n° 64/292. Mesmo sendo um fato relativamente recente, a decisão do órgão é importante porque serve como argumento legal para a discussão sobre segurança hídrica em regiões semiáridas não apenas no Brasil, mas em locais como no Corredor Seco da América Central e no Noroeste do continente africano, onde a própria ONU, através da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) vem executando ações de intercâmbio entre agricultores e o estudo da implementação das políticas de convivência que foram criadas no Semiárido brasileiro nesses locais, adaptando as técnicas de acordo com as características climáticas, sociais e culturais de cada local (PRAGANA, 2018).

O reconhecimento pelos órgãos internacionais é imprescindível como argumento e justificativa para a luta pela implementação e ampliação de políticas como o P1+2, dado o peso que uma resolução de uma das maiores entidades internacionais pode ter no planejamento e execução de uma política planejada pelo Brasil, que é signatário de diversos pactos de direitos internacionais. Assim, a garantia do direito humano à água vai sendo implementado de forma perene e articulada, com uma série de organizações que contribuem na obtenção de recursos financeiros e humanos para a execução de políticas que garantam o acesso à água de imediato, mas que a partir daí passe também a discutir sobre o uso racional, o manejo sustentável e a distribuição desses recursos hídricos, essencial para que as políticas adquiram esse caráter estrutural e não funcionem apenas como ações emergenciais em período de estiagem.

As cinco linhas de água presentes na propriedade de Pedro e Mariza inauguram um novo período na vida da família, onde a criação de gado dá lugar para a criação de animais de pequeno porte e o plantio de variedades que servem de ração para a criação, que é a principal atividade econômica do casal. Dessa forma, conseguimos visualizar como a garantia do direito humano de acesso à água é primordial, mas não se encerra em si mesmo:

O aspecto mais importante para a manutenção da cisterna em condições adequadas de uso nas famílias é o processo de participação ativa das pessoas

desde a conquista até a construção e manutenção das cisternas, que não são assumidas como doações, mas como conquistas das pessoas e das comunidades, gerando pertencimento. (ARSKY; SANTANA; PEREIRA, 2014, p.73)

De certa forma, as cisternas agem como um elemento mobilizador, abrindo portas para uma série de questões na vida de Mariza e Pedro e das demais famílias agricultoras, impactando de maneira positiva na forma e na diversidade de produção das famílias, na ampliação de fontes de renda, na sua permanência no campo e na qualidade de vida e bem-estar que vem junto a tudo isso.

Na edição nº 2295, vimos a história de Maria Neves e Dionízio Manoel, que passaram por diversas negações de direitos no passado, a exemplo da insegurança hídrica, o analfabetismo, a não oferta de serviços de saúde no campo, a ida forçada para o trabalho em áreas de fruticultura irrigada, os acidentes de trabalho, a falta de direitos trabalhistas e mais uma série de acontecimentos que mostram a situação de abandono em que as comunidades rurais foram obrigadas a viver por muito tempo. Com a chegada da água através de uma adutora na comunidade e a construção de uma cisterna de enxurrada na propriedade da família, muita coisa se altera: a família estava na transição da criação de gado para a de caprinos, ovinos, aves e suínos; inicia o plantio de uma variedade de frutas, hortaliças e plantas para se alimentarem e fazer ração para a criação, tudo isso levando em consideração o cuidado com o meio ambiente.

Para além da história da família e do protagonismo de Maria, cuja história desde a infância é o fio condutor da narração do boletim, há um destaque para a questão ambiental. Das 4 páginas do boletim, o intertítulo chamado “É preciso conviver com a natureza” ocupa uma página e meia da publicação falando de como a perspectiva da convivência com o Semiárido possui uma preocupação com a preservação da biodiversidade e o desincentivo às atividades nocivas à fauna e à flora, a exemplo das queimadas e do desmatamento. A fala de Dionízio expressa isto: “do meio pro fim acaba, aí acaba a natureza toda e depois a gente fica na pior que nem agora, sem chover, tá agora essa seca aí talvez por causa dos desmatos, queimaram um bando, queimaram até pé de árvore grande, muita macambira, umbuzeiro, aroeira, até angico...” (O CANDEEIRO, 2017, p.3).

Realmente, a preocupação de Dionízio tem embasamento, já que somente entre os anos 2000 e 2019, 105.179 km² da Caatinga foram queimados, com uma média anual de 5,2 mil km² queimados (OLIVEIRA, 2021). As características climáticas do Semiárido,

somadas a ação antropogênica, que historicamente faz um mal uso das terras neste território, contribui com as queimadas e o desmatamento para “limpar” áreas para o monocultivo, prática que era comum não apenas no agronegócio, mas também na agricultura familiar, agravam esse cenário especialmente nos momentos de estiagem, onde as altas temperaturas, a baixa umidade e os ventos fortes já formam um cenário favorável para as queimadas acidentais. Esse mau uso histórico já vem trazendo resultados alarmantes, como o processo de desertificação em 13% do território Semiárido, como estimou o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Diferentes das áreas de deserto que já existem na natureza, o processo de desertificação tem origem na ação humana, é irreversível e tem como principais consequências a perda da produtividade, a redução da biodiversidade, o empobrecimento e desaparecimento de espécies vegetais nativas e o acentuamento do desequilíbrio ambiental, o que pode impactar diretamente num futuro grande êxodo rural e a formação de vazios demográficos nestes territórios (UFAL, 2019).

É diante desses prognósticos que as organizações de Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER) incorporam no seu método de trabalho com as famílias agricultoras as noções de sustentabilidade e cuidado com a natureza. Muitas práticas já estão sendo abandonadas, a exemplo das queimadas, que muitos agricultores utilizavam com a justificativa de que a queimada fortalecia a carga de minerais no solo e ajudava a limpar o terreno para o cultivo, já que este trabalho de forma manual leva muitos dias. Pontuamos que essa mudança cultural e de mentalidade em relação a necessidade de preservação da natureza vem sendo incorporada aos poucos e potencializada com ações recuperação de rios e mananciais, o reflorestamento e contenção de áreas desertificadas e a perspectiva da sustentabilidade no manejo da terra.

Maria e Dionízio são exemplos disso, já que o boletim relata que no ano em que o casal decidiu desmatar uma grande área próxima da casa para fazer o plantio, o resultado não veio com maior produtividade, mas com uma grande enchente na área no período de chuvas, já que a vegetação que ajudava a segurar a água não estava mais lá. Aos poucos, com as ações de assessoria cobertas pelo P1+2, a família passou a produzir com a perspectiva de convivência não apenas a partir das características climáticas, mas também da necessidade de preservação da natureza, tanto que a família mantém uma média de 15 hectares da propriedade de Caatinga preservada, fundamental para garantir a permanência da fauna e da flora características da região e como o boletim aponta, “reafirmando a

consciência socioambiental de quem sabe o que é na prática a Convivência com o Semiárido” (*O CANDEEIRO*, 2017, p.4).

Observando o conjunto dos boletins com um olhar analítico para captar quais as mudanças operadas na cultura das comunidades e famílias que vivem no território Semiárido, podemos tirar algumas lições. A primeira delas é que a noção de convivência passa a fazer parte da cultura destas populações. Se antes grande parte das ações tinha uma tônica alarmante de que era necessário acabar com a seca, hoje os agricultores e agricultoras sabem conviver com as características climáticas e tiram delas o melhor proveito possível dentro das condições que lhes são dadas e partir dela incrementam sua renda, passam a ter acesso ao consumo de outros produtos, diversificam sua alimentação e atuam de forma positiva na garantia da segurança alimentar e nutricional da família, comunidade e região com o escoamento da produção, e, de forma mais ampla, passam a ter qualidade de vida com a perspectiva de viver e produzir com fartura e autonomia naquele pedaço de chão em que nasceram e cresceram, o que até pouco tempo atrás era inimaginável.

Se essa mudança é tão significativa para a forma como essas famílias produzem a sua existência, pontuamos novamente que esta é também uma alteração operada tanto no campo do desenvolvimento local, haja vista a quantidade de mudanças operadas na rotina produtiva, no acesso à renda, na organização comunitária e na debate e prática em torno de questões relacionadas ao meio ambiente, todas essas questões presentes na noção deste tipo de desenvolvimento; quanto da cultura, já que esta abriga em seu conceito não apenas o que já se entende como manifestações culturais - a exemplo da música, dança, festas e mais - mas, também essa forma mais cotidiana de produção da vida que está carregada de crenças, costumes, histórias e práticas que são culturais. A escolha feita nesta pesquisa de analisar esses aspectos se deu justamente porque são os que aparecem em abundância na escrita d’*O Candeeiro*, ao contrário da menção a manifestações culturais específicas, que estão presentes, mas que sozinhas não dariam conta de expressar a magnitude das mudanças operadas.

A segunda lição que aparece nas histórias relatadas é que essa noção de convivência se liga muito à cultura do armazenamento, que é relativamente recente no cotidiano dos agricultores e agricultoras, mas que vem sendo potencializada através da ATER. Esse esforço se expressa nas diversas técnicas de captação armazenamento de água da chuva

para o consumo doméstico, para a produção animal e vegetal, para uso coletivo na comunidade e também para emergências; no armazenamento de alimentos, com o estoque de grãos para o consumo e de sementes para o plantio; e por fim, na ensilagem, fenação e no plantio de espécies forrageiras, que podem ser armazenadas e rendem ração por muitos meses. Essa cultura é fortalecida com as ações de convivência com o Semiárido porque é com o trabalho especializado dos técnicos junto da observação da realidade feita pelas próprias famílias que se chega à conclusão de que vivendo em um local onde as chuvas se concentram em poucos meses do ano e periodicamente existem períodos longos de estiagem extrema, é preciso armazenar víveres para que se atravesse por esses períodos com dignidade.

Além disso, como já afirmamos, historicamente essa população já atravessou períodos de pobreza e fome extrema, e essa perspectiva do armazenamento adquire ainda mais importância nos períodos de seca. Um outro aspecto que pontuamos aqui é que a alimentação dessas famílias carrega fortes elementos da sua cultura. Aqui, comida é mais que um direito humano: é um ritual de partilha, de celebração e agradecimento pela possibilidade de comer o que se planta, especialmente nos momentos coletivos da vida da comunidade, na chegada de parentes que vem de longe e de outras atividades. A fartura do plantio se expressa na mesa, com as carnes de carneiro e galinha, ovos caipiras, feijão, milho, mandioca, hortaliças, frutas, e até cactáceas como a palma, que é utilizada tanto para consumo humano quanto dos animais. É a partir desses alimentos que são comuns em diferentes porções do território do Semiárido que se expressa a cultura deste povo e também com a inserção de novos hábitos alimentares que vem tanto do incremento na renda, o que possibilita a compra de produtos que não são fabricados nas comunidades e também no estreitamento dos laços com as zonas urbanas das cidades. Evidentemente, essa alteração pode levantar uma série de debates em torno do tema da alimentação saudável, mas o primordial aqui é visualizar como as práticas culturais e alimentares mais tradicionais se mantêm e se misturam com a chegada desses novos hábitos, dando essa dinamicidade que é característica da própria cultura.

Além disso, a análise revela como a implementação das políticas, desde o processo de análise da realidade de cada família e o levantamento de suas necessidades até o processo de escolha e implementação das tecnologias sociais estão presentes elementos da promoção do desenvolvimento local, especialmente neste elemento que toca no

favorecimento de mudanças nos processos produtivos que impactam diretamente na condição de vida dessas famílias, como afirma Maciel:

Podemos compreender que, na promoção do desenvolvimento, os moradores de um determinado lugar se articulam com vistas a encontrar possibilidades e atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais, incluindo a valorização da cultura local experienciada. (MACIEL, 2012, p.49)

A última conclusão em torno da análise desta categoria nos leva a perceber como a cultura dos povos do Semiárido é dinâmica e passa a ter uma relação muito forte com a educação contextualizada para a convivência. Aos conhecimentos sobre as melhores espécies e períodos para plantio, a observação das chuvas e a implementação de técnicas que aumentavam a produtividade passados de geração em geração dentro das famílias se somam os conhecimentos dos técnicos ligados ao P1+2, que chegam aos territórios não apenas para ensinar sobre o manejo da água, terra ou animais, mas baseiam sua prática a partir de um trabalho de observação da realidade de cada família, das suas necessidades e suas expectativas. Nesse processo de aprendizagem em uma via dupla como ato cognoscente, como afirma Paulo Freire, é que se constrói o conhecimento coletivamente e baseado na realidade objetiva dos agricultores:

A educação importada, manifestação das formas de ser de uma cultura alienada, é uma mera superposição à realidade da sociedade importadora. E, porque assim é, esta “educação”, que deixa de *ser* porque não está *sendo* em relação dialética com seu contexto, não tem nenhuma força de transformação sobre a realidade. Como estamos vendo, a educação, enquanto uma situação gnosiológica que solidariza educador e educando como sujeitos cognoscentes, abre a estes múltiplos e indispensáveis caminhos *k* sua afirmação como seres da práxis. Assim é que vemos o trabalho do agrônomo-educador. Trabalho no qual deve buscar em diálogo com os camponeses, conhecer a realidade, para com eles, melhor transformá-la. (FREIRE, 1983, p. 58, *grifos do autor*).

Desta forma, o que queremos ressaltar aqui é que a cultura está estritamente ligada a essa nova forma de produção do conhecimento. É nesse processo de educação contínua e dialógica entre agricultores e técnicos que se alteram as práticas e rotinas produtivas. Nesse mesmo processo, alguns costumes são incorporados e outros rechaçados e a cultura destes territórios vai, aos poucos mudando, o que reafirma uma das principais características da cultura, que é a sua dinâmica, dado que ela é em si mesma um processo.

Dessa forma, o que conseguimos afirmar através da análise desta categoria é que a cultura destes povos que vivem no Semiárido, ao mesmo tempo em que fornece elementos para sua própria afirmação como grupos ou indivíduos, está em um constante processo de

mudanças em diferentes níveis e que se expressam através das alterações na alimentação, na geração de renda, em se organizar para lutar por direitos e todas as maneiras que eles utilizam para produzir e reproduzir sua existência.

3.5 OPORTUNIDADES DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NAS COMUNIDADES RURAIS DA CIDADE DE JUAZEIRO (BA)

Nesta categoria, vamos observar os usos da comunicação expressos nas edições d'*O Candeeiro*. A necessidade desta categoria de análise se justifica pelo fato de que as comunidades, ainda que alijadas da comunicação feita pelos canais tradicionais, acaba criando suas próprias estratégias, como explica Beltrão:

Os grupos rurais marginalizados, sem acesso aos meios de massa (seja como comunicadores, seja mesmo como receptores), dadas as características do seu existir, nem por isso deixam de informar-se e manifestar sua opinião e/ou duas aspirações. Para a própria informação e instrução, valem-se, preferencialmente, de canais interpessoais diretos: as conversas, o relato de causos e histórias, a transmissão de conhecimentos e normas de conduta tradicionais, através dos pais, parentes, membros mais velhos e experientes da comunidade, dos seus próprios líderes que os aconselham e orientam, de alguns missionários e pregadores leigos carismáticos que adquiram sua confiança (BELTRÃO, 1980, p. 42).

Compreendendo que esse tipo de comunicação não mediados acontece nas famílias e comunidades de forma ininterrupta iremos focar nos espaços e atividades em que esse fluxo de comunicação acontece com mais potência. Esses espaços, aos quais Beltrão chamou de grandes oportunidades de comunicação, são justamente os espaços privilegiados para o intercâmbio de informações e ideias e se agrupam em dois grandes grupos. O primeiro deles são as celebrações de efemérides religiosas, onde em paralelo aos atos litúrgicos acontecem apresentações, danças, espetáculos, jogos, brincadeiras, degustações, exibições de filmes, cantorias, forró e muito mais. Nesses dias, em que dezenas de atividades acontecem de forma simultânea em um espaço, os processos comunicativos se dinamizam a partir destas atividades que estão fora do cotidiano da comunidade. Esse tipo de comemoração já faz parte da cultura dos povos do Semiárido, e se alia esse processo comunicativo observado por Beltrão com uma outra dimensão da cultura, já que segundo Malvezzi:

A festa parece exercer um fascínio definitivo sobre a população. Esse viver a festa expressa uma visão de mundo muito além do produtivismo da sociedade

ocidental, que esmaga as pessoas e suas formas de expressão. A festa é, portanto, um dos fatores de agregação na cultura sertaneja, uma influência das matrizes étnicas indígenas e africanas da população do Semiárido (MALVEZZI, 2014, p.113).

A segunda grande oportunidade de comunicação está ligada ao cotidiano das comunidades rurais, que são as atividades coletivas da produção e do comércio, que são as ocasiões em que os agricultores e agricultoras se relacionam com os mais próximos e com o mundo exterior em atividades como as feiras livres, mutirões, exposições agropecuárias, vaquejadas, e outras atividades semelhantes (Beltrão, 1980), com várias delas inclusive mencionadas nos boletins e nesta análise anteriormente. É nesses espaços, onde se encontram as famílias, associações, grupos e comunidades que vivem em localidades distantes que eles se expressam de maneira característica, segundo Beltrão (1980), sendo que isso só é possível porque anteriormente, no nível local, as relações são forjadas num núcleo menor, que é o da vizinhança, especialmente quando se trata de atividades que interessam a todos e que trazem benefícios coletivos.

Uma das hipóteses deste estudo é justamente a de que os boletins sistematizam, ressaltam e valorizam esses aspectos comunicacionais que já estão presentes na cultura popular das comunidades rurais, daí a importância desta categoria, para que ela apreenda de maneira organizada como isso se dá. Além disso, como os boletins não falam de forma específica do impacto, da circulação e da função que *O Candeeiro* cumpre nas comunidades, investigar as formas já utilizadas pela comunidade para se comunicar contribui com este estudo no sentido de inferir quais são os espaços em que ele também circula após sua chegada até as famílias.

Assim, o foco desta categoria é analisar os aspectos destas oportunidades de comunicação que acontecem no que Beltrão chama também de centros de informação:

Centros de informação constituem a praça da feira, o fogão, as vendas e pulperias, os portos fluviais e pequenos ancoradouros da costa, o pátio da igreja, a farmácia e a barbearia, o terraço das casas grandes, onde as novidades são recebidas e interpretadas, provocando a cristalização de opiniões capazes de, em determinado momento e sob certo estímulo, levar a massa aparentemente dissociada e apática a uma ação uniforme e eficaz (BELTRÃO, 2014, p.203).

Considerando que é nesses locais em que se informam e se formam as populações rurais marginalizadas, reafirmamos aqui o papel dos próprios agricultores como

educadores, conforme vimos na categoria anterior, mas também como comunicadores, que criaram há muito tempo atrás os seus próprios meios para expressar-se e que ainda os mantém, mesmo com a chegada relativamente recente dos veículos de comunicação tradicionais de forma massiva nas comunidades.

Dessa forma, convivem e se misturam o rádio, a TV, os impressos como o próprio *O Candeeiro* e a internet com a comunicação oral feita pelos cantadores, aboiadores, repentistas e líderes comunitários que estão sempre circulando nos espaços das comunidades; com a comunicação escrita dos veículos jornalísticos, mas também os cordéis, cartilhas, livros, calendários e folhetos que circulam vindos de diversos locais e que servem para diferentes fins e a linguagem simbólica, que se expressa nos espaços e ferramentas de cultura e de entretenimento, a exemplo das próprias atividades de formação organizadas pelas equipes de ATER, mas também as vaquejadas, feiras de exposição de animais, festas religiosas e diversas outras. É nesses espaços que os agricultores e agricultoras preservam ensinamentos e experiências, encontram educação, se comunicam e dão vazão ao seu fazer artístico em “manifestações que refletem o seu comportamento em face das relações de produção vigentes na sociedade, como o registro e comentário dos fatos da vida cotidiana” (BELTRÃO, 2014, p.113).

Esta é a única das três categorias de análise em que não analisaremos os oito boletins. Isso porque o relato de formas coletivas de comunicação presentes nos territórios não aparecem de forma tão detalhada em todos eles. Pensando nos espaços como oportunidades de comunicação e/ou centros de informação, é possível visualizarmos de maneira superficial a presença deles nas edições nº1167, onde o espaço nos arredores do galinheiro é utilizado para reunir a família organizar a produção diária; na edição nº 1168 o espaço de cultivo de forragem próximo à cisterna é onde a família está cotidianamente para produzir e planejar as tarefas relativas à criação; na edição nº 1408 são mencionadas a feira de caprinos e ovinos da comunidade e as atividades formativas do projeto de ATER propostas dentro do P1+2; as formações dos cursos de Gestão de Água para a Produção de Alimentos (Gapa) e de Manejo Simplificado da Água da Chuva (Sisma), na edição nº 2025; na edição nº 2200 é citada a Associação Agropastoril de Cachoeirinha, que atua na comunidade há 37 anos; e, por fim, na edição nº 2295 são mencionadas a associação comunitária e o forró da comunidade da Caiçara.

É nesses espaços que cotidianamente os agricultores e agricultoras se comunicam, transmitindo informações simples e úteis para o cuidado com os animais e a plantação; repercutem, apoiam ou rechaçam opiniões e conteúdos veiculados nos meios de comunicação hegemônicos como o rádio, sempre presente na rotina dos agricultores; debatem sobre qual o melhor momento para plantio; assim como os “profetas da chuva” se reúnem para discutir a partir da observação na natureza se o período de chuvas será bom ou se a próxima quadra será de estiagem e é também nesses centros que são passadas adiante informações sobre nascimentos, falecimentos, aniversários, casamentos e mesmo reuniões de espaços mais formais como as associações, que são por excelência um dos centros de informação mais utilizados no processo de implementação das políticas sociais de convivência.

Ainda que apareçam de forma tímida na maioria da amostragem selecionada para este estudo, esses espaços existem e é neles onde as memórias dos mais antigos e dos jovens se amalgamam, onde aspectos da cultura são reforçados, valorizados e se misturam com novas atitudes e valores e onde as populações historicamente se informam e formam opiniões sobre os elementos da realidade que os cercam.

Desta forma, nesta categoria vamos analisar as edições nº 1169 e nº 2028, que fazem menção de forma mais direta a dois importantes centros de informação das zonas rurais, que são os mutirões e as associações comunitárias. A edição nº 1169, intitulada “Mutirões animam famílias de Juazeiro para a construção de galinheiros”, tem o seu foco em mostrar a importância dos mutirões como uma estratégia de mobilização social na comunidade de Curral Novo. O boletim relata o dia de trabalho na propriedade da família de Aurelino e Emiliania para a construção de um galinheiro e o texto já inicia apontando que a prática dos mutirões vinha sendo incentivada por meio do P1+2 na implementação de atividades de caráter produtivo.

De acordo com o dicionário Michaelis, um mutirão é “qualquer trabalho voluntário por parte de um grupo de pessoas de uma comunidade que tem por objetivo beneficiar o grupo todo” (MICHAELIS, 2016, on-line). A expectativa, segundo o próprio boletim, era que mais 28 galinheiros fossem construídos com o mesmo método. O que notamos aqui é que o P1+2 incorpora essa prática muito antiga, presente na zona rural e a utiliza como forma de mobilização social das comunidades, e o que nos interessa, também como instrumento de comunicação. É nesse dia que todos se reúnem para ajudar um vizinho que

a equipe do programa vai até a comunidade, leva os materiais e ferramentas e é também nesta oportunidade que todos conversam e aprendem sobre o melhor método para instalação do galinheiro.

Com cerca de 30 pessoas reunidas, esse espaço, que é um momento educativo, se transforma em uma grande oportunidade de informação e de socialização, conforme assinala Beltrão:

Assim concebido pelo arraigado instinto de solidariedade social e pelo interesse de beneficiar-se mutuamente, em sua linguagem cinética o auxílio vicinal proclama, quicá, a aspiração popular a um sistema de socialização, em que haja igualdade entre todos os homens, com os frutos do seu trabalho distribuídos a todos na medida em sua efetiva contribuição para o bem-estar coletivo, reduzindo-se a opressão, a compulsão do sistema frio de valores financeiros ou de planejamentos técnico-econômicos dos capitais [...] que soem esquecer o ser humano colocado à base da pirâmide social (BELTRÃO, 1980, p. 53)

É durante o mutirão que os agricultores conversam sobre os últimos acontecimentos da lida diária nas roças, trocam experiências para otimizar o trabalho, aproveitam a presença dos técnicos para tirar dúvidas relativas à produção, e nesse processo, o momento de mutirão se eleva como espaço incentivador dessa comunicação coletiva e não mediada, mas que deixa aprendizados. Nesse processo em que as famílias que serão beneficiadas com a construção dos galinheiros se reúnem periodicamente, os mutirões vão tecendo uma nova rede de comunicação dentro da comunidade, ao passo em que cada encontro é uma nova oportunidade de aprimorar a técnica de construção, conhecer melhor a produção do vizinho e as técnicas que ele utiliza, saber das novidades na vida de cada família, trazer o retorno para a equipe do P1+2 de um problema ou dúvida que surgiu no encontro anterior, realizar a troca de sementes e até mesmo de animais, o que é uma prática comum e também incentivada pelo programa... Enfim, são inúmeras outras possibilidades de intercâmbio de informações nesse espaço, que apesar de não estarem expressas de forma minuciosa no boletim, não deixam de ter um impacto significativo.

Esse elemento de uma comunicação verbal e informal, não mediada, se assemelha também àquela comunicação feita pelos caixeiros viajantes e choferes de caminhão, que no passado, por tanto circularem entre os grandes centros e a zona rural, se configuraram não apenas como comerciantes das últimas tecnologias e transportadores de pessoas e mercadorias, mas também, e talvez até principalmente, como informantes dos

acontecimentos recentes nos grandes centros e mesmo fora do país, tendo uma contribuição significativa, apesar de pouco reconhecida no passado:

Nesse leva e traz de informações, nessa troca de impressões e opiniões, nesses amistosos (e interesseiros) debates, na imensa quantidade de anedotas e xistosos ditos com que salpica sua parolagem negociista, que está a sua mais viva contribuição à divulgação de fatos e ideias (BELTRÃO, 2014, p.136).

Este paralelo entre a rede de comunicação formada durante os mutirões e a contribuição à comunicação feita pelos caixeiros viajantes e choferes de caminhão se ancora nessa principal semelhança, que é fato de que em diferentes períodos de tempo e em contextos diversos, esse povo cria meios próprios para se expressar e é principalmente através deles que podem entender e se fazer entender, como afirmou Beltrão. Certamente, a construção dos galinheiros sem essa experiência coletiva dos mutirões, onde os técnicos e agricultores trocam seus ensinamentos e experiências de forma equânime, a partir de uma linguagem comum, que permitem que eles criem uma unidade de pensamento sobre os assuntos relacionados ao trabalho seria muito mais difícil.

Já a edição nº2028 conta a história da Associação Comunitária de Lagoa do Meio. Ao invés do foco na história de uma família, a intenção do boletim é fazer esse registro da história da associação, das suas conquistas e da sua importância para a comunidade. Olhando para o conteúdo do boletim analisado nas duas categorias anteriores, é notável como a associação se tornou um espaço legítimo de representação do interesse das famílias e da luta pela conquista de políticas sociais para a comunidade de Lagoa do Meio. O que queremos ressaltar aqui é o potencial de comunicação e de mobilização deste espaço que surgiu debaixo de um pé de umburana em 1989 e hoje possui uma sede, um banco de sementes, um espaço de produção coletiva, conquistou uma série de tecnologias para armazenamento de água na comunidade e organiza até momentos coletivos de lazer. Como tudo isso seria possível se não houvesse um processo muito bem articulado de comunicação entre as 22 famílias que compõem a comunicação?

Para que um processo de articulação seja tão exitoso, é necessário que os processos comunicativos no âmbito da associação dinamizem e potencializem essa movimentação feita para que a realidade das famílias mude de forma efetiva, fazendo com que aquele grupo seja e se sinta parte do grupos, compreenda suas reivindicações e abrace as causas adotadas pela entidade (HENRIQUES *et al*, 2017, p.19).

E esse vínculo se cria no dia a das tarefas da associação, seja nas reuniões, espaço extremamente fértil para o para esse intercâmbio de ideias; seja nas festas, como o próprio boletim cita, onde no início de cada ano a comunidade se reúne para um churrasco com muito forró, troca de presentes e também se resgatam tradições religiosas e culturais da comunidade. Esses eventos onde todos os membros se reúnem e chamam seus vizinhos próximos ou distantes são sim formas de se comunicar. É através delas que notícias são espalhadas entre as pessoas, sejam elas boas ou más, e muitas vezes o próprio motivo destas reuniões como as colheitas, sementeiras e neste caso, a comemoração pelos ganhos do ano anterior, também comunica algo sobre aquele grupo, afinal de contas, se as famílias se encontram em uma situação de vulnerabilidade econômica e perdem sua criação e produção de forma significativa, muito provavelmente isso impacta no acontecimento da festa, no seu tamanho e sua duração, da mesma forma que com um cenário tão favorável após a implementação das ações do P1+2, as atividades da associação tendem a ser marcadas pela abundância.

O modelo de gestão coletiva adotado pelas associações se mostra exitoso no controle social dessas políticas públicas e são bons exemplos de como um grupo organizado pode elaborar, propor e gerir de forma autogestionada, coletiva e respeitando as necessidades e especificidades dos sujeitos (BARBOSA; NEVES, 2014, p.42).

Dessa forma, a partir destes dois exemplos, o que podemos aferir é que até hoje, mesmo com a chegada mais expressiva dos meios de comunicação nas comunidades, elas coexistem com as antigas formas de comunicar que já existiam nesses locais. Quando faz uma retrospectiva histórica de como se informava a população brasileira fora dos grandes centros, Beltrão encontra no nordeste brasileiro uma infinidade de formas de se comunicar através do bumba meu boi, queima do judas, novenas, festas juninas, folhetos, almanaques e folhinhas que exerciam uma influência significativa nesses locais e que por se ligar à festas e elementos da cultura, isso favorece a penetração do seu conteúdo comunicacional de maneira ampla. Esse processo permanece, ainda que com diversas alterações, e se inserem outros, como as festas anuais das comunidades, as feiras agroecológicas e de exibição de caprino e ovinos, os espaços de reunião fomentados pelo P1+2, os intercâmbios entre agricultores e muito mais. Esses novos espaços que aliam cultura e comunicação são frutos dessa alteração nos territórios, mas que possuem uma série de características que expressam o acúmulo dessas experiências anteriores estudadas por Beltrão.

3.6 ANÁLISE DE NUVEM DE PALAVRAS

Após a análise feita através das categorias, agora nos voltamos para a análise da Nuvem de Palavras (NP). Conforme afirmado anteriormente, esta ferramenta é apenas um complemento à Análise do Conteúdo, para identificarmos quais palavras cuja presença e frequência de aparição podem contribuir na compreensão do objeto analisado. Este tipo de ferramenta, apesar de recente, já vem sendo utilizada em estudos semelhantes com essa finalidade.

Nuvens de palavras (NP) são recursos gráficos que representam frequências de termos em hipertextos. São imagens compostas de palavras utilizadas em um texto nas quais o tamanho de cada palavra indica sua frequência ou importância. Mais recentemente, e transcendendo ao seu mero apelo ilustrativo, as NP têm sido consideradas uma opção à análise de textos e na disseminação de resultados de pesquisas de abordagem qualitativa. Acrescentam clareza e transparência na comunicação de ideias, revelando padrões interessantes a análises posteriores (ARAÚJO-JORGE; VASCONCELOS-SILVA, 2019, p.43)

Para produzir uma nuvem de palavras a partir do conteúdo em texto das oito edições do boletim *O Candeeiro* analisadas, utilizamos o site WordClouds para identificar, listar, agrupar e organizar graficamente as palavras encontradas. No site, foi feito um upload de arquivo em formato .docx que reuniu os textos dos boletins. Daí, automaticamente, o site gera uma imagem com a nuvem de palavras e também uma lista onde constam todas as palavras do arquivo e a quantidade de vezes que cada uma delas aparece. Nesse procedimento, através da lista, retiramos preposições, artigos, conjunções e alguns pronomes que são necessários na escrita do texto, mas que por si mesmos não trazem sentido para a análise e mantivemos substantivos, adjetivos, advérbios e expressões, que após a filtragem, ficaram e retirada das palavras que decidimos não considerar na análise ficaram mais evidenciadas. Essa é a nuvem gerada a partir dos textos:



Fonte: Arquivo Pessoal, 2022

Aqui, em função da sua frequência, é possível visualizar na nuvem as palavras que aparecem em destaque, com um tamanho maior, que são as que aparecem com mais frequência no texto. De acordo com a planilha gerada também pelo WorldClouds, as dez palavras mais recorrentes são: água (45); comunidade (41); família (33); anos (24); cisterna (24); famílias (24); animais (22); criação (22) e casal (19). O número entre parênteses é a quantidade de vezes em que cada palavra aparece nos textos. Vale destacar também algumas palavras que tem certa relevância na nuvem, como: agricultora (10); produção (14); cuidado (8); P1+2 (8); associação (16); Semiárido (14); acesso (10); Juazeiro (14); vida (12) e casa (10).

Essas palavras atravessam a construção do conjunto de boletins e podem identificar quais conceitos, ações e sujeitos são visibilizados através destes. Por exemplo, não é surpresa que a palavra mais utilizada seja água. Isso porque a palavra aparece no nome do Programa Um Terra e Duas Águas; se relaciona à outras palavras-chave como acesso à água; à termos como direito à água e luta pela água... Contudo, o que contribui para esse destaque do termo é justamente porque a água é o centro de ação desta política de convivência com o Semiárido. Ela é ponto de chegada para quem nunca teve acesso e direito a ela de forma digna, mas é um ponto de partida para um universo de ações que se expressa também nesta nuvem através de termos como criação, produção, acesso, e animais, por exemplo.

Há uma quantidade de termos que se liga aos sujeitos e público alvo dos boletins e do P1+2. Elas são: comunidade, família e famílias, casal, agricultora e associação. Essas, especificamente, se relacionam ao sujeitos, fontes, personagens e beneficiados com o programa. Como analisamos anteriormente, o grande foco do boletim é justamente as experiências de êxito das famílias, e é por isso que essa palavra ganha tanto destaque, sendo expressa no singular ou no plural. É a história de formação de uma família que é contada no boletim a partir do momento em que um casal, outro termo de destaque, se une naquela pequena propriedade; é através desse núcleo de convivência que as políticas são pensadas e executadas; é dentro desta famílias que estão as mulheres agricultoras (outro termo relevante), cuja voz é um ponto de atenção, inclusive com uma orientação de que o jornalista que vai a campo busque priorizar a escuta destas mulheres que são muitas vezes as que têm uma maior relação com a água pela sua dupla carga de trabalho doméstico e na roça que dependem deste recurso natural diariamente.

A incidência da sigla que identifica o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2, pode ser explicada pelo fato de que o programa é mencionado diversas vezes no momento em que se explica de onde vem a iniciativa de construção de cisternas, galinheiros, poços, além de atividades de formação técnica e intercâmbio de experiências, todas essas inclusas no complexo processo de implementação do programa. É a partir dele que as famílias têm acesso, outro termo recorrente, à água, mas é a partir da construção dos boletim que se problematiza também o acesso à outros direitos, como educação, expresso no conflito recorrente entre produzir alimentos ou estudar e acesso à saúde, quando as histórias narram partos desassistidos e sequelas de um acidente de trabalho em campo, e outros direitos que aparecem de forma mais tímida, como comunicação, transporte, cultura e lazer.

É importante visualizar também os termos que se relacionam de maneira mais direta às atividades produtivas e econômicas das famílias agricultoras. O termo cisterna, que é facilmente identificado como uma palavra-chave pelos significados e ações relacionadas a ele, é uma meta síntese de todo esse processo, afinal, é lutar para conquistar a cisterna, e com ela, lutar para acessar outros direitos, como o da produção sustentável, onde o próprio termo produção aparece com frequência por se relacionar geralmente com o plantio e beneficiamento de alimentos, além dos termos animais e criação, que adequado à realidade do Semiárido, é uma atividade sustentável e bastante rentável para as famílias, já que praticamente todas elas têm algum tipo de criação em sua propriedade e outras se voltam unicamente a esta atividade. Ligada a este universo de significados, fica o termo

casa, que também é entendido como esse local central de produção, porque mais que abrigo e descanso, é nos arredores da casa que se instalam os galinheiros, é do lado dela que fica a cisterna para armazenar a água de uso doméstico, a primeira água e é também ali onde se cultivam as hortaliças, ervas medicinais e frutas do quintal produtivo que estão inseridas na alimentação e rotina diária da família.

Outros dois termos se ligam a uma dimensão temporal: anos e vida. Em diversos momentos a contagem do tempo no boletim se passa em anos, onde é possível identificar mudanças nos territórios a partir de determinadas épocas, como por exemplo os anos da década de 1980, quando há relatos de construção de adutoras e poços artesianos e é também a época de fundação do IRPAA e da ASA. Outros momentos marcantes da história das famílias são contados apenas com referência temporal de anos, como o ano em que o casal se uniu, o nascimento dos filhos, a saída da comunidade para a zona urbana ou seu retorno não são marcados com datas precisas ou referências a meses. O termo vida aparece muitas vezes ligado à qualidade de vida, mas também à mudança desta, especialmente quando no fim dos textos dos boletins as famílias expressam o quanto a perspectiva de convivência com o Semiárido altera positivamente as suas perspectivas de vida, que no passado eram resumidas ao trabalho assalariado, miséria ou êxodo.

Ampliando o olhar sobre as famílias e todas essas ações que estão relacionadas à execução do P1+2, estão as comunidades, que são citadas para localizar territorialmente as experiências, mas que são também um foco de ação do programa, especialmente quando o programa tem metas de implantação de determinadas tecnologias em uma determinada comunidade, a exemplo dos mutirões de construção de galinheiros, que beneficiaram um determinado número de famílias que viviam em determinadas comunidades. Além disso, o termo associação aparece tanto quando se menciona através de qual entidade jurídica as famílias são representadas, tanto como uma forma de organização popular. Um desses exemplos é a edição nº 2028, que conta a história de uma associação de moradores, as ações que realiza, e como as famílias se engajam nas ações de formação, luta e de produção da associação. Assim, esse conjunto de palavras evidencia bem quem são os beneficiados pelo P1+2, mas também demonstra as diversas formas de organização dentro das comunidades e lança luz sobre a forma de organização das próprias famílias, o que é essencial para mostrar a viabilidade da agricultura familiar no Semiárido brasileiro. Quando se analisa essa localização espacial de forma ainda mais ampliada, se destaca a recorrência da palavra Juazeiro, o que ajuda o leitor a se localizar dentro deste espaço de

atuação do IRPAA e contribui também no mapeamento de experiências, já que o município fica no “miolo” do Semiárido, que é uma região especialmente mais árida do que as zonas de transição com outros biomas e territórios; então, quando uma determinada técnica ou tecnologia obtêm êxito na sua implantação, é essencial fazer um processo de sistematização de experiências para promover o intercâmbio destas com outros municípios com características semelhantes. Já a palavra Semiárido, que, conforme vimos anteriormente, é fruto de um complexo processo de elaboração teórica dos sujeitos políticos deste território, que acaba se tornando uma denominação legal deste para a obtenção tanto de políticas públicas, mas que também fomenta um debate em torno deste conceito, do motivo da sua utilização no lugar dos termos “sertão” e “Nordeste” e da caracterização deste território não apenas a partir de características geográficas, mas também políticas, econômicas, culturais e sociais; daí a necessidade reafirmação deste conceito.

Junto disso, as diferentes formas e meios de comunicação expressam as relações de produção objetivas e subjetivas das famílias, nem sempre conscientes da grandeza que essa tarefa impõe, mas essas formas de comunicar não são válidas apenas para que a informação circule, o que é por si grande coisa, mas serve a outros objetivos, como a educação, a preservação de experiências, a organização de formas coletivas de reflexão sobre determinados temas e de uma ação unificada que traz benefícios para as comunidades. Julgamos que *O Candeeiro* registra esse processo, como pudemos verificar ao longo desta análise, ao mesmo tempo em que o potencializa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar as edições do boletim impresso *O Candeeiro* produzidas com base nas experiências na zona rural da cidade de Juazeiro (BA), elencando quais são as abordagens e narrativas centradas na Convivência com o Semiárido que se ligam à prática de comunicação popular e folkcomunicação e entender como a cultura, as questões sociais e políticas deste território se relacionam com a execução de políticas e tecnologias sociais de acesso à água e como isso se expressa nos boletins.

Através da Análise de Conteúdo dos boletins, conseguimos verificar que eles fazem um registro a partir das memórias individuais e coletivas dos agricultores e agricultoras de como era a vida das famílias da zona rural de Juazeiro antes da chegada das políticas sociais de convivência com o Semiárido e que o impresso sistematiza todo o processo de debate, planejamento e execução dessas ações, fazendo com que o paradigma da Convivência com o Semiárido se materialize na prática cotidiana dessas famílias. É nas páginas dos boletins que os relatos baseados nas experiências recentes contribuem também na construção da visão sob este território não mais fundamentada apenas pelos meios de comunicação de massa hegemônicos, mas pelas famílias e organizações que vivem neste local e que tem construído suas formas e meios para se comunicar diante desta relativa nova realidade.

É neste novo cenário que se observa também a partir dos boletins um salto na quantidade e diversificação da produção de alimentos e criação de animais; na reorganização da rotina produtiva; na diminuição do êxodo rural e até no relato de casos de pessoas que retornam ao campo porque voltam a visualizar este território como uma oportunidade de vida e trabalho. De forma mais ampla, *O Candeeiro* demonstra como o direito à água é estrutural e estruturante na vida das famílias que, vivendo e produzindo com qualidade a partir da garantia deste direito fundamental, partem para garantir outras conquistas, como o direito à saúde e educação no campo, se organizar através de associações, aumentar sua renda e seu padrão de consumo, entre outros. Além disso, *O Candeeiro* explicita como a cultura dos povos do Semiárido é dinâmica, diversa e passa a ter uma relação muito forte com a educação contextualizada para a convivência a partir desta outra forma de produzir conhecimento em um processo de educação contínua e dialógica entre agricultores e técnicos, onde alguns costumes são incorporados e outros

rechaçados e a cultura destes territórios vai, aos poucos mudando, o que reafirma uma das principais características da cultura, que é seu aspecto dinâmico, mutável e processual.

Além disso, os boletins sistematizam, ressaltam e valorizam aspectos comunicacionais que já estão presentes na cultura popular das comunidades rurais, especialmente os da comunicação interpessoal e não midiaticizada, que são formas antigas, mas muito utilizadas entre famílias e comunidades, muitos deles apropriados na metodologia do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que utiliza as oportunidades de comunicação - conceito de Luiz Beltrão (1980) - como feiras livres, reuniões de associação, mutirões, festas, eventos religiosos e de colheita como forma de intercambiar os conhecimentos e se informar. Aliadas a estas, estão o rádio, que predomina nas zonas rurais de todo o país, a televisão, que chegou a boa parte destes territórios e a internet, que mesmo não tendo um alcance tão amplo, também já opera mudanças significativas. Dessa forma, a comunicação interpessoal, hegemônica e popular coexistem nas comunidades, cumprindo diferentes objetivos, alcançando diferentes públicos, mas formando uma rede de comunicação complexa e diversa.

Contudo, achamos fundamental fazer uma ressalva ao processo de produção dos boletins. O que se propagandeia é que os boletins são produzidos com a participação das famílias, mas, quando resgatamos a rotina produtiva da equipe de comunicadores que produz *O Candeeiro* em Juazeiro (BA) visualizamos que a participação das famílias ainda é muito tímida, e algumas vezes, se resume à escolha das fotos. É notável que há um esforço na utilização de citação direta das falas dos agricultores e agricultoras, mas acreditamos que o processo de registro das memórias das famílias retratadas seria ainda mais rico se estas pudessem participar de maneira mais ativa na redação, da edição, na escolha de quais elementos devem ser ressaltados e quais imagens devem ter destaque. Isso teria um impacto positivo tanto no resultado final do boletim, que certamente seria diferente caso a família participasse mais do processo de produção, mas também acreditamos que esse processo contribuiria de forma ativa de educação midiática das famílias agricultoras, que passariam a compreender melhor como os boletins iniciam com uma ideia ou sugestão e, depois de diversas etapas, se materializam nas mãos das famílias para que sejam distribuídas por elas mesmas e nesse processo, a própria ASA, o IRPAA e as famílias poderiam visualizar quem são os comunicadores e comunicadoras populares em potencial das comunidades que teriam disposição de contribuir de forma mais ativa na construção das várias formas de comunicação pautada pela convivência com o Semiárido,

sejam os organizados pela ASA, sejam os que a própria comunidade impulsiona, ou mesmo, até de forma indireta, essa experiência poderia contribuir no surgimento de outros meios de comunicação feitos por e para as comunidades rurais.

Para além da análise dos boletins, fizemos uma trajetória na história para entender como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) chegam até até a zona rural de Juazeiro, no norte da Bahia, com a proposta de construir outras formas de viver e produzir no Semiárido, pautando inclusive este nome como uma definição mais assertiva do que Sertão, como conhecemos na literatura; ou Polígono das Secas, conceito feito pelo próprio Estado brasileiro para delimitar essa área; fizemos um resgate histórico da construção deste território a partir da mídia hegemônica e do Estado brasileiro, que, como vimos, atuaram de forma conjunta no sentido de propagandear o combate à seca como a solução para um suposto “problema” do Semiárido, que são suas características climáticas. Visualizamos que a cobertura dos períodos de seca feita pelos meios de comunicação hegemônicos cumpria um papel ambíguo: por um lado, servia como instrumento de denúncia da falta de ação e estrutura do Estado para lidar com a questão; por outro, como apenas as secas e as mazelas econômicas e sociais relacionadas a ela se tornavam pauta do jornalismo, ao longo do tempo foi se cristalizando essa imagem de um Sertão infértil, sofrido, árido, carente de água, civilidade e onde o povo morria de fome ou se rendia ao banditismo e saques para ter o que comer. A concentração de terras, a falta de políticas estruturantes, a utilização da água como moeda de troca e outros temas como estes, que poderiam ajudar a compreender melhor o que se passava nos territórios semiáridos durante os períodos de estiagem não viravam notícia porque assim os meios de comunicação hegemônicos estariam contrariando os interesses das elites, que, como também vimos, financiava veículos de comunicação. É entendendo como se construiu historicamente o estereótipo da seca com seu chão rachado, gado morto e flagelados da fome que conseguimos compreender a radicalidade da proposta de Convivência com o Semiárido construída pela ASA, IRPAA e milhares de entidades espalhadas pelos dez estados que afirmam que a seca é fenômeno natural e que não pode ser combatido e que também constroem no cotidiano formas de conviver com essas características climáticas baseadas na realidade de cada território, sua cultura, sua forma de se organizar; construindo tecnologias estruturais de baixo custo e que além de dar segurança hídrica às famílias, lhes dá autonomia para que deixem de depender dos latifundiários para ter água; problematiza as questões relacionadas a como o Estado

definiu o que seria prioridade na construção de tecnologias de armazenamento e questiona também a estrutura fundiária deste território, onde quem tem mais terra e água, tem mais poder.

Também fizemos um resgate da produção teórica da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) sobre comunicação para observar o que esta entende como comunicação e como define e delimita sua atuação nesta área. Conseguimos visualizar como a entidade parte do pressuposto de que a comunicação comunitária não é potencializada pelos instrumentos do Estado para construir na sua prática o fortalecimento de iniciativas e meios utilizados pelas comunidades. Nesse processo, a entidade acolhe conceitos, práticas e métodos da comunicação popular e comunitária aliada à comunicação para o desenvolvimento local.

A entidade acolhe uma perspectiva de desenvolvimento local muito baseada na produção de Paulo Freire, que propõe um novo paradigma em torno da educação e da comunicação baseado no diálogo, na democracia, na construção coletiva dos saberes e na igualdade. Os boletins expressam de certa forma esses valores quando observamos o seu processo de produção resgatado a partir das entrevistas com os membros da ASA, que reconstróem todo o processo de produção do boletim desde a seleção do tema até a distribuição deste e relatam como as famílias contribuem na produção e circulação dos boletins, mas também mostram outras potencialidades de construção com as famílias que ainda não foram exploradas. Também é possível visualizar os desafios, contradições e debilidades no processo de produção d'*O Candeeiro*, em especial na não inserção de temas como o combate às violências (em especial contra as mulheres e comunidade LGBTQIA+ que vivem no campo), na ambiguidade entre valorização e naturalização da tripla jornada de trabalho das mulheres agricultoras, na invisibilização de outras formas de viver a fé e espiritualidade que estão fora do cristianismo e várias outras questões que a ASA reconhece, faz sua autocrítica, mas que até então não há registros de propostas relacionadas a problematização desses temas.

E foi analisando esse processo de construção do debate e das práticas de comunicação dentro da ASA que apontamos os elos entre sua forma de comunicação, popular e voltada ao desenvolvimento local, com a Folkcomunicação. Mais que uma afinidade temporal, pois ambas se constituem num período histórico próximo e, por vezes, simultâneo, é possível estabelecer relação entre as duas produções teóricas. A primeira

delas é que ambas se voltam aspectos comunicacionais ligados à cultura popular e o folclore e visualizam a população do campo, historicamente marginalizada, como comunicadores. A segunda é a relação com a cultura: a comunicação para o desenvolvimento local preconiza que os técnicos conheçam o território e suas formas de produzir e vivenciar a cultura local para que se estabeleçam relações dialógicas entre os diferentes sujeitos ao passo em que a Folkcomunicação faz o estudo das formas de comunicação que se manifestam através da cultura popular produzida por grupos rurais (e urbanos) sistematicamente marginalizados. Observando a produção teórica de Freire (1970) e Roberto Benjamin (2017) é possível visualizar que ambos chegam a uma conclusão semelhante: é primordial que se mergulhe na realidade das comunidades rurais e se entendam seus modos de vida para que, no processo de construção do conhecimento os técnicos, comunicadores e agricultores partam desse contexto local comum a ambos, como assinalou Freire, ou como afirma Benjamin, que utilizem a cultura popular (a entendendo de forma ampla como as diversas formas de produzir a vida no cotidiano), para construir coletivamente as melhorias que aquele grupo ou comunidade elegem como necessárias.

Evidentemente, encontramos algumas dificuldades no decorrer desta pesquisa e uma delas foi justamente a pouca produção que relacionasse o tema da Convivência com o Semiárido com a Folkcomunicação, ainda que existam tantas semelhanças e potencialidades a explorar em torno das duas áreas. Acreditamos que a própria marginalização e o descrédito tanto à Folkcomunicação, a primeira teoria da Comunicação genuinamente brasileira, mas muito pouco trabalhada nos cursos de Comunicação; quanto a invisibilização do paradigma da convivência com o Semiárido, muitas vezes taxado como acessório, “alternativo”, ou como um tema muito regional, específico ou restrito, ainda que 30% da população brasileira viva em territórios semiáridos, segundo a própria delimitação do Semiárido Legal. Acreditamos que ambos os fatores contribuem para a pouca produção em torno dos temas, ainda que exista uma aproximação espacial e temporal de ambos quando olhamos para o seu desenvolvimento. Contudo, esta é também uma possibilidade e potencialidade para estudos futuros, que podem justamente entender em quais pontos a Folkcomunicação e Convivência com o Semiárido se aproximam, se diferenciam e como podem ser, juntas, ferramentas para a compreensão das diversas realidades do povo que vive no Semiárido brasileiro, e porque não, no Semiárido de outros países, como o Corredor Seco da América Central, o Grande Chaco no Sul da América do Sul e o Sahel, em África.

Contudo, acreditamos que nossa maior dificuldade é que a pesquisa foi feita durante a pandemia da Covid-19, que atravessou o ano de 2020, 2021 e só agora, em 2022, voltamos à tão esperada “normalidade” de controle da doença. Todas as disciplinas, seminários, congressos, simpósios e demais atividades acadêmicas migraram para o modo remoto/virtual, o que evidentemente trouxe prejuízos ao processo coletivo de aprendizagem nas disciplinas, na convivência com os colegas de turma e a comunidade acadêmica, nas reuniões de orientação, no tirocínio docente e em toda a trajetória que culmina na entrega deste trabalho.

A pandemia também interferiu de forma direta neste trabalho, que inicialmente se propunha a ir até as comunidades rurais de Juazeiro (BA) e ouvir das famílias que relataram suas histórias no *O Candeeiro* sua avaliação dos boletins, como elas compreendiam a importância deste, quais os usos que fizeram da tiragem destinada à eles, além de visualizar como as tecnologias sociais que as famílias construíram estavam no momento atual e visualizar, nas comunidades, de forma empírica, quais eram os espaços e oportunidades de comunicação presentes em cada comunidade. Com o evidente risco à vida em caso de visitas, tivemos que nos adaptar às condições reais e nos voltamos à análise dos boletins, investigando as questões elencadas a partir do que os impressos relataram, alterando de forma significativa a metodologia e incorporando outras contribuições teóricas que nos ajudaram a compreender o nosso objeto de pesquisa de forma mais completa.

Por fim, visualizamos que outros temas abordados de forma inicial neste trabalho podem ser trabalhados em pesquisas futuras, a exemplo da forma como as famílias agricultoras acolhem e compreendem o boletim *O Candeeiro* ou mesmo outras estratégias comunicativas da ASA; as rotinas produtivas e a relação entre os comunicadores e comunicadoras populares dos territórios e a ASA e as entidades que a compõe; os elos teóricos e metodológicos entre a Folkcomunicação e a Convivência com o Semiárido, entre vários outros. Ainda que com tantas mudanças em um momento de tanta incerteza, acreditamos que a pesquisa logrou êxito e traz uma contribuição aos estudos em torno da Comunicação Popular, Folkcomunicação e também na comunicação pautada pela Convivência com o Semiárido.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS²⁰

ASA. **Comunicação Popular no Semiárido: Um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida.** Recife; 2018. Disponível em:

<<https://www.asabrasil.org.br/117-acervo/publicacoes/11006-cartilha-de-comunicacao-popular-no-semiarido>>. Acesso em 16 mai 2022.

_____. **Declaração do Semiárido**, Recife: 1999. Disponível em:<https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf>. Acesso em: 17 jun 2022

_____. **Programa Um Milhão de Cisternas**. Recife: 2003. Disponível em: <https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/folder_p1mc> Acesso em: 17 jun 2022

_____. **Programa Uma Terra e Duas Águas**. Recife: 2013. Disponível em: <https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/folder_p1_2_editado2>. Acesso em: 17 jun 2022

O CANDEEIRO. Ed. nº 1167. Juazeiro: ASA, 2013. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=7866&start=5> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 1168. Juazeiro: ASA, 2013. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=7887&start=5> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 1169. Juazeiro: ASA, 2013. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8092&start=5> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 1408. Juazeiro: ASA, 2013. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8218&start=0> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 2025. Juazeiro: ASA, 2014. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8497&start=0> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 2028. Juazeiro: ASA, 2015. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8780&start=0> . Acesso em 23 out 2021.

_____. Ed. nº 2200. Juazeiro: ASA, 2016. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=9672&start=0> . Acesso em 23 out 2021.

²⁰ Aqui inserimos os boletins O Candeeiro, as cartilhas e documentos produzidos pela ASA e os depoimentos coletados através de entrevistas semiestruturadas.

_____. Ed. nº 2295. Juazeiro: ASA, 2017. Disponível em <http://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=10270&start=90> . Acesso em 23 out 2021.

RAMOS, Gisele Ferreira. Gisele Ferreira Ramos: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Gonzaga Santos. Entrevista concedida para esta pesquisa no IRPAA. 2022

SANTOS, Cícero Félix dos. Cícero Félix dos Santos: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadora: Vanessa Gonzaga Santos. Entrevista concedida para esta pesquisa no IRPAA. 2022

FONTES JORNALÍSTICAS²¹

ALTINO, Lucas. Principal programa de armazenamento de água no Nordeste sofre cortes do governo federal e atinge seu pior resultado em 2021. **Extra**. 06 dez 2021. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/principal-programa-de-armazenamento-de-agua-no-nordeste-sofre-cortes-do-governo-federal-atinge-seu-pior-resultado-em-2021-25307392.html>>. Acesso em: 02 nov 2022.

AMENI, Cauã. **Com corte de 92% para 2018, governo ameaça extinguir programa de cisterna premiado pela ONU**. De olho nos ruralistas. 31 out 2017. Disponível em <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/10/31/com-corte-de-92-para-2018-governo-ameaca-extinguir-programa-de-cisterna-premiado-pela-onu/>> Acesso em 17 mai 2022

CARNEIRO, Luciane; ROSAS, Rafael. **IBGE: Pela 1ª vez, mais da metade da área rural no Brasil tem acesso à internet**. Valor Econômico. 14 abr 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/14/ibge-pela-1-vez-mais-da-metade-da-rea-rural-no-brasil-tem-acesso-internet.ghtml>> . Acesso em 16 mai 2022

CENTRO de Assessoria do Assuruá. **Regularização fundiária de comunidades de fundo e fecho de pasto**. 6 ago 2019. Disponível em <<http://caabahia.org.br/regularizacao-fundiaria-de-comunidades-de-fundo-e-fecho-de-pasto/>>. Acesso em 23 out 2021.

MADEIRO, Carlos. 'Caixa d'água do sertão': nº de cisternas construídas é o menor desde 2003. **UOL**. 02 fev 2022. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/02/governo-veta-obras-e-faz-programa-cisternas-ter-pior-desempenho-da-historia.htm>> . Acesso em 02 nov 2022

OLIVEIRA, José Carlos. Especialistas apontam queimadas e desmatamentos crônicos na Caatinga. **Agência Câmara**. 13 mai 2021. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/759270-especialistas-apontam-queimadas-e-desmatamentos-cronicos-na-caatinga/>> . Acesso em 23 out 2021.

PRAGANA, Verônica. Intercâmbio entre famílias rurais de regiões semiáridas do planeta é caminho para superação dos desafios das mudanças climáticas. **Instituto Regional da**

²¹ Aqui inserimos matérias jornalísticas e entrevistas obtidas por terceiros

Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA. 05 nov 2018. Disponível em <<https://irpaa.org/noticias/1930/intercambio-entre-familias-rurais-de-regioes-semiaridas-d-o-planeta-e-caminho-para-superacao-dos-desafios-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em 03 out 2021.

UFAL, Ascom. Lapis utiliza metodologia inédita para monitorar processo de desertificação no Brasil. **Universidade Federal de Alagoas.** 01 jul 2019. Disponível em <<https://ufal.br/ufal/noticias/2019/7/lapis-utiliza-metodologia-inedita-para-monitorar-proceso-de-desertificacao-no-brasil>>. Acesso em 23 out 2021.

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS²²

BRASIL, Ministério da Educação, (2014). **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015.** Brasília, MEC/SEF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em 23 out 2021.

_____, Ministério da Saúde, (2013). **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** Brasília. Disponível em <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em 23 out 2021.

WMO World Meteorological Organization. **WMO statement on the status of the global climate in 2013.** Geneva, 2013. Disponível em <https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=7862>. Acesso em 30 jul 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS²³

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. Economia Política da Comunicação. In: MARQUES DE MELO, José (org.). **O campo da Comunicação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2008.p. 186-197.

_____; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: _____. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178>. Acesso em 23 out 2021.

ALMEIDA, I.; AFONSO, J. A. Imagens e representações: o nordeste brasileiro representado entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. **Revista de História da UEG**, v. 4, n. 1, p. 17-41, 28 jul. 2015. Disponível em <<https://www.praxia.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3917>>. Acesso em: 08 jun 2022.

²² Aqui inserimos todos os documentos, relatórios e textos produzidos pelo governo federal e entidades a ele relacionadas, além de documentos de Organizações Não Governamentais (ONG's)

²³ Aqui inserimos livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos publicados em eventos ou revistas.

ALVES, J. **Histórias das secas (séculos XVII a XIX)**. 2.ed. Mossoró: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1982. 243 p.

ANDRADE, M.C. **O desafio ecológico: utopia e realidade**. São Paulo: Hucitec, 1994. 108 p.

ANGOLA, Catarina de. **Comunicação para o desenvolvimento na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)**: análise das representações sociais sobre mulheres no boletim O Candeeiro. 2018, 142f., Dissertação (Mestrado em em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em <<https://irpaa.org/publicacoes/artigos/dissertaa-a-o-catarinadeangola-ufrpe.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2021.

ARAGÃO, Iury Parente. **ELOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO: RETORNO ÀS ORIGENS (1959-1967)** São Bernardo. 2017. [261 folhas]. Tese(Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo] . Disponível em <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1670#preview-link0>>. Acesso em 24 set 2022.

ARAÚJO-JORGE, Tânia; VASCONCELOS-SILVA, Paulo. **Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares**. Anais do 8º Congresso de Investigação Qualitativa em Saúde.Lisboa, Portugal, v. 1, 2019. Disponível em <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2002/1938>>. Acesso em 02 jun 2022.

BAPTISTA, Naidison de Quintela. Processo de construção de políticas públicas de acesso à água. In: Construindo Saberes, **Cisternas e Cidadania: Formação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178>. Acesso em 23 out 2021.

BARBOSA, Antônio Gomes; NEVES, Rafael Santos. Gestão e controle social de políticas públicas de acesso à água no Semiárido. In: _____. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178>. Acesso em 23 out 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÁN, L. R. **Adeus a Aristóteles**: comunicação horizontal. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo, v. 3, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: Um estudo das agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BELTRÃO, Luiz. **Grupos Rurais Marginalizados**. In: Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BENJAMIN, Roberto. **Folkcomunicação e Informação Rural**. In: FERNANDES, Guilherme Moreira; SILVA, Luiz Custódio; SILVA, José Fernando Souza et al. Roberto

Benjamin: Pesquisas, andanças, legado. Campina Grande: EDUEPB, 2017. (Coleção Folkcomunicação e Comunicação Rural, V.1)

BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. O Partido Midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In: **Seminário Internacional Teoria Política Do Socialismo**, 6., 2014, São Paulo. Anais eletrônico [...]. São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/home/eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticaDOSocialismo/O_partido_guilherme.pdf. Acesso em: 14 jun 2022.

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. A Fruticultura no Brasil e no Vale do São Francisco: Vantagens e Desafios. **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 40, n. 1, 2009. Disponível em <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/fruticultura/artigos/A%20FRUTICULTURA%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em 23 out 2021

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo *et al.* Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE), **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.8, nº2, 2013. Disponível em <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/10589/8902> >. Acesso em 23 out 2021.

CARVALHO, Luís Osete Ribeiro; SOUZA, Tito Eugênio Santos. “Viver no Semiárido é Aprender a Conviver”: Educação e Comunicação em Defesa das Potencialidades do Semiárido Brasileiro. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Intercom**. Natal: 2015. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1190-1.pdf>. Acesso em: 17 jun 2022.

CASTRO, Lara de. “Cassacos”: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308138450_ARQUIVO_artigolaraanpuh.pdf >. Acesso em 08 jun 2022

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; SCHNEIDER, Sergio. **Internet e agricultura familiar: algumas percepções sobre as mudanças no meio rural**. Revista Margens Interdisciplinar, Abaetetuba, v. 13, n. 20, p. 59-71, jun. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13125>. Acesso em: 27 ago 2022

COSTA, Lailton Alves da; LUCHT, Janine Marques Passini. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.109-122.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

DAMASCENO, Nagilane Parente.; KHAN, Ahmad Saeed.; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Desempenho da saúde pública no semiárido brasileiro. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.5, p.171-187, 2018. Disponível em <https://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2018.005.0016/1434> >. Acesso em 23 out 2021.

ESTEVAM NETTO, J. **DNOCS ontem e hoje**. João Pessoa: MINTER/DNOCS, 1987. 89 p.

FERNANDES, Guilherme Moreira; SILVA, Luiz Custódio; SILVA, José Fernando Souza et al. **Roberto Benjamin: Pesquisas, andanças, legado**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. (Coleção Folkcomunicação e Comunicação Rural, V.1)

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável** – 2ª Ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOBBI, Cristina. **Luiz Beltrão: um homem à frente do seu tempo**. In: Folkcomunicação na Aldeia Global: avanços teóricos e metodológicos. SCHMIDT, Cristina (org). São Paulo. Ductor. 2006. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/r0499-1.pdf>. Acesso em 17 set 2022.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: _____. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HENRIQUES, Márcio Simeone *et al.* Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: Funções e Características. In: **Comunicação e Estratégias de Mobilização**. 3ª Ed. HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. Brasília: MMA, 2006.

https://issuu.com/articulacaosemiario/docs/folder_p1_2_editado2 > Acesso em: 17 jun 2022

LEMES, Priscila dos Santos. **A Importância Da Comunicação Interna nas Organizações e suas Ferramentas**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, São Paulo. 2012

Liedtke, Paulo Fernando. **Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil**. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 1, nº 1, agosto-dezembro 2003, p. 39-69. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13681/12540>. Acesso em 27 ago 2022.

LIMA, Damião; PATRÍCIO, Sandro Marcelino. Caminhos E Descaminhos Do Departamento Nacional De Obras Contra As Secas – Dnocs. In: **Encontro Estadual de História**, XVI, 2010, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disponível em <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/12-cult-mem-modern/Artigo%20de%20Sandro%20Patr%EDcio%20e%20Dami%E3o%20de%20Lima.pdf>. Acesso em 17 jun 2022.

LIMA, Irenilda de Souza. **Comunicação rural, extensão rural e os aportes teóricos de Roberto Benjamin na atualização do conceito**. In: FERNANDES, Guilherme Moreira; SILVA, Luiz Custódio; SILVA, José Fernando Souza et al. Roberto Benjamin: Pesquisas,

andanças, legado. Campina Grande: EUDEPB, 2017. (Coleção Folkcomunicação e Comunicação Rural, V.1)

LIMA, José Roberto de; MAGALHÃES, Antonio Rocha. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, 2018, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan-jun 2018. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/896. Acesso em: 17 jun2022.

MACIEL, Betania. **Folkcomunicação e desenvolvimento local** In: FILHO, Boanerges Balbino Lopes et al. A Folkcomunicação no limiar do século XXI. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

MALVEZZI, Roberto. Fé e Festa. In: Construindo Saberes, **Cisternas e Cidadania: Formação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178 >. Acesso em 23 out 2021.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 39, n. 1, 2016. DOI: 10.1590/rbcc.v39i1.2354. Disponível em: <https://www.revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2354> >. Acesso em: 24 set. 2022.

MARTINS, Eduardo Sávio Passos Rodrigues ; MAGALHÃES, Antonio Rocha. **A seca plurianual de 2010-2017 no Nordeste e seus impactos**. PARCERIAS ESTRATÉGICAS (IMPRESSO) , v. 22, p. 17-40, 2017.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **A Racialização dos Nordestinos em São Paulo: Representações na Imprensa da Década de 1950 e Relatos de Migrantes Idosos**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/235994> Acesso em: 10 Jun 2022

MUTIRÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

NASCIMENTO, Rosa da Conceição. **O Candeeiro como sistematização de experiências: uma etnografia da circulação, dos usos e apropriações em Lagoa do Juá**. 2018. 185f. - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36408>>. Acesso em 20 mar 2021.

NOVAIS, Marcos Paulo Souza. A Experiência da Escola Família Agrícola de Quixabeira, no Semiárido Baiano. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 19, p. 531-543, out., 2014. Disponível em <http://appj.org.br/arquivos/biblioteca/artigo-marcos-paulo-souza-novais.pdf> >. Acesso em 23 out 2021.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados**. Reelaborações no setor. In: Palabra Clave, Chía, vol. 11, nº 2, dez 2008. Acesso em <<https://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf>>. Acesso em 25 set 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

REIS, Clóvis; HOSTIN, Regina. **Comunicação para o Desenvolvimento: O Percorso Teórico- Metodológico das Abordagens Clássicas dos Enfoques Contemporâneos**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, vol. 15, nº 4,, jul. 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A Mídia e o Lugar da História. **Lugar Comum**, Ed. 11, 25-44. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113010121113A%20midia%20e%20o%20lugar%20na%20historia%20-%20Ana%20Paula%20Goulart%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 08. dez. 2020.

RIOS, Luciana. Mendonça. **Comunicação Popular e Convivência com o Semiárido: A experiência do SASOP com o Boletim O Candeeiro no Sertão do São Francisco da Bahia**. 2018, 188 F. Dissertação. (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26259>>. Acesso em 20 mar 2021.

ROCHA, José Camelo da. Soberania e segurança alimentar e nutricional no Semiárido. In: Construindo Saberes, **Cisternas e Cidadania: Formação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178>. Acesso em 23 out 2021.

SANTOS, Graciete; SILVA, Tatiane. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe, v.15, nº 2, 2020. Disponível em <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/5711/3224>>. Acesso em 23 out 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. 16ª Ed. São Paulo: Braziliense, 2006.

SANTOS, José Moacir dos. Povos e territórios tradicionais. In: Construindo Saberes, **Cisternas e Cidadania: Formação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elton; MEDAGLIA, Vicente Rahn (Orgs.). Brasília: Editora IABS, 2014. Disponível em <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178>. Acesso em 23 out 2021.

SANTOS, Luciana de Fatima Pinto. **Comunicação popular e convivência com o semiárido: o caso das comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Seminário Brasileiro - ASA**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19635/1/Santos%2c%20Luciana%20de%20Fatima%20Pinto.pdf>> . Acesso em 02 jun 2022.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o Território**. In: Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Santos, Milton; Becker, Bertha K. (orgs). 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007

SANTOS, Milton. **O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ação**. In: A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de Massa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1970.

SOUZA, Irenilda de; GOMES, Ana Paula. **Folkcomunicação e Extensão Rural Brasileira: as Estratégias de Comunicação Rural para o Desenvolvimento Local**. In: Razón y Palabra, Monterrey, ano 13, n.60, 2008.

TAUK SANTOS, M. S. CALLOU, A. B. F. **Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local**. In CALLOU, A. B. F. Extensão Rural – Extensão Pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa. Recife: Fasa, 2013.

TAUK SANTOS, M.S. CALLOU, A.B.F. **Itinerários da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento local no Brasil**. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UDC – 2 a 5 de setembro de 2014, Foz do Iguaçu: 2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0593-1.pdf>> Acesso em 16 mai 22.

ANEXOS

O Candeeiro Ed. 1167



Criação de galinhas anima famílias rurais do interior de Juazeiro



Família de Dona Madalena uma das mais entusiasmadas com a criação das aves

Na região de Itamotinga a 60 quilômetros de Juazeiro, centenas de famílias rurais estão muito animadas com a prática de criação de galinhas. Nas comunidades de Tanquinho, Canôa, Rodeadouro, Cacimba do Silva, Baraúna, dentre outras, existem 50 famílias que já iniciaram essa atividade. A perspectiva é de que mais de 100 famílias venham investir nesse tipo de criação até o final de 2013.

Dona Maria Madalena Paixão, que já cria galinha há 30 anos sabe o quanto esse tipo de criação é rentável para as famílias do Semiárido, especialmente nesse período em que a as roças estão produzindo muito pouco devido à seca. Experiente com este tipo de criação, esta produtora de 66 anos cuida de um galinheiro com mais de 300 aves, todas em fase de crescimento esperando o período da postura, ou seja, época em que as galinhas começam a produzir ovos. Com a ajuda do esposo, seu Pedro da Paixão, Dona Madalena tem muita expectativa que dentro dos próximos meses, todas as famílias que estão investindo nessa atividade tenham bons resultados principalmente com a venda dos ovos, onde ela mesma espera produzir por dia, uma média 180 unidades e, comercializar por semana, cerca de 20 aves vivas ou abatidas. Com essa estimativa de produção, sua família pode atingir uma renda extra de mais dois salários mínimos por mês só com a criação de galinhas, uma vez que a família também mantém na propriedade um pequeno criatório de cabras e ovelhas.

Leilza Paixão, filha de dona Madalena, está no mesmo caminho. Com 200 aves no galinheiro, ela também se mostra satisfeita com a facilidade do manejo desta criação. Seguindo os passos da mãe, Leilza fala que a família está sempre junta para planejar a



Leilza mostra a forragem produzida na propriedade

produção de remédios caseiros ou dos alimentos para as aves, geralmente preparados à base de capim, milho ou de outras plantas que servem de forragem. Leilza lembra que para produzir uma boa quantidade de ovos, por exemplo, as galinhas precisam estar saudáveis e bem alimentadas.

Incentivo do P1+2

O programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da Articulação do Semiárido (ASA), executado pelo Irpaa na região, foi quem deu um importante incentivo à prática de criação de galinhas. Em

2012, as famílias contempladas com as cisternas calçadão instaladas pelo programa, também receberam materiais e orientações para a construção dos galinheiros: uma estrutura de alvenaria com telhado e tela de arame medindo 16 metros quadrados. Espaço suficiente para separar as aves e construir os ninhos, os coxos e outros utensílios usados para guardar a alimentação e a água, muitos desses, construídos com a criatividade da própria família beneficiada com o projeto.

As cisternas construídas próximo das casas asseguram que todas as famílias tenham condições de cultivar durante todo o ano, não somente frutas e verduras para o consumo humano, como também, as forragens necessárias para alimentar as galinhas.

Além do investimento na produção de ovos para consumo e comercialização, as famílias dessa região de Juazeiro também pensam na comercialização das aves cuja carne é muito apreciada na culinária regional. Para isso, elas contam com o apoio da Cooperativa dos Pequenos Empreendedores da Região de Itamotinga, (COOPERCAT). Presidente da entidade, Márcio Ivan diz que o primeiro passo para atingir esse objetivo é fazer um trabalho de melhoria e qualificação na amostragem dos produtos pois já existe um diálogo com proprietários de supermercados da região interessados na compra dessa produção, ampliando a possibilidade de bons resultados para essas famílias que estão acreditando na criação de galinhas como mais uma atividade produtiva viável na região semiárida.



Estruturas do galinheiro: incentivo do P1+2



Bebedouro e coxos são confeccionados pelas próprias famílias

Realização



Apoio



Cisterna-calçadão contribui com produção de forragens para criação



sorgo e capim: alimento para criação irrigados com água da cisterna

Quando uma família sertaneja recebe uma cisterna de produção, tipo calçadão, por exemplo, normalmente inicia logo o cultivo de verduras, hortaliças e frutas principalmente para a sua alimentação. Porém o casal de agricultores: Márcia Pereira e Valdomiro Dias, moradores da comunidade de Cacimba do Silva, interior de Juazeiro, contemplados com uma dessas cisternas por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), estão fazendo diferente. Eles usam a água da cisterna basicamente para o cultivo de forragens que alimentam a criação de cabras, ovelhas e galinhas.



Márcia e Valdomiro não gastam dinheiro com ração

Dona Márcia é bem direta em afirmar: “É uma felicidade muito grande pra mim ver a criação bem alimentada sem eu ter que gastar dinheiro com farelo, grão de milho ou tortas comprados no comércio e que por sinal tá muito caro.” Seu Valdomiro também diz a mesma coisa. Para o casal, plantar capim, sorgo e outras forragens para os animais é uma questão de planejamento para quem tem a criação como o principal sustento da família.

O casal demonstrar ter muita experiência com a criação. Na propriedade, bem próximo da casa, logo se avista o chiqueiro das cabras e o galinheiro. Eles falam com muita convicção



Galinhas alimentadas com sorgo

sobre as vantagens de se criar animais no sertão e sobre os cuidados com a sanidade dos animais e outros manejos necessários para que as cabras, ovelhas e galinhas estejam sempre oferecendo alimento e renda e, destacam a importância dos criadores terem nas propriedades, uma boa oferta de água e alimentos para os animais.

As cabras, ovelhas e galinhas usadas para alimentar a família também são comercializadas. Seu Valdomiro diz que, principalmente as cabras, são muito consumidas pelas famílias e amigos que moram nas comunidades no entorno de Cacimba do Silva. É através da comercialização dos

caprinos que ele faz o controle da quantidade certa de animais que se deve criar, uma vez que esses também pastam nas áreas de caatinga que nem sempre dispõem de alimento suficiente para um grande número de animais.

O casal não tem filhos morando com eles na propriedade de 95 hectares e bem abastecida de água: além das cisternas familiar e de produção, Márcia e Valdemiro utilizam ainda a água de um poço artesiano instalado na comunidade. Mas eles lembram que no passado a falta de água provocava muita perda nas plantações e que em alguns anos, nem a palma usada para alimentar os bichos resistiu à falta de água. Hoje, porém, a situação é bem diferente. A água da cisterna-calçadão, por exemplo, significa uma segurança no cultivo do alimento para os animais. Em volta da cisterna, logo se vê muitos pés de sorgo e uma variedade de capins que eles, precavidamente, também fazem feno e armazenam para os períodos de estiagens. Mas só por precaução, pois com a chegada dessa cisterna que aumentou a oferta de água na propriedade, como diz dona Márcia, eles plantam e colhem o ano inteiro. É importante lembrar que o casal também iniciou um cultivo de coentro e pimentão em uma pequena área próximo da cisterna, pois as verduras são muito bem vindas para deixar a comida bem temperada e mais saborosa, lembra seu Valdemiro.

A experiência do cultivo de forragem de Seu Valdomiro e Dona Marcia a partir de uma cisterna-calçadão revela o planejamento produtivo de uma família que investe fortemente na criação de animais como atividade segura e geradora de renda. Atividade bastante viável nesta região onde a chuva irregular não oferece muita segurança para a prática da agricultura, mas que por outro lado, não faltam alternativas desde a criação ao extrativismo do mel ou de frutos silvestres. Alternativas que asseguram uma vida produtiva para o povo que a cada dia demonstra como é possível viver com dignidade nesta região.



Márcia e Valdomiro alimentam a criação com forragens produzidas na propriedade

Realização



Apoio

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Mutirões animam famílias de Juazeiro para construção de galinheiros



Galinheiro sendo construído pela comunidade

A prática de mutirões onde as pessoas se juntam para trabalhar em benefício de alguma família é algo muito comum nas comunidades sertanejas. Esta prática está sendo muito incentivada na região de Juazeiro – BA, por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que durante a implementação do seu caráter produtivo oferece as famílias contempladas pelo programa, toda uma estrutura para construção de galinheiros, como madeiras, tela de arame, telhas, bebedouros e outros materiais.

Uma das famílias contempladas com um desses galinheiros feitos em mutirão, foi a de seu Aurelino Pereira e dona Emiliana Arcanjo, ambos fundadores da localidade de Curral Novo, interior de Juazeiro e que ficaram muito felizes com o mutirão realizado em sua propriedade. Dona Emiliana não escondeu a alegria ao ver o galinheiro construído ao lado de sua casa. “Agora tenho um lugar ideal para criar minhas galinhas”, diz a agricultora que já iniciou uma pequena criação de pintos e espera aumentar essa criação e produzir muitos ovos. Seu Aurelino também diz de sua alegria quando viu toda a comunidade reunida e animada durante o trabalho que durou quase um dia inteiro. Para ele, o dia foi todo animado e ninguém demonstrou moleza. E o mutirão foi mesmo muito movimentado e contou com a participação de mais de 30 pessoas entre homens, mulheres



Homens, mulheres e jovens animados com o mutirão



Dona Emiliana e seu Aurelino satisfeitos com a construção do galinheiro



Galinheiro pronto para receber cerca de 200 aves

e adolescentes que não se renderam ao calor ou cansaço. Na divisão dos trabalhos, uns cavavam o chão, outros cerravam madeira, cortavam a tela ou transportavam o material. No final da tarde, o galinheiro com 36 metros quadrados e equipado com bebedouros e comedouros para as aves estava pronto para a alegria da família e de todos de Curral Novo, Jacaré, Lagoínha e de outras comunidades do entorno que também serão contemplados com outros galinheiros.

As famílias que participaram do mutirão na propriedade de seu Aurelino e dona Emiliana, construirão até o final de 2013, um total de 28 galinheiros em toda a região. Eles garantem que as construções serão também em mutirão e com o mesmo ritmo e animação. Essas famílias, por sinal, já receberam em suas propriedades, uma cisterna-calçadão para assegurar o cultivo de alimentos tanto para as galinhas como também para as famílias. Dona Emiliana lembra que, com a água da cisterna, não vai faltar verdura nem capim para as galinhas e para as cabras que a família cria há muitos anos. Ela destaca que essas pequenas criações, de modo especial as galinhas, que oferecem ovos todo dia, são muito importantes tanto para alimentação da família como para a manutenção da casa porque são animais fáceis de criar de comercializar na própria comunidade.

O presidente da Associação de Produtores das Comunidades de Curral Novo e Jacaré, Raimundo Arcanjo, disse que o P1+2 trouxe, através das cisternas e dos galinheiros, mais benefícios para a comunidade que há anos vem se mobilizando na busca de melhorias coletivas para todos que participam das lutas da comunidade junto com a Associação. Raimundinho, como é mais conhecido, afirma que os mutirões para a construção dos galinheiros vão fortalecer mais ainda as famílias que passarão a ter mais uma atividade produtiva com a criação de galinhas e produção de ovos que serão oferecidos também para os mercados de toda a região de Juazeiro.



Mais de 30 famílias participaram do mutirão na comunidade de Curral Novo

Realização



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome





O Candeeiro

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 7 - nº1408
Dezembro/2013

Juazeiro



Bahia

Família mantém viva a esperança de produzir e conviver com a região Semiárida

Ao cair às primeiras chuvas no sertão da Bahia, as famílias se renovam com a alegria e esperança, sentimentos compartilhados por Dona Ângela Maria dos Santos, Seu Jorge Antônio Passos e seus dois filhos, Vanessa Alves Passos, 13 anos e Daniel Alves Passos, 9 anos, na Comunidade de Cacimba do Silva, distrito de Itamotinga, em Juazeiro. O casal divide as tarefas realizadas em sua roça, lugar de onde é retirado o sustento da família, enquanto os filhos dedicam boa parte do tempo aos estudos.

Dona Ângela relembra da época em que não tinha o cultivo de frutas, plantas e que criava as cabras e ovelhas com muitas dificuldades, devido à dificuldade de acesso a água. "Os carros-pipas colocavam água para a gente beber, quando chovia tinha água para os criatórios, quando não chovia a gente tirava água da cisterna para dar aos bichos". Essa realidade começou a mudar alguns anos, com a perfuração do poço, que tem garantido água para o plantio de maracujá, banana, leucena, demais cultivos e rebanho de animais. .

Além de cuidar da casa e ajudar o marido nas atividades do dia a dia, Ângela utiliza o leite das cabras para produzir queijo de forma artesanal, prática realizada há quatro anos. Um dos principais meios de renda da família é a comercialização do queijo, produto que é vendido em sua comunidade, localidades circunvizinhas e também em Juazeiro e Curaçá. Para garantir o leite de qualidade, o casal tem o cuidado com a alimentação dos animais, fornecendo ração, forragem duas vezes ao dia, além de pastarem na Caatinga.



Agricultora produz três queijos por dia.





Criação e quintal produtivo é o que garante o sustento da família Sertaneja.

É com orgulho que Ângela diz que expõe as cabras e ovelhas na feira de caprinos e ovinos que acontece na comunidade Cacimba do Silva. O plantio de maracujá há dois anos é cuidado com muito zelo por Seu Jorge, que aduba o cultivo através do sistema de água da irrigação. “A adubação é feita pela mangueira, não é pelo chão. Eu jogo num balde, dissolvo ele, jogo no balde do sistema que coa, daí eu encho os tubos e ligo os registros e jogo na roça”. O agricultor comenta que com esse sistema ele sozinho aduba a roça de forma mais rápida.



Seu Jorge explica o sistema de adubação, ao fundo o reservatório e os canos que distribui o adubo.

Os frutos são comercializados em Juazeiro, principalmente no Mercado do Produtor da cidade, e embora Seu Jorge relate que tem diminuído as vendas do maracujá, ele acredita no potencial do fruto e no aumento das vendas após esse período de estiagem.

Novos caminhos

Hoje a família Passos é acompanhada por uma técnica em agropecuária do Irpaa, que atua no projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural - Ater, o que vem dando mais ânimo para o casal de agricultores. Seu Jorge fala que através desse acompanhamento, eles recebem formações a respeito do cuidado com a terra, produção, o uso da água e mais informações que permitem conviver de forma sustentável com o Semiárido, compreendendo e respeitando as peculiaridades da região.

Realização



Patrocínio



O Candeeiro Ed. 2025

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Acesso à Políticas Públicas

Dos últimos sete anos pra cá alguns projetos voltados para a Convivência com o Semiárido começaram a chegar na comunidade de Caiçara. O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa foi uma das organizações que executou projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural e de construção de tecnologias, a exemplo do P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), da Articulação do Semiárido brasileiro –ASA.



Dona Maria conta com alegria os planos para o plantio das fruteiras.



A agricultora espera ansiosa a chegada da encurrada para ver sua cisterna cheia.

Por meio do P1+2, a família de D. Maria e S. Dionízio foi contemplada com uma cisterna de encurrada e uma forrageira no caráter produtivo. Ansiosa pela chegada da chuva para encher a cisterna, D. Maria já preparou os canteiros e não se conteve: já iniciou o plantio de uma variedade de plantas como hortaliças, banana, abacate, tangerina, além de forrageiras como leucena, pomúncia, mandacaru. Enquanto a chuva não chega, a agricultora vai dando um jeitinho de molhar de vez em quando as mudas utilizando outras fontes de água que a família possui. S. Dionízio fala animado também da chegada da forrageira, o que tem facilitado a produção de ração para os animais da família. "Foi bom demais esse Programa, não tenho o que reclamar", opina D. Maria.

A família mantém uma média de 15 hectares de Caatinga preservada, prezando pela garantia de espécies de plantas e animais nativos da região e assim reafirmando a consciência sócioambiental de quem sabe o que é na prática a Convivência com o Semiárido.

Parceira



Apoia



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Mas foram os efeitos da seca que levaram S. Dionízio a deixar a propriedade em 1994 e tentar um trabalho fixo na cidade em uma empresa produtora de cana de açúcar. No ano seguinte ele leva toda a família, colocam as crianças em creches e Dona Maria consegue trabalho como doméstica. Porém, um acidente de trabalho sofrido por S. Dionízio fez a família retornar à Caiçara. Sem assistência alguma da empresa, o agricultor passou por cirurgias e a família voltou para a propriedade.

Após retornarem, algumas coisas estavam começando a mudar. Antes da ida para a cidade, no período da seca, a água era encontrada com muito sacrifício em cacimbas e barreiros. Agora a comunidade já estava com acesso a água de uma adutora, embora ainda tendo que buscar a uma distância de 6 km de casa. Outro ponto positivo foi a chegada do transporte escolar que levava as crianças para estudar em outro povoado, realizando assim o sonho de Dona Maria, que não se cansa de afirmar a importância de aprender a ler: "A pior coisa do mundo é a pessoa ser analfabeta, meus filhos me perguntavam as coisas e eu não sabia ensinar". Mas essa história mudou quando, em 2005, os filhos mais velhos matricularam a mãe e o pai numa turma de Educação de Jovens e Adultos. Com muita perseverança, D. Maria e S. Dionízio aprenderam a ler e escrever e concluíram a 8ª série.

"É preciso conviver com a natureza"

Apesar de terem aprendido muitas coisas na escola, foi a vida que ensinou ao casal lições importantes. Depois de ir para cidade e retornar para sua comunidade, D. Maria hoje afirma: "o certo é você conviver na comunidade. Do bode, da ovelha, você compra o material escolar, mantém a renda dentro da casa (...) é uma galinha que você tem, vende os ovos...". A família cria caprinos, ovinos, aves, suínos e possui umas cinco cabeças de gado, mas que já pensam em vender, pois hoje reconhecem que criar animais de grande porte no Semiárido "não é negócio", avalia D. Maria.



Criação de ovinos e caprinos é a base da renda da família.



"Tem que se manter firme aqui na nossa terra e lutar por ela", diz agricultora

Ver seus irmãos e irmãs mais novos/as irem à escola enquanto ela precisava ajudar o pai a carregar água e cuidar dos animais naqueles anos de seca na década de 1980 era uma tristeza para a menina Maria Neves dos Santos, que hoje está com 49 anos. Nascida e criada na comunidade de Caiçara, no distrito de Abóbora, em Juazeiro, no sertão da Bahia, Dona Maria viveu uma infância parecida com de tantas outras mulheres que vivem no campo algumas décadas atrás no Semiárido brasileiro.



Com apenas 14 anos, Maria transformou a tristeza de não poder estudar em um sonho: queria casar, ter filhos e ver eles indo para escola, aprendendo a ler e escrever. Ela então decidiu apressar a realização de seu mais novo sonho e foi a uma festa numa comunidade vizinha a fim de encontrar um pretendente, mesmo sabendo que ao se casar não ia fugir da labuta com relação à seca. No forró, conheceu Dionízio Manoel dos Santos, que hoje tem 56 anos. Passado alguns meses, a união estava oficializada e no mesmo ano já nascia o primeiro filho.



A família cresceu ligeiro, um filho ou filha nascia a cada ano, rendendo um total de sete, mas apenas seis vivos, três mulheres e três homens. De todos os partos, só a filha mais nova nasceu no hospital, os demais foram todos em casa. Apesar da pouca idade, Dona Maria seguia firme ao lado do esposo enfrentando os desafios da vida no sertão, seja nos períodos de estiagem ou de enchentes, já que a propriedade da família fica a poucos metros de um riacho temporário e em alguns períodos de chuvas fortes sofriam com isso.

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Mas foram os efeitos da seca que levaram S. Dionízio a deixar a propriedade em 1994 e tentar um trabalho fixo na cidade em uma empresa produtora de cana de açúcar. No ano seguinte ele leva toda a família, colocam as crianças em creches e Dona Maria consegue trabalho como doméstica. Porém, um acidente de trabalho sofrido por S. Dionízio fez a família retornar à Caiçara. Sem assistência alguma da empresa, o agricultor passou por cirurgias e a família voltou para a propriedade.

Após retornarem, algumas coisas estavam começando a mudar. Antes da ida para a cidade, no período da seca, a água era encontrada com muito sacrifício em cacimbas e barreiros. Agora a comunidade já estava com acesso a água de uma adutora, embora ainda tendo que buscar a uma distância de 6 km de casa. Outro ponto positivo foi a chegada do transporte escolar que levava as crianças para estudar em outro povoado, realizando assim o sonho de Dona Maria, que não se cansa de afirmar a importância de aprender a ler: "A pior coisa do mundo é a pessoa ser analfabeta, meus filhos me perguntavam as coisas e eu não sabia ensinar". Mas essa história mudou quando, em 2005, os filhos mais velhos matricularam a mãe e o pai numa turma de Educação de Jovens e Adultos. Com muita perseverança, D. Maria e S. Dionízio aprenderam a ler e escrever e concluíram a 8ª série.

"É preciso conviver com a natureza"

Apesar de terem aprendido muitas coisas na escola, foi a vida que ensinou ao casal lições importantes. Depois de ir para cidade e retornar para sua comunidade, D. Maria hoje afirma: "o certo é você conviver na comunidade. Do bode, da ovelha, você compra o material escolar, mantém a renda dentro da casa (...) é uma galinha que você tem, vende os ovos...". A família cria caprinos, ovinos, aves, suínos e possui umas cinco cabeças de gado, mas que já pensam em vender, pois hoje reconhecem que criar animais de grande porte no Semiárido "não é negócio", avalia D. Maria.



Criação de ovinos e caprinos é a base da renda da família.

Articulação Semiárido Brasileiro - Bahia

Uma certeza que há muitos anos o agricultor e a agricultora carregam é a de que é necessário preservar a natureza, cuidar da Caatinga e de todos os bens naturais. Se não existir essa preocupação "do meio pro fim acaba, aí acaba a natureza toda e depois a gente fica na pior que nem tá agora sem chover, tá agora essa seca aí talvez seja por causa dos desmatos, queimaram um bando, queimaram até pé de árvore grande, muita macambira, umbuzeiro, arceira, até angico...", acredita S. Dionízio.

Esse conhecimento o agricultor diz trazer com ele desde a juventude e nunca deixou de lado, sempre buscando passar para os filhos e filhas. D. Maria também tem a mesma compreensão e acredita que "a natureza sabe se vingar", pois já tiveram provas disso certa vez que desmataram uma área atrás da casa para plantar e quando choveu a água veio com muita força porque já não tinha mais a Caatinga para segurar.



D. Maria busca valorizar tudo que vem da natureza. Ela explica que é preciso praticar o reaproveitamento e dá exemplos disso ao contar que usa o esterco dos animais como adubo para as plantas e a água que lava roupa para irrigar as plantas, como a laranjeira que tem na frente da casa e que mesmo na seca está oferecendo doces laranjas à família e visitantes. "É importante cuidar do meio ambiente, manter o meio ambiente preservado, porque por mais escassez de chuva que tenha, mas a gente sabe conviver com a natureza, tem que saber labutar com ela e se manter sempre firme aqui na nossa terra e lutar por ela".

Hoje a água da adutora já chega até as residências de Caiçara duas vezes por semana, fruto da união da comunidade: "teve que ter muita organização, muita luta pra essa água chegar até aqui", lembra D. Maria, que é membro da Associação e já ocupou cargo de segunda tesoureira.





União protagoniza história da organização popular na comunidade de Lagoa do Meio

Em 1989, debaixo do pé de umburana acontecia a primeira reunião da Associação Comunitária de Lagoa do Meio, localizada no Distrito de Massaroca, em Juazeiro- BA. A partir desse momento, a comunidade começou a se organizar com o objetivo de lutar por melhorias das famílias da comunidade, principalmente em relação ao acesso à água, que era uma das necessidades na região naquela época.

Um dos grandes incentivadores da associação foi o bispo Dom José Rodrigues. Ele estimulava a organização popular como uma forte ação na luta pelo direito à uma vida digna para os agricultores e agricultoras do Semiárido. Com o apoio do bispo e a experiência do primeiro presidente, Castro José da Silva, que militou muitos anos como sindicalista na região de São Paulo, a associação foi fundada e abraçada pela comunidade.



Atual sede da associação

Após algumas reuniões na sombra da umburana, as agricultoras e agricultores começaram a se reunir no prédio escolar da comunidade, que hoje funciona como sede da Associação. O prédio pertence à prefeitura de Juazeiro e a associação já vem dialogando com a mesma em relação a doação do prédio para a comunidade.

Ao longo dos 26 anos da associação, Jousivane dos Santos Silva, atual presidente, é firme em dizer que a associação vem contribuindo no acesso às políticas públicas voltadas para o homem e a mulher do campo, a exemplo da assessoria técnica, as tecnologias sociais, o acesso a novos mercados de comercialização de produtos. Para a agricultora e vice-presidente, Ana Lúcia Santos da Silva, o acesso a essas políticas junto com a conscientização da população tem ajudado a melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras. "Hoje as pessoas não tão indo embora, tão voltando a morar aqui", diz Ana Lúcia.

Jousivane ressalta que agora o grande desafio da associação é buscar garantir a permanência das famílias. "Mas para elas permanecerem aqui, tem que ter sustentabilidade, então tá se buscando ver a questão da renda, porém a renda tem que partir do que se têm, a exemplo dos caprinos, ovinos, da galinha e todo contexto da agricultura familiar e a gente tem buscado isso", enfatizou a agricultora.

Toda essa busca é realizada pelas 22 famílias que compõem a associação. Elas participam junto com a diretoria nas decisões e atividades desenvolvidas na comunidade. “As famílias têm acreditado que sem a associação é mais difícil conseguir as coisas”, afirma Ana Lúcia. Jousivane complementa falando que a participação dos jovens também tem aumentando e o reflexo disso é que hoje o conselho fiscal da associação é formado por esses jovens e que é estimulada a participação das crianças nas reuniões da associação.

Hoje a associação está empenhada em implementar o banco de sementes comunitário, para isso acontecem os mutirões para coletar as sementes na comunidade. Os mutirões são uma prática sempre presente na comunidade, seja para limpar o tanque de pedra comunitária, para produção de forragem, para a reforma da sede da associação, para contribuir na realização da feira de caprinos e ovinos de Massaroca. A feira é um evento que as agricultoras consideram importante para a comunidade, pois é um espaço de formação e comercialização dos produtos da agricultura familiar.



Uma das conquistas da comunidade é a implementação do banco de sementes

É com essa união e sentimento de solidariedade que os agricultores e agricultoras plantaram palmas em uma área coletiva. “A iniciativa surgiu após a gente ganhar a muda da palma livre da cochonilha, como as mudas eram poucas decidimos plantar para que dessa forma todas as famílias sejam beneficiadas”, diz Ana Lúcia.



O plantio de palma na área coletiva é uma alternativa para garantir que todas as famílias tenham a semente da forrageira

Além das reuniões, dos momentos de mutirões, a comunidade tem momento para celebrar juntas as conquistas. No início do ano, “a comunidade faz um churrasco, com direito a amigo secreto, muito forró, todo mundo dança e se diverte”, lembra Jousivane. Outro momento importante que a associação está resgatando são as tradições religiosas e culturais da comunidade.

Com toda essa coletividade, a associação, junto com cada agricultor e agricultora, vem transformando a realidade da comunidade e ajudando a construir um novo Semiárido.



Mutirão é a principal estratégia para o trabalho coletivo



A limpeza do tanque de pedra coletivo foi realizada por toda a comunidade

Realização

Articulação
Semiárido
BrasileiroBRASIL
SEM
MISERIAÁGUA
PARA TODOSMinistério do
Desenvolvimento Social
e Combate à FomeBRASIL
POIS NÃO É PAÍS SEM FOME

O Candeeiro Ed. 2200

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

As ações de Convivência com o Semiárido, aliadas ao acesso às políticas públicas, permitem uma vida digna e feliz ao casal, que hoje tem mais um motivo de alegria, a neta, Ana Letícia, que está morando com os avós. Outro motivo de felicidade e orgulho para seu Pedrinho é afirmar que Cachoeirinha é um lugar bom pra viver. "Fico tão feliz quando vejo que as pessoas estão voltando para morar aqui".



Realização



Apoio



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

choeirinha, dois anos depois, sendo Pedrinho o primeiro presidente. Neste momento, a comunidade sofria fortes ameaças por parte de grileiros e dava seus primeiros passos na luta pela regularização fundiária, com a criação do Fundo de Pasto. Enquanto isso, Mariza estava morando na Lagoa do Angico, junto com seu primeiro marido e sua filha Mônica. Ao lado do esposo, trabalhava na plantação de milho, feijão, abóbora entre outros cultivos.



A esperança sempre esteve presente na vida de Mariza

Com mais um período de estiagem severa, Pedrinho retorna a trabalhar na Frente de Serviço e começa a diminuir a prática de fazer roçado e passa a priorizar a atividade de criação de animais de pequeno porte, a exemplo de cabras e ovelhas, isso em 1993, ano do primeiro casamento de Seu Pedrinho e logo depois o nascimento de seu filho Murilo.

Após passar por tempos difíceis de estiagem e perder roçado e gado, o agricultor diz que as secas deixaram o seguinte aprendizado: "Cabra fraco que mora no Semiárido cria gado de ousado". Ele passou, assim, a dedicar seu tempo a criação de cabras e ovelhas e plantio de plantas forrageiras. "O bode é mais fácil pra criar na ração e na lida diária", pontua Pedrinho. Nessa época, dona Mariza está morando em Juazeiro e trabalhando em casa de família para garantir os estudos dos filhos. "Lutei



muito pra formar meus filhos... eu falava pro meu marido, se você quiser voltar pra roça, volta sozinho, meus filhos vão estudar", diz a agricultora.

Anos depois, com os filhos já formados no ensino médio e trabalhando, Mariza se separa do marido. Em 2010, com Pedrinho também separado da esposa,



Uma história de luta, resistência e conquista baseada na proposta de Convivência com o Semiárido

Em uma sexta-feira, o casal Mariza Carmelita e Pedro Silva Leite, conhecido carinhosamente por Pedrinho da Cachoeirinha, relembram fatos marcantes de luta, resistência, esperança e conquistas ao longo de suas histórias de vida. Moradores da comunidade de Cachoeirinha, em Juazeiro, interior da Bahia, o casal nasceu na mesma família e por alguns anos trilharam caminhos diferentes na vida.

Entre tantas lembranças guardadas em sua memória, seu Pedrinho começa a sua viagem ao passado relembrando o ano de 1974, época de fartura do roçado, fato que não aconteceu em 1976, período de estiagem. Pedrinho e seu irmão foram obrigados a migrar para a fazenda Lagoa do Angico: "Aqui [Cachoeirinha] acabou a comida pra os



Seu Pedrinho, contando momentos de superação de sua vida

animais, a gente teve que ir pra lá, pra essa roça, lá tinha palma e água... depois choveu e a gente veio embora, essa seca foi muito marcante". Segundo seu Pedrinho, era feito um rodízio para dar água para o gado, cada dia um criador levava seu rebanho para beber água no poço Cascável. Quando retornou para Cachoeirinha, seu Pedrinho, com apenas 14 anos, foi trabalhar na frente de serviço, cavando barreiro coletivo na comunidade de Curral Novo.

Após um período na frente de serviço, Pedrinho ganhou um pedaço de terra do seu pai e retomou a trabalhar exclusivamente no cultivo do rogado, no cuidado com os animais e estruturando a propriedade com a construção do chiqueiro e curral, entre outras implementações. Nesse mesmo ano, 1984, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater começou atuar na comunidade, contribuindo para a formalização da comunidade de Cachoeirinha e fundação da Associação Agropastoril de Ca-

eles se encontram e começam a construir uma linda relação de cumplicidade, respeito e amor. Juntos, eles dedicam a vida ao cuidado com as cabras e ovelhas, criação de galinhas, plantio de forrageiras, atividades asseguradas pelo acesso à água, através das cinco linhas de água presentes na propriedade.



A água para família guardada na cisterna de consumo humano; água para comunidade

encontrada na barragem e barreiro: água para produção armazenada na cisterna-calçadão, barreiro trincheira; água de emergência através do carro-pipa e cacimba e, por fim, a água do meio ambiente presente na área de Fundo de Pasto, onde a vegetação está preservada, iniciativa para garantir o ciclo natural da água essencial.



"A água da cisterna eu utilizo pra dar aos animais, é dele que eu tiro meu sustento", diz o agricultor



O Candeeiro Ed. 2295

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Acesso à Políticas Públicas

Dos últimos sete anos pra cá alguns projetos voltados para a Convivência com o Semiárido começaram a chegar na comunidade de Caiçara. O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa foi uma das organizações que executou projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural e de construção de tecnologias, a exemplo do P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), da Articulação do Semiárido brasileiro –ASA.



Dona Maria conta com alegria os planos para o plantio das fruteiras.



A agricultora espera ansiosa a chegada da enurrada para ver sua cisterna cheia.

Por meio do P1+2, a família de D. Maria e S. Dionizio foi contemplada com uma cisterna de enurrada e uma forrageira no caráter produtivo. Ansiosa pela chegada da chuva para encher a cisterna, D. Maria já preparou os canteiros e não se conteve: já iniciou o plantio de uma variedade de plantas como hortaliças, banana, abacate, tangerina, além de forrageiras como leucena, pomúncia, mandacaru. Enquanto a chuva não chega, a agricultora vai dando um jeitinho de molhar de vez em quando as mudas utilizando outras fontes de água que a família possui. S. Dionizio fala animado também da chegada da forrageira, o que tem facilitado a produção de ração para os animais da família. "Foi bom demais esse Programa, não tenho o que reclamar", opina D. Maria.

A família mantém uma média de 15 hectares de Caatinga preservada, prezando pela garantia de espécies de plantas e animais nativos da região e assim reafirmando a consciência sócioambiental de quem sabe o que é na prática a Convivência com o Semiárido.

Parceira



Apoia



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Mas foram os efeitos da seca que levaram S. Dionizio a deixar a propriedade em 1994 e tentar um trabalho fixo na cidade em uma empresa produtora de cana de açúcar. No ano seguinte ele leva toda a família, colocam as crianças em creches e Dona Maria consegue trabalho como doméstica. Porém, um acidente de trabalho sofrido por S. Dionizio fez a família retornar à Caiçara. Sem assistência alguma da empresa, o agricultor passou por cirurgias e a família voltou para a propriedade.

Ao retornarem, algumas coisas estavam começando a mudar. Antes da ida para a cidade, no período da seca, a água era encontrada com muito sacrifício em cacimbas e barreiros. Agora a comunidade já estava com acesso a água de uma adutora, embora ainda tendo que buscar a uma distância de 6 km de casa. Outro ponto positivo foi a chegada do transporte escolar que levava as crianças para estudar em outro povoado, realizando assim o sonho de Dona Maria, que não se cansa de afirmar a importância de aprender a ler: "A pior coisa do mundo é a pessoa ser analfabeta, meus filhos me perguntavam as coisas e eu não sabia ensinar". Mas essa história mudou quando, em 2005, os filhos mais velhos matricularam a mãe e o pai numa turma de Educação de Jovens e Adultos. Com muita perseverança, D. Maria e S. Dionizio aprenderam a ler e escrever e concluíram a 8ª série.

"É preciso conviver com a natureza"

Apesar de terem aprendido muitas coisas na escola, foi a vida que ensinou ao casal lições importantes. Depois de ir para cidade e retornar para sua comunidade, D. Maria hoje afirma: "o certo é você conviver na comunidade. Do bode, da ovelha, você compra o material escolar, mantém a renda dentro da casa (...) é uma galinha que você tem, vende os ovos...". A família cria caprinos, ovinos, aves, suínos e possui umas cinco cabeças de gado, mas que já pensam em vender, pois hoje reconhecem que criar animais de grande porte no Semiárido "não é negócio", avalia D. Maria.



Criação de ovinos e caprinos é a base da renda da família.



"Tem que se manter firme aqui na nossa terra e lutar por ela", diz agricultora

Ver seus irmãos e irmãs mais novos/as irem à escola enquanto ela precisava ajudar o pai a carregar água e cuidar dos animais naqueles anos de seca na década de 1980 era uma tristeza para a menina Maria Neves dos Santos, que hoje está com 49 anos. Nascida e criada na comunidade de Caiçara, no distrito de Abóbora, em Juazeiro, no sertão da Bahia, Dona Maria viveu uma infância parecida com de tantas outras mulheres que vivem no campo algumas décadas atrás no Semiárido brasileiro.



Com apenas 14 anos, Maria transformou a tristeza de não poder estudar em um sonho: queria casar, ter filhos e ver eles indo para escola, aprendendo a ler e escrever. Ela então decidiu apressar a realização de seu mais novo sonho e foi a uma festa numa comunidade vizinha a fim de encontrar um pretendente, mesmo sabendo que ao se casar não ia fugir da labuta com relação à seca. No forró, conheceu Dionizio Manoel dos Santos, que hoje tem 56 anos. Passado alguns meses, a união estava oficializada e no mesmo ano já nascia o primeiro filho.



A família cresceu ligeiro, um filho ou filha nascia a cada ano, rendendo um total de sete, mas apenas seis vivos, três mulheres e três homens. De todos os partos, só a filha mais nova nasceu no hospital, os demais foram todos em casa. Apesar da pouca idade, Dona Maria seguia firme ao lado do esposo enfrentando os desafios da vida no sertão, seja nos períodos de estiagem ou de enchentes, já que a propriedade da família fica a poucos metros de um riacho temporário e em alguns períodos de chuvas fortes sofriam com isso.

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Uma certeza que há muitos anos o agricultor e a agricultora carregam é a de que é necessário preservar a natureza, cuidar da Caatinga e de todos os bens naturais. Se não existir essa preocupação "do meio pro fim acaba, aí acaba a natureza toda e depois a gente fica na pior que nem tá agora sem chover, tá agora essa seca aí talvez seja por causa dos desmatos, queimaram um bando, queimaram até pé de árvore grande, muita macambira, umbuzeiro, arceira, até angico...", acredita S. Dionizio.

Esse conhecimento o agricultor diz trazer com ele desde a juventude e nunca deixou de lado, sempre buscando passar para os filhos e filhas. D. Maria também tem a mesma compreensão e acredita que "a natureza sabe se vingar", pois já tiveram provas disso certa vez que desmataram uma área atrás da casa para plantar e quando choveu a água veio com muita força porque já não tinha mais a Caatinga para segurar.



D. Maria busca valorizar tudo que vem da natureza. Ela explica que é preciso praticar o reaproveitamento e dá exemplos disso ao contar que usa o esterco dos animais como adubo para as plantas e a água que lava roupa para irrigar as plantas, como a laranjeira que tem na frente da casa e que mesmo na seca está oferecendo doces laranjas à família e visitantes. "É importante cuidar do meio ambiente, manter o meio ambiente preservado, porque por mais escassez de chuva que tenha, mas a gente sabe conviver com a natureza, tem que saber labutar com ela e se manter sempre firme aqui na nossa terra e lutar por ela".

Hoje a água da adutora já chega até as residências de Caiçara duas vezes por semana, fruto da união da comunidade: "teve que ter muita organização, muita luta pra essa água chegar até aqui", lembra D. Maria, que é membro da Associação e já ocupou cargo de segunda tesoureira.

